

RUTE FERREIRA FRAGA

**A (RE)CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* DISCURSIVO DO
PRESIDENTE JAIR BOLSONARO NO *TWITTER***

Belo Horizonte
Faculdade de Letras da UFMG
2022

RUTE FERREIRA FRAGA

**A (RE)CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* DISCURSIVO DO
PRESIDENTE JAIR BOLSONARO NO *TWITTER***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para a obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos

Área de concentração: Linguística do Texto e do Discurso

Linha de Pesquisa: (2B) Análise do Discurso

Orientadora: Prof^a Dr^a Glaucia Muniz Proença Lara

Belo Horizonte

Faculdade de Letras - UFMG

2022

F811r

Fraga, Rute Ferreira.

A (re)construção do *ethos* discursivo do Presidente Jair Bolsonaro no twitter [manuscrito] / Rute Ferreira Fraga. – 2022.

1 recurso online (145 f. : il., tabs., p&b., color.) : pdf.

Orientadora: Gláucia Muniz Proença Lara.

Área de concentração: Linguística do Texto e do Discurso.

Linha de Pesquisa: Análise do Discurso.

1. Análise do discurso – Teses. 2. Discurso político – Teses. 3. Retórica – Teses. 4. Minorias – Teses. 5. Bolsonaro, Jair Messias. 1955- – Teses. I. Lara, Gláucia Muniz Proença. II

CDD : 418



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

FOLHA DE APROVAÇÃO

A (re)construção do ethos discursivo do presidente Jair Bolsonaro no Twitter

RUTE FERREIRA FRAGA

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Mestre em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, área de concentração LINGUÍSTICA DO TEXTO E DO DISCURSO, linha de pesquisa Análise do Discurso.

Aprovada em 18 de fevereiro de 2022, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Glauca Muniz Proença Lara - Orientadora

UFMG

Prof(a). Rafael Batista Andrade

IFMG

Prof(a). Tatiana Emediato Corrêa

UFMG

Belo Horizonte, 18 de fevereiro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Glauca Muniz Proença Lara, Professora do Magistério Superior**, em 21/02/2022, às 12:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Batista Andrade, Usuário Externo**, em 21/02/2022, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tatiana Emediato Correa, Usuário Externo**, em 21/02/2022, às 17:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1205904** e o código CRC **90142D68**.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Glaucia Muniz Proença Lara, por ter aceito o desafio de desenvolvermos juntas esta pesquisa. Gratidão pela sua dedicação, paciência e carinho. Sem você este trabalho não seria possível.

Ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos por ter apoiado este trabalho. Aos professores e funcionários que foram fundamentais para esta caminhada.

À Capes, pelo apoio financeiro.

À minha mãe, por ser a melhor amiga e exemplo de força que a vida poderia me dar. Ao meu pai e aos meus irmãos, Thiago e Raquel, pelo apoio e carinho de sempre. Ao Lucas, meu lindo, por ser meu companheiro e por estar ao meu lado em todos os momentos. À minha outra família: meu sogro Wallace (em memória), minha sogra Tânia e minhas cunhadas Jeruza, Júlia e Maíra por todo apoio. Às amigas e ao amigo do coração, Ana, Alice, Ellen, Gleysi, Patrícia e Thales, por caminharem comigo. Às minhas primas queridas Amanda, Cassinha e Renata. À minha amiga Renata Ribeiro, pelas conversas e por ter me transmitido tanto conhecimento.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para esta dissertação.

RESUMO

O discurso populista de caráter conservador parece ter ganhado cada vez mais espaço no cenário mundial, como sugere, no Brasil, a eleição à presidência de Jair Bolsonaro em 2018. Nesse contexto, o presente trabalho, situado no campo da Análise do Discurso de vertente francesa, tem como objetivo principal investigar o *ethos* de Jair Bolsonaro, tal como ele se manifesta em sua conta oficial do Twitter. Apesar de se voltar contra a velha política e se apresentar como forasteiro ou *outsider* do sistema político, Jair Bolsonaro começou sua carreira há quase três décadas. O que nos chama mais a atenção – e que ensejou esta proposta de trabalho – é o fato de ele utilizar-se das redes sociais como um de seus principais meios de comunicação, em especial, o Twitter. Desse modo, buscamos investigar e comparar o *ethos* (ou os *ethes*) que emergem de seus *tweets*, em três momentos específicos de sua vida política: enquanto deputado (2017), enquanto candidato à presidência (2018) e em seu primeiro ano como presidente da República (2019). Do ponto de vista metodológico, como grande parte de suas postagens diz respeito a questões identitárias, debruçamo-nos sobre aquelas que fazem referência às minorias sociais. Seleccionamos, assim, cinco postagens para cada um dos anos indicados, totalizando quinze. Como dispositivo teórico, partimos das premissas de Dominique Maingueneau, Patrick Charaudeau e Ruth Amossy acerca do conceito retórico de *ethos*. Em seguida, mobilizamos, como dispositivo de análise, alguns planos da Semântica Global de Maingueneau, quais sejam: os temas, a intertextualidade, o vocabulário, a dêxis enunciativa e, sobretudo, o modo de enunciação, que, privilegiando o “tom” do discurso, permite verificar mais claramente mudanças no *ethos* que o enunciador/Bolsonaro constrói em seus *tweets*. Como resultado, observamos que houve uma tentativa por parte do enunciador de desconstruir seu *ethos* prévio – atrelado, via de regra, a atitudes e falas preconceituosas – para construir um novo *ethos*, sendo a ambiguidade uma das principais estratégias linguístico-discursivas utilizadas. Observamos ainda que há uma mudança no “tom”, que se torna mais comedido, nos discursos relacionados às comunidades indígenas, à população negra, aos (i)migrantes/refugiados e às mulheres já na campanha eleitoral (2018). Todavia, ao fazer referência ao público LGBTQIAP+, o enunciador mantém o “tom” agressivo nos três momentos analisados. Desse modo, apesar da tentativa empreendida por Bolsonaro de (re)construir sua imagem (seu *ethos*), os *tweets* analisados apontam, em síntese, para a manutenção de seu *ethos* prévio no que diz respeito às minorias sociais, mesmo diante da assunção de um “tom” mais moderado em alguns momentos.

Palavras-chave: Análise do Discurso; ethos; Jair Bolsonaro; minorias sociais; twitter.

ABSTRACT

The conservative populist discourse has been gaining ever more ground in the present global context, as it is shown, in Brazil, by the election of Jair Bolsonaro that took place in 2018. Taking this into account, the present thesis, based upon the French Discourse Analysis School, has as its main goal undertake an investigation over Jair Bolsonaro's ethos as it has been manifested through his official Tweeter account. Although claiming his opposition to traditional politics, and proclaiming himself to be an outsider regarding to the political scene, Jair Bolsonaro has started his career in it over 30 years ago. What strikes our attention - and ultimately has inspired this research - is his utilization of social media as one of his main means of communication, specially Tweeter. Given those considerations, we have sought to investigate the ethos (or *ethos*) which transpire from his tweets in three specific moments of his life in politics: as a Congressman (2017), as a Nominee (2018), and as president (2019). From a methodological point of view, considering that a great deal of his posts have to do with identity issues, we have focused our attention on social minorities. As such, we have selected 5 posts from each stage of his career described above, totaling 15 of them. Regarding the theoretical foundation connected with the rhetoric of ethos, we have taken as a point of departure the premisses of Dominique Maingueneau, Patrick Charadeau and Ruth Amossy. Subsequently, we have sought to mobilize some aspects of the Global Semantics Theory proposed by Maingueneau as an analytic device, those being: themes, intertextuality, vocabulary, enunciatory devices, and, above all, the enunciation modus, which, focusing on the tone of a discourse, allow us to verify with greater clarity the ethos' mutations constructed in his tweets by the enunciator/Bolsonaro. As a result, we have found that an attempt has been made by the enunciator of deconstructing his previous ethos - which have been connected, as a rule, to bigoted attitudes and affirmations - so as to construct a new ethos, ambiguity being one of the main linguistical-discursive strategies utilized by him. We also have found that, already by the time of his presidential campaign (2018), there is a change of "tone", which becomes more restrained in regard to discourses regarding native communities, Black population, migrants/refugees and women. Despite of that, concerning his remarks towards the LGBTQIAP+ community, the enunciator keeps his aggressive "tone" through all of the stages analyzed. In conclusion, despite the attempt undertaken by Bolsonaro to (re)construct his portrait (ethos), the tweets analyzed pointed to the prevalence of his previous ethos in regard to social minorities, even if it has assumed a more restrained "tone" one time or another.

Key Words: Discourse Analysis; *ethos*; Jair Bolsonaro; social minorities; Twitter.

RÉSUMÉ

Le discours populiste à tendance conservatrice gagne de plus en plus d'espace sur la scène mondiale, comme le montre l'élection à la présidence de Jair Bolsonaro au Brésil, en 2018. Dans ce contexte, le présent travail, situé dans le champ de l'analyse du discours française, a pour but principal de procéder à une enquête sur l'ethos de Jair Bolsonaro, tel qu'il se manifeste dans son compte Twitter officiel. Bien qu'il s'oppose à la vieille politique et se présente comme un étranger ou outsider du système politique, Jair Bolsonaro a commencé sa carrière il y a près de trois décennies. Ce qui nous frappe le plus - et qui a donné lieu à cette proposition de travail - c'est le fait qu'il utilise les réseaux sociaux comme l'un de ses principaux moyens de communication, notamment Twitter. Nous cherchons ainsi à étudier et à comparer l'ethos (ou l'ethè) qui émerge de ses tweets à trois moments précis de sa vie politique: en tant que député (2017), en tant que candidat à la présidentielle (2018) et au cours de sa première année comme président de la République (2019). Du point de vue méthodologique, comme une grande partie de leurs publications concerne les questions identitaires, nous nous sommes concentrés sur celles qui font référence aux minorités sociales. Nous avons sélectionné cinq publications pour chacune des années indiquées, soit quinze au total. Comme dispositif théorique, nous sommes partis des prémisses de Dominique Maingueneau, Patrick Charaudeau et Ruth Amossy sur le concept rhétorique d'ethos. Ensuite, nous mobilisons, comme dispositif d'analyse, certains plans de la Sémantique Globale de Maingueneau, à savoir: les thèmes, l'intertextualité, le vocabulaire, la deixis énonciative et, surtout, le mode d'énonciation qui, privilégiant le « ton » du discours, nous permet de vérifier plus clairement les changements dans l'ethos que l'énonciateur/Bolsonaro construit dans ses tweets. Nous avons donc observé une tentative de l'énonciateur de déconstruire son ethos précédent - lié, en règle générale, à des attitudes et des discours préjugés - pour construire un nouvel ethos, l'ambiguïté étant l'une des principales stratégies linguistiques-discursives utilisées. Nous observons également un changement de « ton », qui devient plus modéré, dans les discours relatifs aux communautés indigènes, à la population noire, aux (i)migrants/réfugiés et aux femmes dès la campagne électorale (2018). Cependant, lorsqu'il se réfère au public LGBTQIAP+, le locuteur conserve le « ton » agressif dans les trois moments analysés. Ainsi, malgré la tentative de Bolsonaro de (re)construire son image (son ethos), les tweets analysés indiquent, en synthèse, le maintien de son ethos antérieur concernant les minorités sociales, même s'il adopte un « ton » plus modéré à certains moments.

Mots-clés: Analyse du discours; ethos; Jair Bolsonaro; minorités sociales; twitter.

RESUMEN

El discurso populista de carácter conservador está en acenso en el escenario mundial, como lo demuestra, en Brasil, la elección de Jair Bolsonaro a la presidencia en 2018. En ese contexto, este trabajo, desarrollado en el campo del Análisis del Discurso de vertiente francesa, tiene como principal objetivo investigar el *ethos* de Jair Bolsonaro, tal como él lo expresa en su cuenta oficial del Twitter. Aunque se vuelva contra la vieja política y se presente como un forastero o *outsider* del sistema político, Jair Bolsonaro comenzó su trayectoria política hace casi tres décadas. Lo que nos llama más la atención – y que motivó esta propuesta de trabajo – es el hecho de que él utiliza las redes sociales como uno de sus principales medios de comunicación, en especial, el Twitter. De ese modo, buscamos investigar y comparar el *ethos* (o los *ethe*) que emergen de sus *tweets* en tres momentos específicos de su carrera política: como diputado (2017), como candidato presidencial (2018) y en su primer año como presidente de la República (2019). Desde el punto de vista metodológico, como gran parte de sus publicaciones se refiere a cuestiones identitarias, nos ocupamos de aquellas hacen referencia a las minorías sociales. Así que elegimos cinco publicaciones para cada uno de los años ya mencionados, sumando 15 publicaciones en total. Como marco teórico, partimos de las premisas de Dominique Maingueneau, Patrick Charaudeau y Ruth Amossy sobre el concepto retórico de *ethos*. Luego, movilizamos como dispositivo de análisis algunos planos de la Semántica Global de Maingueneau, son estos: los temas, la intertextualidad, el vocabulario, la deixis enunciativa y, principalmente, el modo de enunciación, que, privilegiando el “tono” del discurso, permite verificar más claramente los cambios en el *ethos* que el enunciador/Bolsonaro construye en sus *tweets*. Como resultado, hemos observado que el enunciador ha intentado deconstruir su *ethos* previo – asociado, como regla, a hablas y actitudes prejuiciosas – para construir un nuevo *ethos*, siendo la ambigüedad una de las principales estrategias lingüístico-discursivas utilizadas. Observamos aun que hay un cambio en el “tono” ya en la campaña electoral (2018), que se vuelve más comedido en los discursos relacionados a las comunidades indígenas, a la población negra, a los (in)migrantes/refugiados y a las mujeres. Sin embargo, al referirse al público LGBTQIAP+, el enunciador mantiene el “tono” agresivo en los tres momentos analizados. De ese modo, a pesar del intento de Bolsonaro de (re)construir su imagen (su *ethos*), los *tweets* analizados señalan, en síntesis, al mantenimiento de su *ethos* previo en lo que se refiere a las minorías sociales, mismo frente la adopción de un “tono” más moderado en algunos momentos.

Palabras clave: Análisis del Discurso; ethos; Jair Bolsonaro; minorías sociales; twitter.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 SOBRE A HISTÓRIA DE JAIR MESSIAS BOLSONARO	19
1.1 A carreira de deputado federal	19
1.2 De deputado desconhecido a Presidente da República	21
<i>1.2.1 A ascensão da extrema direita no cenário internacional</i>	<i>22</i>
<i>1.2.2 A ascensão da extrema direita no Brasil de Bolsonaro</i>	<i>23</i>
2 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO	28
2.1 Questões teóricas	28
<i>2.1.1 O ethos e seus desdobramentos</i>	<i>28</i>
<i>2.1.1.1 Retomando o ethos retórico</i>	<i>29</i>
<i>2.1.1.2 O ethos na análise do discurso</i>	<i>30</i>
2.2 Sobre o político	39
<i>2.2.1 O discurso político</i>	<i>40</i>
<i>2.2.1.1 O discurso de direita</i>	<i>43</i>
<i>2.2.1.2 O discurso populista de direita</i>	<i>45</i>
2.3 Os gêneros de discurso	46
<i>2.3.1 Os gêneros do discurso no espaço virtual</i>	<i>50</i>
<i>2.3.2 Sobre o Twitter</i>	<i>53</i>
2.4 Questões metodológicas	57
<i>2.4.1 A constituição do corpus</i>	<i>57</i>
<i>2.4.2 A Semântica Global e o dispositivo de análise</i>	<i>59</i>
3 ANÁLISE DO ETHOS NOS DISCURSOS DE JAIR BOLSONARO NO TWITTER	62
3.1 Abordando as questões de gênero (social)	62
<i>3.1.1 Movimentos feministas no Brasil: a (constante) luta pela igualdade</i>	<i>65</i>
<i>3.1.2 Breve histórico da luta homoafetiva no Brasil</i>	<i>67</i>
<i>3.1.3 A ofensiva antigênero</i>	<i>68</i>
3.2 Breve histórico da imigração no Brasil	72
<i>3.2.1 Os direitos dos migrantes/refugiados</i>	<i>73</i>
<i>3.2.2 O contexto social e político da migração na Venezuela</i>	<i>74</i>
3.3 A imagem prévia de Jair Bolsonaro	76

3.4	Os <i>ethe</i> presentes nos <i>tweets</i> do deputado federal	81
3.4.1	<i>Tweet 1 – Imigração no Brasil</i>	81
3.4.2	<i>Tweet 2 – Homens no banheiro feminino</i>	85
3.4.3	<i>Tweet 3 – Somos todos iguais</i>	88
3.4.4	<i>Tweet 4 – O legado de Paulo Freire</i>	90
3.4.5	<i>Tweet 5 – Comportamentos estimulados na escola</i>	94
3.4.6	<i>Ethe predominantes do deputado federal</i>	96
3.5	Os <i>ethe</i> nos <i>tweets</i> do candidato à Presidência da República	98
3.5.1	<i>Tweet 6 – Bolsonaro em Roraima</i>	98
3.5.2	<i>Tweet 7 – Politicamente correto</i>	103
3.5.3	<i>Tweet 8 – Atenção: cenas fortes!</i>	105
3.5.4	<i>Tweet 9 – Não sou homofóbico</i>	108
3.5.5	<i>Tweet 10 – Dados contestáveis</i>	110
3.5.6	<i>Ethe predominantes do candidato à presidência da República</i>	112
3.6	Os <i>ethe</i> nos <i>tweets</i> do Presidente da República.....	114
3.6.1	<i>Tweet 11- Indígenas e quilombolas</i>	114
3.6.2	<i>Tweet 12 – Nota de retratação</i>	117
3.6.3	<i>Tweet 13 – Governo Jair Bolsonaro na ONU</i>	122
3.6.4	<i>Tweet 14 – Manifestação da AGU</i>	125
3.6.5	<i>Tweet 15 – Sociedade conservadora</i>	127
3.6.6	<i>Ethe predominantes do presidente da República</i>	129
3.7	Discussão dos resultados.....	131
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
	REFERÊNCIAS	141

INTRODUÇÃO

“O homem é um animal político e está em sua natureza viver em sociedade”. É com essa frase de Aristóteles que iniciamos este trabalho, por compreendermos que o homem é um sujeito social, que precisa pertencer a uma coletividade, mas também um ser político que, como tal, é dotado de linguagem. A política, nesse sentido mais amplo, é, portanto, aquilo que nos torna capazes de pensar e realizar o bem comum.

Nosso interesse pelo campo político é antigo. Contudo, ao cursarmos a Faculdade de Letras/UFMG, tivemos a oportunidade de conhecer, de forma mais aprofundada, o campo das ciências da linguagem, mais especificamente a Análise do Discurso (AD), que, como explica Fiorin (1988, p. 6), toma a “linguagem como um fato caracteristicamente humano e social”. O discurso político é um dos objetos de interesse da AD, o que contribuiu para nosso interesse pela política e pela linguagem – já que a política não pode agir sem a palavra –, aumentasse. Aliás, nunca é demais lembrar que a Escola francesa de análise do discurso, fundada por Michel Pêcheux, surgiu exatamente sob a égide do discurso político. Soma-se a isso, o fato de as eleições presidenciais de 2018 terem sido marcadas por conflitos que contribuíram para uma polarização política que se estende aos dias atuais, questão que nos motivou mais ainda.

Recentemente, o cenário internacional tem sido atravessado por um elevado nível de turbulência. As crises econômicas iniciadas na primeira década do século XXI e o crescimento das desigualdades de renda e riqueza atuais são comparáveis aos da primeira metade do século XX. O aumento da insatisfação social e da desconfiança em relação à estrutura política vigente são outro ponto de semelhança entre os dois períodos e se expressa, por exemplo, no crescimento da expressividade do conservadorismo político. Há, contudo, diferenças importantes entre os dois contextos. No plano discursivo, por exemplo, é possível citar o surgimento de meios de comunicação distintos, como é o caso da Internet e, particularmente, das redes sociais. Também estão sendo formadas ou reformuladas estratégias de comunicação diferentes, como é o caso daquelas às quais estão associados os conceitos de *fake news*¹ e pós-verdade².

¹ De acordo com Santaella (2018, p. 19), “notícias falsas [*fake news*] costumam ser definidas como notícias, estórias, boatos, fofocas ou rumores que são deliberadamente criados para ludibriar ou fornecer informações enganadoras. Elas visam influenciar as crenças das pessoas, manipulá-las politicamente ou causar confusões em prol de interesses escusos.” Acrescentamos que o termo ficou mundialmente conhecido a partir da eleição presidencial de 2016, nos EUA, na qual Donald Trump foi acusado de disseminar *fake news* para influenciar o eleitorado. Retomaremos esta questão no capítulo 1.

² “Circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e à crença pessoal.” (SANTAELLA, 2018, p. 48).

Consoante o contexto internacional, a conjuntura brasileira também tem experimentado grande instabilidade, amargando uma série de crises econômicas e políticas³. Tais acontecimentos parecem estar associados a transformações importantes na cultura política e no ideário social do país, com o fortalecimento do discurso de combate à corrupção, do antipetismo e o revivescimento da histeria anticomunista, como pontuam Ortellado *et al.* (2017). Nessa perspectiva, o discurso político populista de caráter conservador parece ganhar cada vez mais espaço. A eleição à presidência, em 2018, de Jair Bolsonaro, conhecido por suas declarações e atitudes agressivas e polêmicas, parece fazer parte desse contexto. Apesar de voltar-se contra a velha política e apresentar-se como forasteiro ou *outsider* do sistema político, Jair Bolsonaro começou sua carreira na política brasileira há quase três décadas. No entanto, o que nos chama mais a atenção – e que ensejou esta proposta de trabalho – é o fato de ele utilizar-se das redes sociais como um de seus principais meios de comunicação, em especial, o Twitter⁴.

Em diversas ocasiões, o político tem sido creditado como autor de declarações de cunho agressivo e preconceituoso associadas a discursos de ódio. Do ponto de vista do espectro ideológico, as afirmações de Bolsonaro são normalmente enquadradas como parte do ideário conservador de linhagem autoritária, que tem assumido uma expressão cada vez maior no cenário político internacional, particularmente a partir da série de crises econômicas e políticas iniciadas na primeira década do século XXI, conforme dissemos anteriormente.

Dada a importância de Bolsonaro como porta-voz e representante político no Congresso Nacional, somando quase três décadas de experiência em cargos políticos, sua ascensão à presidência da República e seu histórico de declarações radicais e polêmicas, torna-se relevante apresentar, analisar e compreender seus discursos e ideias, de maneira aprofundada, de modo a evitar os problemas associados às interpretações baseadas exclusivamente no senso comum.

Ao longo de sua carreira, Bolsonaro recorreu a diversas formas de comunicação para veicular e debater suas ideias. Vale lembrar que a própria notoriedade nacional conquistada por ele antes de seu ingresso na carreira política foi, em grande medida, resultado de sua entrevista a uma das revistas de maior expressividade nacional, a *Veja*⁵. Já como representante político, Bolsonaro pôde utilizar-se não apenas dos meios de comunicação de que dispõem os representantes do Congresso

³ Nesse sentido, é possível citar episódios como as Jornadas de Junho de 2013; os protestos anticorrupção e antigoverno do PT, principalmente a partir de 2015; o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016; a prisão do ex-presidente Lula, em 2018, como resultado da Operação Lava-Jato; e, finalmente, a eleição recente de Jair Bolsonaro para a Presidência da República.

⁴ Segundo a Wikipédia: “Twitter é uma rede social e um servidor para microblogging, que permite aos usuários enviar e receber atualizações pessoais de outros contatos, por meio do website do serviço, por SMS e por softwares específicos de gerenciamento.” Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Twitter>. Acesso em: 08 jun. 2021. Essa rede social será descrita mais detalhadamente no segundo capítulo, que trata do referencial teórico e metodológico.

⁵ Essa questão será retomada no primeiro capítulo.

Nacional, mas também da cobertura midiática voltada às personalidades públicas em geral. Aqui, estão incluídas não apenas as entrevistas, mas reportagens sobre suas declarações e projetos, veiculadas seja por meio de jornais impressos, seja através de meios televisivos.

Mais recentemente, Bolsonaro também pôde beneficiar-se da importância crescente das redes sociais, que conferiram não só às empresas, mas também à população em geral uma forma de comunicação e divulgação de fácil acesso e alcance considerável, como bem pontua Emediato (2015):

A internet, e em especial, as redes sociais, parecem se abrir a todos os aspectos da expressão humana, em diferentes códigos semiológicos, permitindo tanto aos cidadãos comuns, como aos “mais sábios dos homens”, para retomar expressão antiga de Aristóteles, tomar a palavra, sem pedir permissão, nesta ágora cibernética de retórica virtual. (EMEDIATO, 2015, p. 172)

Ao longo de sua campanha para presidente, Bolsonaro fez amplo uso de ferramentas como o *Facebook*, o *Whatsapp* e o *Twitter* para comunicar-se com eleitores, simpatizantes e adversários. Ele chegou, inclusive, a ser acusado de beneficiar-se da contratação ilegal de empresas com o objetivo de aumentar sua visibilidade e popularidade por meio da publicação coordenada de mensagens através de perfis falsos de usuários, bem como de difamar seus opositores através de notícias falsas ou *fake news*.

Dentre as diversas redes sociais da internet, contudo, a que vem assumindo a maior importância enquanto fonte de comunicação de Bolsonaro desde sua eleição para presidente é o *Twitter*. Isso parece ser resultado não apenas da mudança em curso das formas de comunicação tradicionais ao redor de todo o mundo, a partir da disseminação do acesso à internet, mas também da relação de animosidade e desconfiança mútuas estabelecidas entre Bolsonaro e parte da chamada grande mídia⁶, em especial o grupo controlado pela família Marinho⁷ e jornais impressos, como a *Folha de S. Paulo*. Além disso, a importância conferida por Bolsonaro a essa mídia social específica parece espelhar a atitude de pelo menos uma outra figura política no cenário internacional: o ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Sendo assim, dada a influência das ideias de Bolsonaro, enquanto representante do país, e do *Twitter* enquanto forma de comunicação praticamente oficial do governo, uma das formas privilegiadas de buscar compreender as ideias do

⁶ Segundo o jornal *Deutsche Welle*, o número de ataques à liberdade de imprensa em 2020 foi o maior desde que a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) começou a fazer esse levantamento, há mais de 20 anos, e tem o presidente Jair Bolsonaro como principal ator desses ataques. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/brasil-teve-recorde-de-ataques-%C3%A0-imprensa-em-2020-diz-relat%C3%B3rio/a-56354093>. Acesso em: 29 jan. 2021.

⁷ Cabe lembrar que o distanciamento em relação ao grupo da família Marinho é paralelo à aproximação em relação ao grupo da família Macedo.

Presidente e sua importância para a sociedade brasileira parece ser a análise de publicações feitas na referida plataforma.

Uma das teorias que permite examinar as ideias proferidas por Bolsonaro, bem como suas relações e seus efeitos sobre os interlocutores, é a Análise do Discurso de vertente francesa (ADF). Maingueneau (2015) introduz a questão que norteia essa disciplina da seguinte maneira:

O interesse específico que rege a análise do discurso é relacionar a estruturação dos textos aos lugares sociais que os tornam possíveis e que eles tornam possíveis. Aqui, a noção de “lugar social” não deve ser apreendida de maneira imediata: pode se tratar, por exemplo, de um posicionamento em um campo discursivo (...). O objeto da análise do discurso não é, então, nem os funcionamentos textuais, nem a situação de comunicação, mas o que os amarra por meio de um dispositivo de enunciação simultaneamente resultante do verbal e do institucional. (MAINGUENEAU, 2015, p. 47).

Assim, a análise do discurso de que faz parte o autor supracitado auxilia na compreensão de diversas atividades sociais que se dão por meio da linguagem, sendo o campo político, como mencionamos, um de seus objetos de interesse. Para essa compreensão, fornece conceitos e princípios teóricos e metodológicos que permitem uma análise “interparafrástica”, ou seja, para além do texto⁸.

Dentro do campo da análise do discurso, em especial do *discurso político*, destaca-se o conceito aristotélico de *ethos*, que, de acordo com Amossy (2018a, p. 202), designa “a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário”. Arelada ao conceito de *ethos*, a noção de *cena da enunciação*, bem como os recentes estudos sobre os *gêneros discursivos* presentes na internet, os quais serão abordados no segundo capítulo desta dissertação, são importantes para o desenvolvimento da presente investigação, uma vez que permitem evitar os problemas ligados ao reducionismo linguístico, de um lado, e ao sociológico, de outro. À luz da ADF, faz-se relevante, portanto, a análise dos discursos proferidos por Bolsonaro. E como grande parte de suas postagens diz respeito a questões identitárias, cabe dedicar atenção especial aos discursos no *Twitter* que se referem às minorias sociais.

Assim, a posição de Bolsonaro como presidente da República, suas declarações polêmicas e sua forma particular de utilização das redes sociais evocam a necessidade de compreender suas estratégias discursivas, em especial, como é (re)construído, o *ethos* que emerge de suas falas. Nesse contexto, nossa pesquisa se insere no quadro teórico da Análise do Discurso de vertente francesa, tomada em sentido amplo (como se verá no segundo capítulo) a

⁸ A esse respeito, Maingueneau (2015, p. 61) afirma: “Uma análise do discurso religioso, jornalístico ou científico, por exemplo, não se contenta com o estudo dos textos: ela os relaciona ao funcionamento das instituições que os produzem e os gerem.”

partir de perspectivas teóricas que têm suas próprias especificidades, como a semiolinguística, a semiótica discursiva, as “tendências francesas”, de Maingueneau, mas que se debruçam todas sobre um objeto comum: o discurso e sua manifestação no/pelo texto. Recorremos também a disciplinas, como a Sociologia e a História, que dialogam com a Análise do Discurso e que se mostram relevantes para respaldar nossos objetivos.

Com base no quadro teórico supracitado, nosso objetivo geral é empreender a análise das postagens de Jair Bolsonaro no Twitter, particularmente as que incidem sobre as minorias sociais, para entender que critérios, parâmetros e estratégias orientam sua prática discursiva, levando em conta a interconexão entre as questões linguísticas e as sociopolíticas, a fim de chegar ao *ethos* (ou aos *éthe*) que ele (re)constrói nesses discursos em três momentos da sua vida política: enquanto deputado federal (2017), enquanto candidato à presidência (2018) e como presidente (2019).

Além disso, buscaremos, como objetivos mais específicos, 1) verificar se há uma mudança de “tom” nesses discursos e, se sim, com que objetivo isso ocorre; 2) explorar o conceito de *discurso político* e estudar o papel e a importância crescente das novas mídias sociais, em especial do Twitter, enquanto gênero de discurso e forma de interação presente na *web*.

Nos últimos anos, foi produzida uma quantidade razoável de trabalhos acerca do discurso político e do *ethos* no âmbito desse discurso. Como exemplo, podemos citar: a construção do *ethos* na CPMI dos Correios, no escândalo envolvendo Roberto Jefferson (ARAÚJO, 2008); o *ethos* da rede Globo nas eleições de 2014 (AMIN, 2019); o *ethos* de credibilidade nos debates das eleições à prefeitura do Rio de Janeiro de 2016, numa perspectiva charaudiana (COSTA, 2017); o *ethos* no discurso de posse de Geraldo Alckmin como governador de São Paulo (ANDRADE, 2017).

Houve também trabalhos que, a exemplo daquele que abordou o *ethos* da rede Globo, voltaram-se para a apreensão de um *ethos* coletivo, como o de Taveira (2013) sobre a União Nacional dos Estudantes (UNE). Ou ainda trabalhos que procuraram pesquisar o discurso político nas redes sociais. É o caso da pesquisa de Cruz (2018), que tomou o *Twitter* como um lugar estratégico de luta, e a de Silva (2017), que focalizou as encenações verbais no Twitter. Além disso, as redes sociais apareceram como objeto de investigação das estratégias argumentativas dos candidatos nas eleições presidenciais de 2010 (MARTINI, 2011; PIRES, 2012).

No que tange ao atual presidente, foram desenvolvidos alguns trabalhos acerca de seu discurso, parte deles sem pensar na noção de *ethos*, como o que investigou as semelhanças

e divergências nos discursos de Jair Bolsonaro e Donald Trump (BARONAS; PONSONI, 2018). Também é possível encontrar, mesmo em menor quantidade, trabalhos que investigaram a construção do *ethos* em discursos relacionados a Bolsonaro (SOUZA; SOARES, 2019; OLIVEIRA, 2019; AUGSTEN; AMARAL, 2018).

Entretanto, nenhum desses trabalhos procurou analisar as mudanças no “tom” dos discursos de Jair Bolsonaro nas três fases de sua vida política (enquanto deputado, antes de ocupar a cadeira da presidência da República e enquanto presidente), ou à evolução na construção do seu *ethos*. É nessa lacuna que se insere a presente pesquisa, cujo foco principal, como já foi apontado, são os *tweets* de Bolsonaro acerca das minorias sociais.

A ênfase nos discursos direcionados às questões identitárias é especialmente importante em razão de suas consequências potencialmente graves para os grupos sociais atingidos em termos de segurança, bem como da legitimação de determinados tipos de comportamento por parte daqueles que se sentem representados pelo discurso de Bolsonaro, a despeito de sua legalidade ou adequação social.

Diante do que foi apresentado, dividiremos este trabalho em três capítulos. No primeiro, a título de contextualização, faremos uma breve exposição da trajetória política de Jair Messias Bolsonaro, passando por sua atuação como deputado até chegar ao cargo de presidente da República. No segundo capítulo, apresentaremos os principais conceitos que nos movem, a começar pela noção de *ethos*, central para este trabalho. Em seguida, nos ocuparemos da metodologia utilizada para atingir nosso objetivo maior: saber como o enunciador em questão (re)constrói uma imagem de si – um *ethos* discursivo– a partir de suas postagens no Twitter. O terceiro capítulo será destinado à análise propriamente dita, o que nos levará aos resultados finais.

1 SOBRE A HISTÓRIA DE JAIR MESSIAS BOLSONARO

Neste capítulo, apresentaremos um breve histórico sobre a vida política de Jair Messias Bolsonaro. Exporemos sua trajetória de 28 anos enquanto deputado federal e, em seguida, discorreremos acerca dos fatores que contribuíram para que ele chegasse à presidência da República em sua primeira candidatura ao cargo. Faremos também uma breve contextualização acerca da ascensão da extrema direita que vem ocorrendo não só no Brasil – com a vitória de Bolsonaro –, mas também no cenário internacional e que contribui para compreender o trajeto que levou o deputado federal a ocupar o cargo mais alto da política brasileira. Lembramos que o objeto de interesse da ADF não é o indivíduo de “carne e osso”, mas, antes, aquele que se projeta no discurso, ou seja, o locutor ou enunciador⁹. Portanto, a contextualização aqui proposta pretende servir de ponto de partida para que se possa compreender, enfim, o “ser que fala”.

1.1 A carreira de deputado federal

Em razão de sua ascensão ao cargo de presidente da República, Jair Bolsonaro tornou-se uma das figuras políticas de maior importância no cenário político brasileiro. Sua posição atual confere-lhe o potencial de influenciar, com suas atitudes e suas ideias, os rumos de todo o país. Mesmo antes disso, contudo, ele já representava uma personalidade de destaque na sociedade brasileira. Como integrante do exército, Bolsonaro ficou conhecido no fim da década de 1980 por ter conferido uma entrevista à revista *Veja* em que revelava um plano, cujo objetivo era a conquista de melhores salários para a categoria dos militares, e cuja reivindicação envolvia a explosão de bombas em dependências diversas do Exército. Julgado pelo Tribunal Militar e absolvido por insuficiência de provas, Bolsonaro foi transferido à reserva militar, ingressando, logo em seguida, na carreira política.

Em 1988, em virtude da projeção no meio militar que a polêmica na qual estava envolvido lhe proporcionou, Bolsonaro venceu a eleição para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro pelo Partido Democrata Cristão (PDC). Depois de um breve período como vereador, Bolsonaro elegeu-se como deputado federal no início dos anos 1990, pelo mesmo partido, o

⁹ Neste trabalho, a exemplo de Maingueneau, tomamos os termos *enunciador* e *locutor* como equivalentes para remeter àquele que toma a palavra, àquele que é responsável pelo dizer. Sinalizaremos, porém, quando esses termos forem tomados em sentido diferente, como é o caso da proposta de Ducrot (1987), que examinaremos no próximo capítulo.

que o fez renunciar ao cargo de vereador para tomar posse, em 1991, na Câmara dos Deputados. Em seu primeiro mandato como deputado, votou a favor do *impeachment* de Fernando Collor de Melo, então presidente da República.

Em 1993, Bolsonaro ajudou a fundar o Partido Progressista Reformador (PPR), o qual nasceu de uma fusão do PDC com o Partido Democrático Social (PDS). Nessa mesma época, o então Deputado Federal se envolveu na primeira polêmica da sua vida enquanto político, ao defender o retorno do regime de exceção e o fechamento do Congresso Nacional, com a alegação de que o excesso de leis atrapalhava o exercício do poder e que “num regime de exceção, o chefe, que não precisa ser um militar, pega uma caneta e risca a lei que está atrapalhando”¹⁰. Apesar de ter recebido advertência por parte do Congresso Nacional, a fala de Jair Bolsonaro não lhe rendeu nenhuma punição e, em 1994, voltou a declarar sua preferência pelo regime militar, reelegendo-se como deputado com um projeto de campanha que incluía, entre diversas propostas, uma melhoria salarial para os militares, a revisão da área dos índios Yanomamis (a qual considerava absurda) e o fim da estabilidade dos servidores públicos.

Em 1995, Jair Bolsonaro deixou o PPR para fazer parte do recém criado (a partir de uma fusão entre o PPR e o Partido Progressista) Partido Progressista Brasileiro (PPB), hoje conhecido como PP¹¹ (Partido Progressista), cuja ideologia de base é a de direita. Reelegeu-se deputado nas eleições seguintes pela mesma legenda e, em 1999, ao conceder entrevista ao programa Câmara Aberta, da emissora Band, defendeu uma guerra civil no país, o fechamento do Congresso Nacional e a morte de Fernando Henrique Cardoso, com a famosa frase que, inclusive, circulou na internet durante as eleições de 2018: “Só vai mudar infelizmente quando partirmos para uma guerra civil, fazendo um trabalho que o regime militar não fez. Matando uns 30 mil, começando com FHC, não vamos deixar ele pra fora, não”.¹² Além disso, foi o único deputado a votar, em 2000, contra a criação do Fundo de Combate à Pobreza, cujo objetivo era minimizar o impacto das desigualdades sociais no Brasil.

Em 2003, Bolsonaro deixou o PPB para fazer parte do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Dois anos depois, deixou o PTB para filiar-se ao Partido da Frente Liberal (PFL) e, nesse mesmo ano (2005), mudou novamente de partido, ao filiar-se ao PP (antigo PPB, como foi dito acima). Permaneceu nesse partido até sua reeleição em 2014 e, no ano seguinte, com a

¹⁰ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jair-messias-bolsonaro>. Acesso em: 17 maio 2021.

¹¹ Vale ressaltar que o PP ocupou, segundo dados do Congresso em Foco, o primeiro lugar no ranking de partidos cujos parlamentares estavam em investigação em casos de suspeita de corrupção.

¹² Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/08/29/interna_politica,984474/bolsonaro-defende-guerra-civil-no-brasil-e-sonegacao-de-impostos-em-vi.shtml. Acesso em: 17 maio 2021.

alegação de que no PP não haveria espaço para concorrer a cargos mais altos, Bolsonaro migrou para o PSC (Partido Social Cristão). Foi em março de 2018 que, ao oficializar sua candidatura à presidência da República, Bolsonaro filiou-se ao PSL (Partido Social Liberal), desfiliando-se, em novembro do ano seguinte (2019), após divergências com o presidente do partido Luciano Bivar. Após uma tentativa frustrada de criar um novo partido – Aliança pelo Brasil, cuja base ideológica é de extrema direita – o atual presidente da República permanece em exercício sem fazer parte de nenhuma legenda partidária.

Diante do que foi exposto, não é difícil constatar que a carreira de Bolsonaro como deputado federal foi marcada por polêmicas e mudanças de partidos. Contudo, no que diz respeito ao trabalho de deputado em si, não há nenhum registro de que ele tenha tido grandes feitos em seus quase 30 anos como parlamentar, a não ser, como bem pontua Avritzer (2020, p. 9), “sua coautoria em um projeto de lei que propunha a legalização da fosfoctanolamina, conhecida como a pílula do câncer”. Como, então, uma figura política do “baixo clero” chegou ao cargo de maior importância da política brasileira? Procurar entender esse processo se faz relevante para nosso objetivo maior: saber se há uma tentativa de (re)construção do *ethos*, ou dos *ethe*, de Jair Messias Bolsonaro, como já foi dito. Para tanto, dedicaremos a próxima seção à investigação dessa ascensão.

1.2 De deputado desconhecido a Presidente da República

Conforme a breve exposição que fizemos na seção anterior, acerca da carreira de deputado de Jair Bolsonaro, tudo parecia indicar que sua figura no meio político era irrelevante e assim continuaria. No entanto, como se sabe, em 2018, em sua primeira disputa à cadeira da presidência, o capitão reformado foi eleito como 38º presidente da República Federativa do Brasil. Desse modo, achamos relevante expor, mesmo que de maneira breve, como se deu essa ascensão de político marginal ao centro da política brasileira. Para isso, entretanto, é necessário que façamos uma rápida exposição da crescente ascensão da extrema direita que vem ocorrendo não só no Brasil, mas também no cenário mundial. Salientamos, todavia, que, por limitações que o tempo destinado à escrita de uma dissertação impõe, não faremos uma pesquisa aprofundada sobre a ascensão da extrema direita.

1.2.1 A ascensão da extrema direita no cenário internacional

Recentemente, o cenário internacional tem sido marcado por um elevado nível de turbulência. As crises econômicas iniciadas na primeira década do século XXI – especialmente a crise de 2008, deflagrada nos Estados Unidos a partir de uma crise imobiliária que, em efeito cascata, levou a uma crise econômica mundial –, atreladas ao aumento da insatisfação social e da desconfiança em relação à estrutura política vigente são fatores que contribuíram para o crescimento da expressividade do conservadorismo político. Nesse contexto, em diversos países não só do continente europeu, mas também do continente americano, viu-se uma crescente ascensão de partidos da extrema direita, autoritários, reacionários e, em muitos casos, com traços neofascistas. Exemplos dessa chegada da extrema direita ao poder, como aponta Löwy (2021), são: Índia (Modi) e Turquia (Erdogan), em 2014; Estados Unidos (Trump – perdeu a presidência, mas continua sendo uma força política importante) e Inglaterra (Boris Johnson), em 2016; Brasil, em 2018, com a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência da República, como já foi mencionado. Devemos acrescentar os partidos com fortes traços neofascistas, como o *Rassemblement National*, da família Le Pen, na França; a *Lega de Salvini*, na Itália; o AfD, na Alemanha; e o FPÖ, na Áustria.

É em um contexto de crise econômica, política e humanitária que partidos de extrema direita veem a oportunidade de crescimento. Mouffe (2015) acrescenta que a falta de um projeto político que demarque bem os partidos de esquerda e de direita, e as fortes tendências a um presidencialismo de coalizão¹³, sem deixar opções para a população que busca mudanças, promove um forte terreno para que os demagogos de direita sejam capazes de expressar o desejo de uma alternativa ao consenso sufocante. Nas palavras da cientista política:

Quando examinamos o estado da política democrática em todos os países em que o populismo de direita fez grandes progressos, encontramos uma semelhança impactante. Seu crescimento sempre ocorreu numa situação em que as diferenças entre os partidos democráticos tradicionais se tornaram muito menos significativas do que eram antes. Em alguns casos, como na Áustria, isso se deveu a um longo período de governo de coalizão, em outros, como na França, ao deslocamento para o centro de partidos que anteriormente se situavam claramente à esquerda do espectro político. (MOUFFE, 2015, p. 65).

¹³ Termo criado, em 1988, pelo cientista político Sérgio Abranches para tratar do ato de fechar acordos e fazer alianças entre partidos políticos/forças políticas em busca de um objetivo específico. Destaca-se que tal prática é muito comum no atual cenário político, visto que muitos partidos fazem alianças para ganhar cargos nos governos. Disponível em: <https://www.politize.com.br/presidencialismo-de-coalizao-e-atual-crise-brasileira/>. Acesso em: 17 maio 2021.

1.2.2 A ascensão da extrema direita no Brasil de Bolsonaro

O contexto brasileiro, desde o seu processo de redemocratização, com o fim da Ditadura Militar (1964-1985), experimentou fortes crises econômicas, sociais e políticas. Uma questão importante a ser destacada é a retomada, em nosso país, do estado democrático pós ditadura militar. Diferentemente de outros países da América do Sul que passaram por ditaduras, como Chile e Argentina, o fim do regime militar se deu com o processo de aprovação da Lei da Anistia, votada por grande parte dos parlamentares que faziam parte da Arena (Aliança Renovadora Nacional)¹⁴. A maior parte dos crimes cometidos na ditadura não foi solucionada e seus perpetradores não foram punidos, o que contribuiu para um certo “apagamento de memória” de um dos piores períodos da história do Brasil, além de facilitar o processo de recuperação da imagem do setor militar – do qual Jair Bolsonaro faz parte.

Ainda durante a elaboração da Constituição de 1988, duas tendências de longo prazo foram se afirmando: a primeira foi a recuperação da confiança da população nos militares. Como não houve no país uma Justiça de transição, os malfeitos foram jogados para debaixo do tapete e os militares rapidamente retomaram a confiança da população, reforçando a imagem de eficiência e não envolvimento em corrupção. O fenômeno se deu ainda nos anos 1990. A segunda tendência diz respeito à autorização para a intervenção das Forças Armadas na segurança pública e na política. (...) Evidentemente, a porta de entrada para intervenção dos militares na política não foi fechada no Brasil. (AVRITZER, 2020, p. 35-36)

Além disso, os escândalos de corrupção envolvendo os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), a exemplo do Mensalão; e a forte recessão econômica – gerada pela crise do capital, que atingiu os EUA e a Europa, em 2008, e o Brasil nos anos subsequentes, resultando na perda de empregos e no fechamento de empresas –, atrelada a outros fatores, provocou um forte mal estar social que levou a manifestações populares. Entre elas, podemos citar as Jornadas de Junho de 2013, compostas por um público heterogêneo e reivindicações diversas (descontentamento com o alto preço das passagens de ônibus, saúde e educação de qualidade, reforma política e, até mesmo, a volta da Ditadura Militar), que, mais adiante, culminaram no processo de destituição de Dilma Rousseff da presidência da República. É a partir desse último episódio que Jair Bolsonaro passou a ganhar grande visibilidade, apesar de ter protagonizado outros episódios polêmicos, como já dissemos. Em 2016, quando proferiu seu voto favorável ao processo que visava ao *impeachment* de Dilma, Bolsonaro, na época

¹⁴ Partido criado em 1965 para dar sustentação política à Ditadura Militar, permaneceu com esse nome até 1979. Nos anos 1990, após uma série de mudanças na sigla, a Arena se dividiu e reconfigurou-se em dois partidos que permanecem na política brasileira: o PP (Partido Progressista) e o DEM (Democratas).

deputado pelo PSC, homenageou Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-chefe do Destacamento de Operações de Informação-Centro de Operações 5 de Defesa Interna (DOI-Codi), responsável por torturas durante o período da ditadura militar, dentre elas, a da própria Dilma Rousseff.

Para Avritzer (2020, p. 9), foi com esse voto que “Bolsonaro se habilitou a líder da direita brasileira, especialmente dos seus setores militares, que vinham se organizando desde 2015”. O autor acrescenta o atentado em Juiz de Fora - MG, durante um ato de campanha em 2018, no qual Adélio Bispo¹⁵ foi responsável por uma tentativa de homicídio, ao dar uma facada no então candidato. Após o atentado, Bolsonaro assumiu a liderança nas pesquisas de intenção de votos.

Um ponto importante a ser acrescentado é que a falta de polidez nos discursos, não só de Bolsonaro, mas também de vários líderes de extrema direita que viraram chefes de Estado nos últimos anos, é vista, muitas vezes, como um ponto positivo. Falas machistas, xenófobas, homofóbicas e racistas, por exemplo, foram (e continuam sendo) ditas por grande parte desses políticos, o que, atrelado à pouca ou nenhuma experiência política no currículo, são questões vistas positivamente por uma significativa parcela de eleitores. Soma-se a isso o fato de que o uso de notícias falsas, disseminadas em massa, foi uma das estratégias de campanha de grande parte desses líderes. Como nos esclarece Empoli (2020), referindo-se aos políticos de extrema direita que ascenderam como “populistas” no cenário internacional, na última década:

Os defeitos e vícios dos líderes populistas se transformaram, aos olhos dos eleitores, em qualidades. Sua inexperiência é a prova de que eles não pertencem ao círculo corrompido das elites. E sua incompetência é vista como garantia de autenticidade. As tensões que eles produzem em nível internacional ilustram sua independência, e as *fake news* que balizam suas propagandas são a marca de sua liberdade de espírito. (EMPOLI, 2020, p. 17-18)

Diferentemente de outros que se tornaram presidentes, a exemplo do empresário e apresentador de programa de televisão Donald Trump, Bolsonaro, como vimos, não é uma figura nova no ambiente político. Apesar disso, apresentou-se como *outsider* do sistema político, e suas falas equivocadas sobre questões básicas que um candidato a chefe de Estado deve saber (ou deveria, pelo menos em tese) foram vistas como “inexperiência”, o que foi acatado por grande parte do seu eleitorado e contribuiu de maneira significativa para sua ascensão. Assim, atrás desse estereótipo e das cotidianas falas polêmicas é que, para Empoli

¹⁵ Posteriormente, Adélio Bispo foi absolvido pelo juiz responsável pelo caso sob a alegação de que o réu era acometido de doença mental que lhe supriu a capacidade de compreender o ato ilícito.

(2020), se esconde o trabalho de dezenas de especialistas¹⁶ em Big Data¹⁷, sem os quais os novos líderes de extrema direita jamais teriam chegado ao poder. Para o autor, a internet e o advento dos smartphones e das redes sociais têm uma participação significativa no processo eleitoral e na consequente vitória dessas figuras políticas.

Desde 2017, embora não tivesse oficializado sua candidatura nas eleições de 2018, Bolsonaro já fazia campanha, principalmente nas redes sociais, tal como mostramos na introdução. Pouco se viu em termos de questões consistentes relacionadas ao seu plano de governo, e suas postagens foram marcadas por constantes ataques à esquerda, mais especificamente ao governo do PT e ao ex-presidente Lula, às minorias sociais e à imprensa. Destaca-se que grande parte desses ataques estava relacionada a inverdades.

Nesse contexto, outro fator importante está relacionado à disseminação de notícias falsas, ou *fake news*, direcionadas à imagem de seus opositores, e que foram disseminadas em massa, principalmente pelo *whatsapp*. Para Empoli (2020), o sucesso ocasionado por “complôs” ou “teorias da conspiração”, característicos das *fake news* no ambiente virtual, está relacionado ao fato de essas inverdades gerarem fortes emoções, polêmicas, indignações e até mesmo a raiva, o que resulta em “cliques” e mantêm os usuários colados ao monitor. Além disso, o autor acrescenta que “um recente estudo do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) demonstrou que uma falsa informação tem em média, 70% a mais de probabilidade de ser compartilhada na internet, pois ela é, geralmente, mais original que uma notícia verdadeira” (*ibid.* p. 78).

Na época das eleições, inclusive, houve a denúncia de que Bolsonaro seguia a estratégia política¹⁸ do então presidente dos EUA Donald Trump, que promoveu o disparo, por meio de robôs, de mensagens falsas relacionadas à sua oponente, Hillary Clinton, influenciando o eleitorado e mudando os rumos da eleição de 2016, na qual ele foi escolhido presidente. A

¹⁶ Aqueles que chefiaram a equipe de marketing e utilizaram as mídias sociais (Whatsapp, Facebook, Twitter, Instagram) e o disparo de *fake news* como estratégias para uma bem sucedida campanha eleitoral são chamados por Empoli (2020) de “engenheiros do caos”, título de seu livro, inclusive.

¹⁷ Empoli (2020. p. 18) nos esclarece bem o significado do termo: “Área do conhecimento que se dedica a lidar com quantidade de dados tão extensa que é impossível analisá-los pelos sistemas tradicionais. Presente também na ciência e em diversos campos, tem sido amplamente utilizada para potencializar e monetizar dados de usuários das redes sociais.”

¹⁸ Em 2018, veio à tona o escândalo envolvendo Steve Bannon, Donald Trump e a empresa de análise de dados Cambridge Analytica. A denúncia relativa a essa última consistia no fato de que a empresa recolheu dados de usuários do Facebook para uma posterior venda a políticos, os quais usaram esses dados como estratégia política. Steve Bannon, estrategista da campanha presidencial de Trump, e o próprio presidente foram acusados de comprar esses dados para a disseminação em massa de notícias falsas contra Hillary Clinton, o que contribuiu para influenciar os votos do eleitorado dos EUA.

jornalista Patrícia Campos Mello, da *Folha de S. Paulo*, divulgou dados que indicavam a participação de Jair Bolsonaro no disparo ilegal de *fake news* por agências de publicidade. A jornalista, após a publicação da matéria, recebeu fortes ataques do bolsonarismo, sendo, inclusive, ameaçada de morte. O jornal *El País* destacou cinco informações falsas, selecionadas pelo jornal *online Aos Fatos*, que contribuíram para a eleição de Jair Bolsonaro: 1) “o ‘kit gay’ para crianças de 6 anos que foi distribuído nas escolas nos governos do PT”; 2) “o homem que apunhalou Bolsonaro é filiado ao PT e aparece numa foto com o Lula”; 3) “senhora é agredida por ser eleitora de Bolsonaro (na verdade, era a atriz brasileira Beatriz Segall)”; 4) “Haddad defende incesto e o comunismo em um de seus livros”; 5) “se Haddad chegar ao poder, pretende legalizar a pedofilia”, contendo, todas elas, imagens e textos (curtos) apelativos¹⁹.

Essas duas estratégias, o engajamento nas redes sociais e a disseminação de *fake news*, foram amplamente utilizadas por Bolsonaro. Para Avritzer, o político as usou de modo a criar uma rede composta por apoiadores no ramo político, jornalístico e empresarial, formando, assim, uma base bolsonarista que contribuiu para alavancar sua campanha política e permanece como uma importante base em seu governo. Nas palavras do cientista político:

Jair Bolsonaro, o político, construiu uma rede formidável de ataque aos seus adversários nas redes sociais (...). A base bolsonarista na internet é (ou foi) constituída por três grupos principais: um grupo que remete diretamente aos seus filhos, apelidado de “gabinete do ódio”, que deslança processos de ratificação acrílica das posições do clã. O segundo é uma vasta rede de sites e perfis de direita um pouco mais moderada que incluíram no passado movimentos como o MBL, o Vem pra Rua e sites como O Antagonista, que amplificavam a defesa das posições do presidente para além das redes bolsonaristas. Por último, Bolsonaro foi apoiado por um conjunto de pessoas com destaque nas redes sociais: como empresários influentes, como os donos da Havan e da Riachuelo, até um círculo diversificado de artistas e personalidades públicas. (AVRITZER, 2020, p. 10-11)

Mesmo não tendo participado de nenhum debate no segundo turno contra Fernando Haddad (PT) e apresentado um programa político consistente, Jair Bolsonaro obteve, segundo dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), 46% dos votos no primeiro turno e 55% dos votos no segundo, tornando-se assim, o 38º presidente da República Federativa do Brasil. Para Avritzer (2020, p. 10), “ele chegou à presidência não como líder político, mas como alguém disposto a destruir políticas e políticos”.

Em seu primeiro ano de governo, Bolsonaro nomeou sete ministros militares, ou com passagem nas Forças Armadas, fez comentários positivos sobre o período da Ditadura

¹⁹ Na reportagem, é possível ver as imagens e textos completos que compunham as informações falsas, além de textos do editorial que desmentem os fatos narrados. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/actualidad/1539847547_146583.html. Acesso em: 29 maio 2021.

Militar, voltando a defender Ustra, e, em março de 2019, deu ordens ao Ministério da Defesa para que os 55 anos do golpe de 1964 fossem devidamente comemorados. Ainda sobre as questões relacionadas ao militarismo, Bolsonaro criticou a legitimidade da Comissão Nacional da Verdade²⁰. Apesar da laicidade do Estado ser garantida pela Constituição Federal de 1988, Bolsonaro manteve (e ainda mantém) grande proximidade com figuras religiosas e dedica uma parte significativa de sua agenda a compromissos com a ala evangélica, além de dizer que indicaria ministro “terrivelmente evangélico” para o STF (Supremo Tribunal Federal).

Outras polêmicas marcaram o primeiro ano de governo de Bolsonaro: falas controversas, caracterizadas por discursos de ódio destinados às minorias, ataques à imprensa e às universidades públicas e a negação da ciência. Além disso, seus filhos, o vereador Carlos Bolsonaro e o deputado federal Eduardo Bolsonaro, defenderam a volta do AI-5 (Ato Institucional nº 5), um dos decretos mais duros do regime militar, responsável pelo fechamento do Congresso Nacional e pela suspensão dos direitos políticos dos cidadãos, por exemplo. Seu outro filho, o senador Flávio Bolsonaro foi investigado em um esquema de corrupção conhecido como “rachadinha²¹”, o que acabou por envolver o nome da primeira dama, Michele Bolsonaro e do próprio presidente. Em suma, para Avritzer (2020, p. 25), “temos um presidente que não dialoga com a mídia, agride jornalistas e não aceita as posições científicas”.

Assim como já vinha fazendo, Bolsonaro tornou as mídias sociais o principal canal de comunicação com seus simpatizantes e apoiadores. As redes sociais do presidente são usadas para divulgar ações do governo, medidas que serão tomadas e, até mesmo, para polemizar, com ataques a seus adversários, discursos de ódio contra as minorias e a imprensa. O presidente passou a fazer transmissões ao vivo todas as quintas-feiras nas redes e, até o momento, permanece com as “lives de quinta-feira”.

Diante do que foi exposto, verificamos que as redes sociais e a disseminação de *fake news* foram duas das estratégias políticas utilizadas para que Bolsonaro chegasse à presidência da República e ali permanecesse ao longo de seu mandato. Sua atuação nas redes sociais demonstra a importância de escolhermos investigar a (re)construção de seu *ethos* discursivo, ligado a suas postagens no Twitter. Para tanto, discorreremos, nos próximos capítulos, sobre o referencial teórico que nos dará suporte para a análise.

²⁰ A Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída no governo de Dilma Rousseff, teve por finalidade apurar as graves violações de direitos humanos cometidas durante a Ditadura Militar no Brasil. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.htm> l. Acesso em: 14 jun. 2021.

²¹ Esquema em que parlamentares ficam com parte dos salários de seus assessores.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

2.1 Questões teóricas

Este capítulo apresenta e discute os principais conceitos que sustentam nossa pesquisa: *ethos*, *discurso político* e *gêneros de discurso*, com ênfase no Twitter. A princípio, falaremos do *ethos* de acordo com as propostas de Amossy (2018a; 2018b), Charaudeau (2018a) e Maingueneau (2008, 2015, 2018, 2019, 2020). Em seguida, buscaremos, sob a visão de Charaudeau (2007, 2018a), Fiorin (1988) e Maingueneau (2010), compreender melhor o que é e como se dá o discurso político. Tais explicações conduzirão o presente trabalho por um caminho mais bem respaldado em relação ao seu objetivo principal: a análise do *ethos* (ou dos *éthe*) de Jair Bolsonaro.

Feito isso, refletiremos acerca dos gêneros do discurso, a partir das contribuições de Bakhtin (2011), Maingueneau (2008, 2010, 2017) e Marcuschi (2005). Além disso, faremos uma exposição acerca do Twitter como um dos gêneros que emergiram na *web*, segundo a concepção de Maingueneau (2010, 2017, 2020) e Marcuschi (2005), o que oferecerá um alicerce teórico importante para a pesquisa pretendida. Por último, falaremos da metodologia, abordando a coleta de dados, a constituição do *corpus* e a construção do dispositivo da análise.

2.1.1 O *ethos* e seus desdobramentos

O conceito de *ethos* corresponde, em termos gerais, à imagem que o sujeito comunicante projeta de si no discurso. Conforme Maingueneau (2020, p. 9), “estudar o *ethos* é se apoiar em um dado simples, intuitivo, coextensivo a todo uso da linguagem: o destinatário constrói uma representação do locutor por meio daquilo que ele diz e de sua maneira de dizê-lo”. Apesar de aparentemente simples, o *ethos* assume diferentes acepções em diversas correntes teóricas que vão desde as ciências da linguagem à sociologia, o que acaba por demonstrar a complexidade do termo. Posto isso, Maingueneau (2020) nos alerta para o fato de que o estudo do *ethos* está relacionado ao estudo da enunciação em seu conjunto, devendo, porém, o analista tomá-lo sob um ângulo que seja pertinente ao *corpus* que se propõe a estudar. Isso implica, para ele, esclarecer a partir de qual disciplina ou teoria tal conceito é mobilizado em sua pesquisa.

Nessa perspectiva, o conceito de *ethos* que adotamos se insere no âmbito da Análise do Discurso, conforme já mencionamos. Assim, faremos uma breve contextualização acerca do

ethos em sua origem retórica até sua inserção nas ciências da linguagem, com os trabalhos propostos por Dominique Maingueneau, Ruth Amossy e Patrick Charaudeau que, embora tenham olhares específicos em relação a esse conceito, debruçam-se todos sobre o mesmo objeto – o discurso/texto.

2.1.1.1 Retomando o *ethos* retórico

Para compreender a construção da imagem de si empreendida pelo locutor quando toma a palavra, é necessário retornar à retórica antiga, visto que os primeiros registros de uma elaboração conceitual de *ethos* são encontrados em pensadores dessa época. Apesar de Aristóteles ser o principal filósofo a estudar o conceito de *ethos* historicamente, é possível dizer que a primeira reflexão acerca desse conceito se dá em Isócrates e, como explica Amossy (2018c, p. 81), distancia-se da formulação proposta por Aristóteles.

Na Grécia Antiga, uma concepção divergente de *ethos* é desenvolvida e sustentada por um predecessor e contemporâneo de Aristóteles [...] em Isócrates, é a reputação prévia, é o “nome” do orador que conta. Não se trata da maneira como ele se dá a ver em seu discurso, mas daquilo que já se sabe dele. Além disso, Isócrates insiste no que o orador é.

Ainda na retórica clássica, “Quintiliano considerará que o argumento desenvolvido pela vida de um homem tem mais peso do que aquele que suas palavras podem fornecer”. Já em Cícero, o *ethos* estará fortemente ligado às emoções do auditório, visto que “a confiança que o orador inspira apoia-se na valorização da simpatia” (AMOSSY, 2018c, p. 82). É possível dizer que a concepção de *ethos* para os três filósofos (Isócrates, Quintiliano, Cícero) se baseava na figura do orador.

Já em Aristóteles, os estudos acerca do *ethos* se debruçam sobre o discurso e, por ser base para os estudos dos teóricos que norteiam nossa pesquisa, mostra-se, para nós, como o mais relevante. Na *Retórica*, Aristóteles, apresenta a trilogia de provas de persuasão fornecidas pelo discurso: aquelas que residem no caráter moral do orador (*ethos*); outras que dependem do modo como se dispõe o ouvinte (*pathos*); e as que se situam no próprio discurso, pelo que ele demonstra ou parece demonstrar (*logos*) (ARISTÓTELES, 2010, [1356a], p. 96).

Para o filósofo, o caráter é o meio mais importante da persuasão e, diferentemente do que postula Isócrates, considera que a construção do *ethos* se dá no e pelo discurso, nada tendo a ver com uma “imagem prévia” do orador.

Persuade-se pelo carácter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. [...] É, porém, necessário que esta confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o carácter do orador; pois não se deve considerar sem importância para a persuasão a probidade do que fala, como aliás alguns autores desta arte propõem, mas quase se poderia dizer que o carácter é o principal meio de persuasão. (ARISTÓTELES, 2010, [1356a], p. 96)

Para Aristóteles, o *ethos* é o conceito mais importante da tríade retórica, já que consiste em causar uma boa impressão pela forma como se constrói o discurso, sendo capaz de convencer o auditório. Para inspirar essa confiança, o filósofo afirma que é necessário apresentar três tipos de qualidades: a *phrónesis*, ou prudência, a *aretê*, ou virtude, e a *eunóia*, ou benevolência: “Três são as causas que tornam persuasivos os oradores, e a sua importância é tal que por elas nos persuadimos, sem necessidade de demonstrações: são elas a prudência, a virtude e a benevolência. [...] Para além destas, não há nenhuma outra causa.” (ARISTÓTELES, 2010 [1378a], p. 160).

Acerca das três qualidades que inspiram confiança, Eggs (2018, p. 32) nos traz uma tradução explicativa mais moderna: “os oradores inspiram confiança, (a) se seus argumentos e conselhos são sábios e *razoáveis*, (b) se argumentam *honestamente* e *sinceramente*, e (c) se são *solidários* e *amáveis* com seus ouvintes”. E acrescenta: “A *phrónesis* (que faz parte do LOGOS) e a *aretê* (que é “a virtude” do ETHOS) exprimem as disposições ou *habitus* positivos, a *eunóia* pertence ao PATHOS, pois se trata de um afeto que mostra ao ouvinte que o orador é bem-intencionado para com ele”. (*ibid.* p. 33; grifos do original).

A perspectiva aristotélica, portanto, nos mostra a importância da linguagem/do discurso na construção do *ethos* do orador, com vistas a persuadir seu auditório. Desse modo, Aristóteles torna-se um teórico fundamental nas pesquisas dos estudiosos que se inserem na Análise do Discurso de vertente francesa e que norteiam a presente pesquisa.

2.1.1.2 O *ethos* na análise do discurso

Tomemos, num primeiro momento, a noção de *ethos* de uma maneira mais genérica e, aparentemente simples, como consta no verbete do *Dicionário de Análise do Discurso*:

Termo emprestado da retórica antiga, o *ethos* (em grego *ἦθος*, personagem) designa a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário. Essa noção foi retomada em ciências da linguagem e, principalmente, em análise do discurso, em que se refere às modalidades verbais da apresentação de si na interação verbal. (AMOSSY, 2018b, p. 220)

A noção aristotélica de *ethos*, como se vê, é elemento basilar nos estudos recentes acerca desse conceito nas ciências da linguagem. Nessa área, a primeira conceituação efetiva de *ethos* aparece na semântica/pragmática de Oswald Ducrot, mais especificamente em sua teoria polifônica da enunciação na qual a imagem de si é um produto do discurso e não está ligada à pessoa real. Conforme Maingueneau:

Oswald Ducrot conceituou esse fenômeno com sua distinção entre o “locutor-L” (= o enunciador²²) e o “locutor-lambda” (= o locutor enquanto ser do mundo), que atravessa a distinção dos pragmaticistas entre *mostrar* e *dizer*: o *ethos* se mostra no ato de enunciação, ele não é dito no enunciado. Ele permanece, por natureza, no segundo plano da enunciação: ele deve ser percebido, mas não deve ser objeto do discurso. (MAINGUENEAU, 2012, p. 59)

Entretanto, Ducrot não procurou aprofundar suas reflexões sobre o *ethos*. Na ADF, o conceito (re)aparece, a partir da década de 1980 com os estudos de Maingueneau acerca da cena da enunciação. Em seus primeiros esboços, Maingueneau retoma a noção aristotélica (bem como a de Ducrot) de que a construção da imagem de si se dá no e pelo discurso. A partir das três qualidades que expressam confiança (*phrónesis*, *areté* e *eunóia*), o analista do discurso ressalta a importância de se levar em consideração que o discurso é inseparável de uma “voz” que se dá “através de uma maneira de dizer (dos oradores): não o que diziam a propósito deles mesmos, mas *o que revelavam pelo próprio modo de se expressarem*” (MAINGUENEAU, 1993, p. 45; grifos do original).

A partir daí, os estudos acerca do *ethos* avançam. No entanto, para que o conceito possa ser inserido no quadro da análise do discurso, é preciso, como ressalta Maingueneau, fazer um duplo deslocamento relativo ao *ethos* proposto pela retórica antiga. Primeiramente, é necessário afastar a questão subjetiva do *ethos*, visto que na perspectiva retórica o locutor tem controle sobre os efeitos que pretende produzir em seu auditório, o que difere da visão da ADF de que tais efeitos são impostos, na verdade, pela formação discursiva²³. Nas palavras de Maingueneau:

²² Na realidade, o “locutor-L” é, para Ducrot (1987, p. 188; 192), o locutor enquanto tal, ou seja, aquele que é responsável pela enunciação, “considerado unicamente enquanto tendo esta propriedade”, e que se distingue do “locutor-lambda”, “uma ‘pessoa’ completa, que possui, entre outras propriedades, a de ser origem do enunciado”. Na perspectiva ducrotiana, o “locutor-L” não é o enunciador, tomado como uma perspectiva, um ponto de vista, um “ser” a quem não se pode atribuir palavras precisas.

²³ “A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito.” (ORLANDI, 2020, p. 41).

Dito de outra forma, eles [os efeitos] se impõem àquele que, no seu interior, ocupa um lugar de enunciação, fazendo parte integrante da formação discursiva, ao mesmo título que as outras dimensões da discursividade. *O que é dito* e o *tom* com que é dito são igualmente importantes e inseparáveis. (MAINGUENEAU, 1993, p. 46; grifos do original).

Em segundo lugar, é necessário avançar na concepção retórica em que se conceituava o *ethos* a partir da oralidade. Assim, incorporam-se à noção os textos escritos, pois, segundo Maingueneau (2019), eles também apresentam uma “vocalidade” específica, que pode manifestar-se pelo “tom” do discurso, associado a um caráter (traços psicológicos) e a uma corporalidade (compleição física) daquele que enuncia, ressaltando que não se trata do sujeito “de carne e osso” e, sim, de um “fiador”, (re)construído pelo destinatário.

Outro problema levantado por Maingueneau (2012, p. 60) acerca do *ethos*, é que, mesmo estando crucialmente ligado à enunciação, “o público constrói também representações do *ethos* do enunciador antes mesmo que ele fale”. Desse modo, diferentemente da visão retórica, deve-se levar em consideração a figura extradiscursiva do enunciador. Nessa perspectiva, o autor propõe diferenciar o *ethos discursivo* do *ethos pré-discursivo*. O primeiro está relacionado à construção da imagem de si que se dá no/pelo discurso, assim como propunha Aristóteles. O segundo está relacionado à uma imagem prévia que se tem do enunciador quando este já é conhecido, a exemplo do que acontece no âmbito político, visto que a maioria dos candidatos estão constantemente presentes nos diversos meios midiáticos. Maingueneau acrescenta que, mesmo em se tratando de um enunciador desconhecido, o fato de o texto pertencer a um determinado gênero de discurso ou a um certo posicionamento ideológico induz expectativas no destinatário em relação ao *ethos* desse enunciador.

Outra dificuldade levantada pelo autor advém do fato de que o processo de elaboração do *ethos* atravessa diversas questões que vão desde as escolhas lexicais à construção do texto em si²⁴. Tais problemas se intensificam quando, partindo do princípio de que o *ethos* é um efeito do discurso, estudam-se textos resultantes da interação oral, visto que, nesse formato, fatores como a vestimenta, os gestos e o próprio quadro da comunicação podem ou não ser levados em consideração. Maingueneau nos alerta ainda para o fato de que o *ethos* visado não é, necessariamente, o *ethos* produzido:

Além disso, a noção de *ethos* remete a coisas muito diferentes, segundo seja considerada do ponto de vista do locutor ou do destinatário: o *ethos* visado não é necessariamente o *ethos* produzido. O professor que quer dar uma imagem de sério

²⁴ Essas questões relacionam-se à Semântica Global proposta por Maingueneau, que será explorada no âmbito da metodologia (construção do dispositivo de análise).

pode ser percebido como monótono, e aquele que quer dar a imagem de indivíduo aberto e simpático pode ser percebido como doutrinador ou “demagogo”. Em matéria de *ethos* os fracassos são moeda corrente. (MAINGUENEAU, 2012, p. 61).

Apesar dessas problemáticas, Maingueneau afirma três princípios mínimos que embasam sua concepção de *ethos*: (a) o *ethos* é uma noção discursiva e, portanto, constitui-se no discurso (a imagem do locutor não é independente da enunciação); (b) o *ethos* é um processo de influência sobre o outro; (c) é uma noção precipuamente *híbrida*, “um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, ela própria integrada a uma conjuntura sócio-histórica determinada” (MAINGUENEAU, 2012, p. 63).

A partir daí, Maingueneau apresenta sua própria concepção de *ethos*, que, apesar de não fugir à concepção de Aristóteles, ultrapassa o quadro de argumentação e se insere na ADF. Desse modo, a concepção de *ethos* adotada por Maingueneau é mais “encarnada”, nas palavras do autor, visto que recobre uma dimensão que ultrapassa a verbal, levando-se em consideração características físicas e psíquicas do “fiador” pelas representações coletivas, como já mencionamos anteriormente. O analista do discurso afirma ainda que o *ethos* implica uma forma de mover-se no espaço social e que o destinatário o identifica apoiando-se em representações sociais, sejam elas positivas ou negativas, de estereótipos que a enunciação contribui para reforçar ou transformar.

Maingueneau chama de “incorporação”, a maneira como se dá a apreensão do *ethos* pelo destinatário. Trata-se de um processo constituído em três etapas: (i) a enunciação dá uma certa “corporalidade” ao fiador; (ii) o destinatário *incorpora*, assimila um conjunto de esquemas que estão associados à sua maneira de lidar com o mundo; (iii) “as duas primeiras incorporações permitem a constituição de um *corpo*, da comunidade imaginária dos que aderem ao mesmo discurso”. Ressalte-se que a “incorporação” não é um processo uniforme e que se modula em função do gênero e dos tipos do discurso (MAINGUENEAU, 2012, p. 65-66). É nessa perspectiva que o *ethos* se configura não somente como uma estratégia de persuasão, mas sim como parte integrante da cena de enunciação.

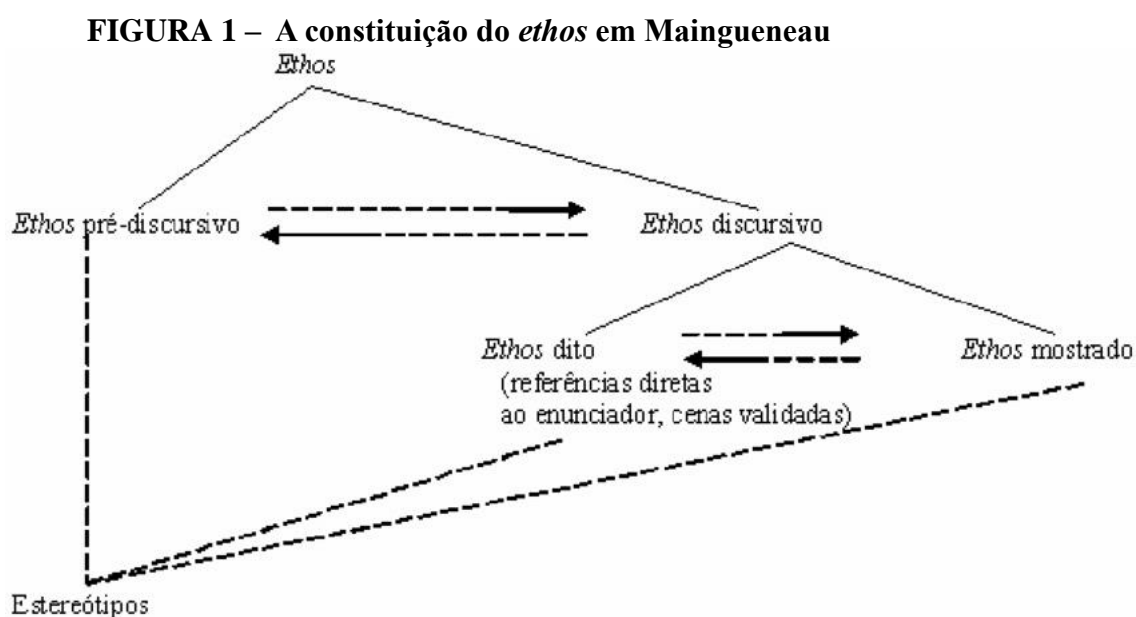
Em relação à cena de enunciação que amparou os estudos acerca do *ethos*, Maingueneau (2008, p. 67) a divide em três, sendo elas: a) a *cena englobante* (o tipo ou o domínio do discurso – político, por exemplo); b) a *cena genérica* (que corresponde aos vários gêneros da cena englobante – como, por exemplo, no âmbito do discurso midiático/jornalístico, a notícia, a reportagem, o editorial, o artigo de opinião etc.); c) a *cenografia* (que não é imposta pelo gênero, mas construída no próprio texto: é o caso de um sermão enunciado por meio de

uma cenografia professoral). Nesse sentido, delimitar a cena englobante contribui para saber como interpretar um discurso. Da mesma forma, compreender a cenografia na qual um determinado discurso se insere permite uma melhor apreensão do interdiscurso e, conseqüentemente, do *ethos* do locutor.

Retomando a questão de que o *ethos* apreendido pelo destinatário muitas vezes escapa ao controle do locutor, Maingueneau afirma que a apreensão do *ethos efetivo* é resultado da interação do *ethos pré-discursivo* e do *ethos discursivo*, sendo o último subdividido em *dito* (aquele em que o locutor mostra diretamente suas características, dizendo “eu sou isso; eu não sou aquilo”; nível do enunciado) e *mostrado* (aquele que está no âmbito da enunciação, das pistas deixadas no discurso). A seguinte passagem elucida melhor essa questão:

O *ethos* de um discurso resulta da interação de diversos fatores: o *ethos* pré-discursivo, o *ethos* discursivo (*ethos* mostrado), mas também os fragmentos do texto em que o enunciador evoca a própria enunciação (*ethos* dito), diretamente (“é um amigo que vos fala”) ou indiretamente, por exemplo, por meio de metáforas ou alusões a outras cenas de fala. [...] O *ethos* efetivo, aquele que é construído por um dado destinatário, resulta da interação dessas diversas instâncias, cujo peso respectivo varia de acordo com os gêneros do discurso. (MAINGUENEAU, 2019, p. 18)

O seguinte quadro proposto por Maingueneau (2018, p. 83) resume bem como se dá a constituição do *ethos* efetivo por ele proposto:



Fonte: Maingueneau (2018).

Antes de expor como o *ethos* se insere nas perspectivas dos demais teóricos que norteiam nossa pesquisa, é válido ressaltar que Maingueneau traz algumas problemáticas acerca da análise do *ethos* na internet, mais especificamente no *Twitter*, plataforma que escolhemos para este estudo. Trata-se de uma questão relevante que buscaremos resolver ao longo do desenvolvimento da pesquisa. Vejamos:

No Twitter é diferente, porque ali o enunciador é constantemente tentado a produzir enunciados destacáveis, memoráveis, aptos a circular o mais amplamente possível, o que faz emergir um *ethos* ideológico identificável: diante de um acontecimento, é preciso mostrar quem se é, onde se está situado. O problema é tratar-se de *ethos* pontuais, disseminados em múltiplos tuites. Não é fácil fazê-los convergir num *ethos* que remeteria a uma personalidade consistente (MAINGUENEAU, 2020, p. 164).

Inserido no quadro da teoria da argumentação, o *ethos*, assim como na Análise de Discurso, ao mesmo tempo que retoma a concepção aristotélica distancia-se dela. Para Amossy (2018b, p. 9), o *ethos* não se limita à arte de argumentar, estando presente nas trocas verbais mais pessoais e corriqueiras, não sendo preciso que o locutor fale sobre si; suas competências linguísticas, seu estilo e suas crenças são suficientes para que ele construa uma imagem de si, já que “todo ato de tomar a palavra implica a construção da imagem de si”.

Situando o *ethos* na sociologia e na pragmática, Amossy propõe um conceito que se estabelece na intersecção dos dois campos teóricos. Na sociologia, é a partir do conceito de *habitus*²⁵ que Bourdieu trabalhará com a noção de *ethos*, conferindo à autoridade prévia do orador um importante papel. Desse modo, o que lhe confere autoridade não é a imagem que ele [o orador] constrói de si no discurso, mas, sim, sua posição social, que será responsável por legitimar sua fala. Amossy nos esclarece como o conceito de *ethos* e de *habitus* aparecem no sociólogo e como estão entrelaçados:

Para o autor, o poder das palavras reside nas “condições institucionais de sua produção e de sua recepção”, isto é, na adequação entre a função social do locutor e seu discurso, inserido em um ritual devidamente regrado. Um discurso não pode ter autoridade se não for pronunciado pela pessoa legitimada a pronunciar-lo em uma situação legítima, logo, diante de receptores legítimos, e se não for enunciado nas formas legítimas. [...]

²⁵ O conceito de *habitus* é retomado da filosofia escolástica por Bourdieu para estudar a relação indivíduo/sociedade e, grosso modo, pode ser entendido como as práticas e representações partilhadas e reproduzidas pelos grupos sociais. Nas palavras do filósofo: “as estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (as condições materiais de existência características de uma condição de classe), que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado, produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem serem o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim, sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente”. (BOURDIEU, 1983, p. 60-61)

Na qualidade de componente do *habitus*, o *ethos* designa, para Bourdieu, os princípios interiorizados que guiam nossa conduta sem que sejamos conscientes disso. (AMOSSY, 2018c, p. 89)

Já a pragmática “não se interessa pelos rituais sociais exteriores à prática linguageira, mas pelos dispositivos de enunciação e, nesse viés, o *ethos* é um fenômeno discursivo e não deve ser confundido com o *status* social do sujeito empírico” (AMOSSY, 2018b, p. 121-122). É à luz dessas duas abordagens teóricas que Amossy (2011, p. 134) propõe que o *ethos* corresponda à “elaboração pelo locutor de uma imagem favorável de sua pessoa destinada a lhe conferir poder e influência”. Assim, a construção da imagem de si, na medida em que confere um papel importante ao auditório, leva em consideração as crenças, os comportamentos compartilhados por um determinado grupo social, ou o que vimos como *habitus* em Bourdieu. É necessário que o locutor imagine quais são as concepções étnicas, religiosas, políticas, enfim, quais são as crenças partilhadas pelo seu público alvo para, então, construir seu discurso: “o orador constrói sua própria imagem em função da imagem que ele faz do seu auditório” (AMOSSY, 2018b, p. 124). Do mesmo modo, o público também constrói uma imagem prévia do seu locutor, sendo este um fator determinante no estabelecimento do *ethos*. Logo, o que Maingueneau toma como “ethos pré-discursivo”, Amossy chamará de *ethos prévio*, aquele que precede a construção da imagem de si no discurso. A autora ressalta a importância do conceito de *estereótipo* no processo das “trocas de imagem que locutor e auditório estabelecem”. Em suas palavras, “a estereotipagem é a operação que consiste em pensar o real por meio de uma representação cultural preexistente, um esquema coletivo cristalizado”, e acrescenta que “o estereótipo permite designar os modos de raciocínio próprios a um grupo e os conteúdos globais do setor da doxa na qual ele se situa” (AMOSSY, 2018b, p. 125-126).

Além disso, partindo do princípio de que o *ethos* é construído no discurso e influencia atitudes, Amossy nos alerta para o fato de que a posição institucional do locutor exerce influência na aceitação ou recusa do auditório. É nesse ponto que a sociologia e a pragmática se encontram para fundar o conceito do *ethos* na teoria da argumentação. Tanto a posição do locutor inserido como “ser no mundo” quanto sua posição no discurso contribuem para a eficácia da palavra e constituem, assim, o *ethos*. Em síntese:

Parece, portanto, que a eficácia da palavra não é nem puramente exterior (institucional) nem puramente interna (linguageira). Ela acontece simultaneamente em diferentes níveis. Não se pode separar o *ethos* discursivo da posição institucional do locutor, nem dissociar totalmente a interlocução da interação social como troca simbólica. [...] A construção discursiva, o imaginário social e a autoridade

institucional contribuem, portanto, para estabelecer o *ethos* e a troca verbal da qual ele é parte impregnante. (AMOSSY, 2018b, p. 136-137)

No âmbito da semiolinguística, Charaudeau, ao dar destaque ao *discurso político*, também retoma a noção aristotélica de *ethos*, afirmando que, para conquistar um auditório, o político deve promover seu discurso a partir da trilogia das provas de persuasão propostas pelo filósofo grego. Para o semiolinguista, não há ato de linguagem que não passe pela construção da imagem de si, ou seja, no instante em que se fala já emerge, já aparece uma parte do que se é, e acrescenta que

Não se trata aqui do nosso posicionamento ideológico, do conteúdo do nosso pensamento, de nossas opiniões, mas do que sobressai de nosso comportamento, da relação que temos com o outro e conosco mesmos, e que oferecemos à percepção do outro (...). É claro que as ideias que saem do corpo não são estranhas a ele, elas contribuem para modelar sua imagem. A esse fenômeno, a tradição retórica chama de *ethos*. (CHARAUDEAU, 2020, p. 72)

Em consonância com o *ethos pré-discursivo* proposto por Maingueneau (2019), o semiolinguista diz que “para construir a imagem do sujeito que fala, o interlocutor se apoia ao mesmo tempo nos dados preexistentes ao discurso – o que ele sabe a priori do locutor – e nos dados trazidos pelo próprio ato de linguagem” (CHARAUDEAU, 2018a, p. 115). Desse modo, acrescenta que o *ethos* não está sob total controle do locutor, já que o “destinatário pode muito bem construir o *ethos* do locutor que este não desejou, como frequentemente acontece na comunicação política” (*ibid.* p. 116). Essa imagem captada pelo auditório se funda no conjunto de imagens partilhadas por um determinado grupo social, configuradas no que o autor chama de “imaginários sociodiscursivos”²⁶.

Retomando o “*ethos* encarnado” proposto por Maingueneau, Charaudeau afirma que o *ethos* se apoia num duplo imaginário corporal e moral, que se “corporifica”. Relaciona, portanto, o *ethos* às percepções das representações sociais, propondo que ele se refira tanto a um indivíduo quanto a um grupo, ou seja, há também um *ethos* coletivo, que “corresponde a uma visão global, mas à diferença do *ethos* singular, ele é construído apenas pela atribuição

²⁶ Charaudeau (2018a, p. 203) explica que o imaginário é uma imagem da realidade, mas uma “imagem que interpreta a realidade, que a faz entrar em um universo de significações”, implicando, portanto, uma “organização dos saberes”. E completa: “À medida que esses saberes, enquanto representações sociais, constroem o real como universo de significação, segundo o princípio da coerência, falaremos de ‘imaginários’. E tendo em vista que estes são identificados por enunciados linguageiros produzidos de diferentes formas, mas semanticamente reagrupáveis, nós os chamaremos de ‘imaginários discursivos’. Enfim, considerando que circulam no interior de um grupo social, instituindo-se em normas de referência por seus membros, falaremos de ‘imaginários sociodiscursivos’.”

apriorística de uma identidade que emana de uma opinião coletiva em relação a um outro grupo.” (CHARAUDEAU, 2018a, p. 117)

O autor destaca, além disso, dois tipos de *ethé* como mais importantes no domínio político, sendo eles: o *ethos* de credibilidade e o *ethos* de identificação. O primeiro “repousa sobre um poder fazer, e mostrar-se crível é mostrar ou apresentar a prova de que se tem esse poder” (CHARAUDEAU, 2018a, p. 119). Esse tipo de *ethos* é de fundamental importância, tendo em vista o objetivo de persuadir o público. Já o segundo refere-se às imagens “extraídas do afeto social: o cidadão, mediante um processo de identificação irracional, funda sua identidade na do político” (*ibid.* p. 137).

Os dois *ethe* mencionados compreendem outros *ethe* (mais específicos). O *ethos de credibilidade* abarca o *ethos de sério*, que, de acordo com as representações adotadas por cada grupo social, está relacionado aos “índices comportamentais que revelam capacidade de autocontrole diante das críticas, sangue-frio diante das adversidades, além de “índices que demonstram grande energia e capacidade de trabalho e onipresença em todas as linhas de frente”; o *ethos de virtude*, o qual “exige que o político demonstre sinceridade e fidelidade, a que se deve acrescentar uma imagem de honestidade pessoal”; e o *ethos de competência*, que exige do seu possuidor um saber, “o conhecimento profundo do domínio particular no qual exerce sua atividade” e ainda que ele demonstre ter “os meios, a habilidade, o poder e a experiência necessários para realizar seus objetivos” (CHARAUDEAU, 2018a, p. 120-125).

Já o *ethos de identificação* inclui o *ethos de potência*, que “nos remete à imagem de uma ‘força da natureza’, força telúrica contra a qual não se pode grande coisa” e que, sendo mais masculino do que feminino, implica mostrar “determinação em agir”; o *ethos de caráter*, o qual participa desse imaginário de força, mas não deve ser confundido com o *ethos* de potência, visto que está mais relacionado a uma força do espírito; o *ethos de inteligência*, “que pode provocar a admiração e o respeito dos indivíduos por aquele que demonstra tê-lo”, fazendo-os, dessa forma, aderir a ele; o *ethos de humanidade*, que é “a capacidade de demonstrar sentimentos, compaixão para com aqueles que sofrem”, mas também pela capacidade de confessar fraquezas e mostrar gostos por mais íntimos que sejam; o *ethos de chefe*, que parte da premissa de que o político deve sua posição ao povo e a ele deve prestar contas; e o *ethos de solidariedade*, que faz do político um ser que não somente está atento às necessidades dos outros, mas que as partilha e se torna responsável por elas” (CHARAUDEAU, 2018a, p. 137-163).

Percebemos, assim, que o conceito de *ethos* é desenvolvido em diversas correntes/disciplinas no domínio das ciências da linguagem. Embora cada vertente teórica tenha

suas especificidades na forma de ver o *ethos*, em todas elas a construção da imagem de si perpassa tanto a ordem social quanto a ordem linguageira. Nessa perspectiva, Maingueneau (2012, p. 73) ressalta que, em relação à categoria de *ethos*, “o importante é definir por qual disciplina ela é mobilizada, com qual ponto de vista e no interior de qual rede conceitual”. O *corpus*, o gênero do discurso no qual ele se insere e a disciplina ou corrente teórica escolhida pelo analista é que definirão a melhor forma de abordagem.

Diante do que foi exposto, reafirmamos nosso intuito de saber se Jair Bolsonaro tentou (re)construir (ou mesmo desconstruir) sua autoimagem (seu *ethos*) de um momento (o de candidato) para o outro (o de presidente); se é possível notar uma mudança de “tom” nesses discursos e com qual finalidade ele buscou/busca fazer isso. Procuraremos, portanto, investigar se essa (re)construção do *ethos* – e do “tom” que o manifesta – realmente ocorre e como influencia a aceitação ou a rejeição do público.

2.2 Sobre o político

Em sua etimologia, a palavra “política” é originária do grego *polis* (cidade) e tem como significado aquilo que é relativo ao cidadão ou ao estado. Nos estudos filosóficos, tal termo tem seus primeiros desenhos nas investigações sobre a sociedade (vista como *Cidade*) de Platão e, posteriormente, em Aristóteles. Para esse último “é evidente que toda Cidade está na natureza e que o homem é naturalmente feito para a sociedade política” (ARISTÓTELES, 2006, p. 4). A partir daí, os estudos sobre política foram estendidos aos trabalhos de pensadores como Kant, Weber, Arendt, Foucault, Bourdieu, Habermas e permanecem em constante debate nas ciências sociais. Como bem lembra Charaudeau (2018, p. 15), várias disciplinas (como a Filosofia, a Sociologia, a Psicologia Social, a Antropologia, as Ciências Políticas e as Ciências da Linguagem) têm analisado o fenômeno político sem que nenhuma tenha conseguido esgotá-lo. Independentemente da área em que está inserida, a questão da “política” é, ao mesmo tempo, simples e complexa:

Simple se for abordada pelo viés da opinião: trata-se de ser a favor ou contra um projeto de sociedade, a favor ou contra tal partido (...) a questão política se reduz à de uma tomada de posição mais ou menos argumentada. Mas se a questão for abordada por meio da observação do que é o exercício do poder político, então ela se apresenta de maneira infinitamente mais complexa. Isso porque o fenômeno político resulta de um conjunto de fatos de diferentes categorias que se entrecruzam permanentemente. (CHARAUDEAU, 2020, p. 9)

Pensando nisso, ressaltamos que não adentraremos as diversas correntes/disciplinas em que essa noção se insere por compreendermos que o tempo destinado à escrita de uma dissertação não permite uma abordagem mais ampla, além do fato de que nossa pesquisa está inserida no recorte teórico da Análise de Discurso de vertente francesa, como já dissemos. Todavia, recorreremos a teóricos de outras áreas do conhecimento que se mostrarem relevantes para o desenvolvimento da nossa pesquisa. Vamos, portanto, sem mais delongas, ao que nos interessa: os estudos sobre política dentro das ciências da linguagem.

2.2.1 *O discurso político*

A primeira geração da Análise do Discurso de vertente francesa, aquela fundada por Michel Pêcheux – e também chamada de Escola francesa de análise do discurso –, toma o discurso político como principal *corpus* para a análise discursiva, como vimos na Introdução. Conforme Orlandi (1990, p. 25), “ela [a Análise do Discurso] tem sua origem ligada ao político ou, melhor dizendo, a AD ‘procura compreender as formas textuais de representação do político’”. Nessa perspectiva, o discurso político foi e continua sendo um campo fértil de pesquisas (tanto na ADF, como em diversas outras disciplinas e áreas do conhecimento, como já foi comentado).

Em uma abordagem mais contemporânea dos estudos que integram o vasto campo da análise do discurso – ou das análises do discurso –, a questão do discurso político é retomada e discutida em várias vertentes. Na semiótica francesa, Fiorin (1988, p. 139-140), falando do discurso político, apresenta, *a priori*, uma conceituação mais simples, ao dizer que “o discurso político é o que trata da política nas diferentes acepções que essa palavra assumiu”. Acrescenta que “não é uma única característica que define o discurso político, mas sua totalidade”. Apesar dessa (relativa) simplicidade de conceituação, para o semioticista, o que fundamenta o discurso político é o poder. Desse modo, a política se situa na prática social e mantém vínculo com as relações de poder:

O discurso político é um discurso de busca do poder. No entanto, deve ele afirmar um querer-ser e um saber-fazer do enunciador, ou seja, o político que busca o poder deve afirmar seu desejo de ser investido do poder e sua capacidade (saber) de satisfazer às necessidades e reivindicações dos atores sociais. (FIORIN, 1988, p. 144).

Maingueneau (2010), apesar de não se debruçar sobre o discurso político como objeto de investigação, recorre, muitas vezes, a ele para estudar noções como a cena da

enunciação e o *ethos*, sendo esse último um dos conceitos chave para a análise do discurso político. Assim, Maingueneau, ao trabalhar com os discursos constituintes²⁷, define campo/discurso político como:

Do ponto de vista de sua estrutura e de seu funcionamento, o campo político compartilha de numerosas propriedades com os campos dos discursos constituintes: competição acirrada entre posicionamentos em um espaço simbólico para deter o monopólio da autoridade enunciativa, referência a textos ou a gestos fundadores, inscrição em uma memória que é o objeto de debates incessantes, etc. [...]. Essas semelhanças estão em sintonia com o objetivo, que poderíamos denominar “global”, do discurso político. A política, tanto quanto a literatura, a ciência, a filosofia ou a religião, pretende se dirigir a toda e qualquer pessoa, mesmo que, de fato elas só mobilizem efetivamente conjuntos restritos de indivíduos. (MAINGUENEAU, 2010, p. 162).

A concepção de discurso político como uma prática social e um lugar de poder também é vista na semiolinguística de Charaudeau:

A política é o que mantém no cerne da sociedade a esperança de um futuro melhor. A fala política é onde se misturam esperanças e ações, onde se efetua, por conseguinte, um contrato de *idealidade social* entre dirigentes e cidadãos. Assim sendo, é preciso que ela produza um discurso que siga duas lógicas: uma simbólica, que coloca os princípios de uma vida política como fundadores dessa idealidade, ao falar de valores coletivos que estão a serviço do bem comum e que devem legitimar a ação política; e uma lógica pragmática, que proponha um modo de gestão do poder, e os meios que permitam realizar o bem-estar social, dando crédito ao projeto de idealidade social. (CHARAUDEAU, 2020, p. 19)

Para Charaudeau (2018a, prólogo), vivemos em um mundo em que as interações sociais se dão por meio de máscaras: “ela [a máscara] é símbolo da identificação, a ponto de nela se confundirem o ser e o parecer, a pessoa e a personagem, tal como no teatro grego”. Essa metáfora reflete o processo de linguagem, que é o encontro com o outro, onde há um sujeito que enuncia e um sujeito que interpreta. Desse modo, “o discurso político é, por excelência, o lugar de um jogo de máscaras”. Por isso, a palavra no campo político jamais deve ser tomada ao pé da letra; deve-se atentar, sobretudo, para o não dito.

O ato político, de acordo com Charaudeau (2018a, p. 16-17), é baseado em dois componentes da troca social: na linguagem, que se dá por princípios de alteridade, de influência

²⁷ Maingueneau define os discursos constituintes como aqueles “que só podem se autorizar por si mesmos, ou seja, não podem ter outros discursos acima de si. Fiadores de muitas práticas discursivas de uma sociedade, eles dão sentido aos atos de seus membros. Assim, o jornalista envolvido em um debate social recorrerá à autoridade do cientista, do teólogo ou do filósofo, mas essa relação não poderia se inverter.” (MAINGUENEAU, 2010, p.158). Sobre o discurso político especificamente, o autor ressalta que ele “tem um estatuto ambíguo: ele parece desejar incluir-se nos discursos constituintes, sem poder, contudo, fazer parte deles” (*ibid.*, p. 163).

e de regulação; e na ação política, que determina a vida social ao organizá-la de modo que se tenha o bem comum. A política se estabelece, portanto, numa relação de poder que se fundamenta na linguagem. É possível, pois, perceber que a linguagem está diretamente associada à ação política, o que ressalta a importância de se analisar a política numa perspectiva do discurso.

A linguagem é o que motiva a ação, a orienta e lhe dá sentido. A política depende da ação e se inscreve constitutivamente nas relações de influência social, e a linguagem, em virtude do fenômeno de circulação dos discursos, é o que permite que se constituam espaços de discussão, de persuasão e de sedução nos quais se elaboram o pensamento e a ação políticos. (CHARAUDEAU, 2018a, p. 39)

O autor ressalta a importância da palavra no que diz respeito ao poder político, principalmente no que tange à relação da linguagem com a ação, questão que traz uma importante reflexão acerca dos desdobramentos que o discurso dos atores políticos gera. Isso porque a relação linguagem/poder se dá segundo um princípio de influência – da força, do poder que os sujeitos mantêm entre si –, o que nos leva a pensar em como os discursos de Bolsonaro influenciam e legitimam determinados atos de alguns indivíduos. Charaudeau (2018a, p. 19; grifo do original) explica que essa situação “faz com que ao espaço de discussão que determina os valores responda um *espaço de persuasão* no qual a instância política, jogando com argumentos da razão e da paixão, tenta fazer a instância cidadã aderir à sua ação”

Ainda sobre a palavra, faz-se necessário compreender como ela se dá no espaço político. O semiolinguista afirma que esse espaço não se refere necessariamente ao espaço geográfico, mas sim a um espaço em que se dão os debates sobre a vida em sociedade, o que evoca a importância das mídias, por exemplo. Para Charaudeau (2018a, p. 287-289), a cena midiática tem um papel fundamental, visto que os políticos sempre tiveram a necessidade de visibilidade, ou seja, “o objetivo é jamais estar nos bastidores, mas atingir o maior público possível”. A partir dos avanços tecnológicos, esse “espaço midiático” se adequou às novas configurações de comunicação. Mais especificamente, esses espaços podem ser vistos nas redes sociais que se mostram mais democráticas do que a mídia televisiva, no sentido de que permitem a participação e a interação de atores da cena política e da sociedade civil. Essa questão é, sobretudo, importante para compreender a constante adesão de figuras políticas, como presidentes, ao *Twitter* – rede social a partir da qual se dá a constituição do *corpus* desta pesquisa e que será discutida mais adiante.

Não há ação sem linguagem e nem há política sem ação. É a partir da circulação dos discursos que se constroem os espaços de discussão e de persuasão em que repousa a

política. Desse modo, o discurso político é, por excelência, o discurso da persuasão. O ator político tem de convencer um maior número possível de indivíduos a votarem nele e, para isso, utiliza-se de estratégias retóricas e linguísticas capazes de construir um discurso persuasivo:

(...) o sujeito político deve também se mostrar crível e persuadir o maior número de indivíduos de que ele partilha certos valores. É o que coloca a instância política na perspectiva de ter que articular opiniões a fim de estabelecer um consenso. Ela deve, portanto, fazer prova da persuasão para desempenhar esse duplo papel de representante e de fiador do bem-estar social. (CHARAUDEAU, 2018a, p.79)

Nesse viés, é possível entender melhor porque Charaudeau diz que o discurso político é um jogo de máscaras, já que o político deve construir um discurso que seja ao mesmo tempo convincente e heterogêneo. Daí surge a importância das provas de persuasão aristotélicas, principalmente o *pathos* e o *ethos*:

(...) um *saber* e um *saber-fazer* através dos quais o sujeito político terá recurso a estratégias de construção de imagens de si mesmo, de maneira a se tornar credível aos olhos da instância cidadã (*ethos* de credibilidade) e atrativo (*ethos* de identificação). (CHARAUDEAU, 2007, p. 247)

Por fim, Charaudeau (2018a, p. 207) ressalta que “no espaço político circulam imaginários sobre o comportamento que o político deve adotar, conforme a situação em que se encontre”. Esses imaginários são amparados pelo *ethos* que ele deve construir em função de uma expectativa coletiva dos cidadãos. Partindo do princípio de que esses imaginários são instrumentalizados com fins de persuasão no discurso político (CHARAUDEAU, 2018, p. 208), tal reflexão contribui para a análise que faremos dos discursos de Bolsonaro, com a finalidade de observar, por exemplo, se há desconstrução de alguns *ethos* que não condizem com a postura de um chefe de estado e a construção de um novo *ethos* mais condizente com esse cargo.

2.2.1.1 O discurso de direita

Como vimos no primeiro capítulo, Jair Bolsonaro se insere em uma política de extrema-direita, o que ressalta a importância de estudarmos os discursos inscritos nessa corrente política, pois, como observado, o discurso político age por meio de estratégias linguístico-discursivas (e persuasivas). A cientista política Chantal Mouffe, na mesma perspectiva dos teóricos que foram expostos e estão inseridos na ADF, toma o político como um espaço de poder, de conflito e de antagonismos, o que torna seu trabalho relevante para

compreendermos a cena englobante da qual o *corpus* desta pesquisa faz parte. Para a autora, a política precisa apoiar-se concretamente nos desejos e nas fantasias do povo e, “para ser capaz de mobilizar paixões que se voltem para projetos democráticos, a política democrática precisa possuir um caráter partidário”. Acrescenta que “essa é a função da diferenciação entre esquerda e direita” (MOUFFE, 2015 p. 6).

Charaudeau, por sua vez, considera que a palavra política está submetida às restrições de um determinado espaço público e opera na instância política e na cidadã, sendo que essa relação complexa estabelecida entre elas atua em duas outras instâncias: a instância adversária e a instância de mediação.

A instância política é portadora de um projeto de sociedade ideal e deve compartilhá-lo com a instância cidadão, o vasto público que é movido por opiniões, interesses e sentimentos diversos e opostos. Além disso, estando em posição de rivalidade com um adversário que procura defender seu próprio projeto de sociedade para o mesmo tipo de público, situa-se numa relação triangular (instância política, instância adversa, instância cidadã) que o obriga a usar de estratégias. (CHARAUDEAU, 2020, p. 70)

É esse processo de mediação, de estratégia que torna a circulação da palavra política algo complexo, que deve ser levado em consideração para que se possa compreender como se dão o discurso político e os espaços ideológicos (esquerda/direita) em que ele se insere.

Bobbio (1995), ao trabalhar com a diferenciação entre esquerda/direita, parte da ideia de que tal diferença se dá na díade igualdade/desigualdade; portanto, o que difere as duas correntes ideológicas é a apreciação, em maior ou menor grau, pela igualdade. Desse modo, a direita parte da perspectiva de desigualdade como algo positivo e natural na sociedade, enquanto a esquerda se fundamenta no contrário. Nas palavras do autor:

Disso decorre que quando se atribui à esquerda uma maior sensibilidade para diminuir as desigualdades não se deseja dizer que ela pretende eliminar todas as desigualdades ou que a direita pretende conservá-las todas, mas no máximo que a primeira é mais igualitária e a segunda é mais inigualitária. (BOBBIO, 1995, p.103)

A característica “inigualitária” da direita é vista por Stanley (2020, p. 15-16), a partir de uma investigação de como funciona o fascismo enquanto política do “nós”/“eles”. Assim, tal política se baseia na distinção de um “nós” e de um “eles” que apela para questões étnicas, religiosas e raciais para moldar a ideologia e a política, naturalizando a diferença de grupo, de modo que o “nós” sejam os cidadãos legítimos e o “eles”, aqueles que devem ser

vistos como “não cidadãos”. É a partir daí que se legitimam as desigualdades e os preconceitos sofridos pelas minorias de uma sociedade.

Nessa mesma direção, Charaudeau caracteriza a naturalização da desigualdade como uma característica da direita, acrescentando que suas relações são de dominação [e de naturalização] entre os fortes e os fracos. Destaca ainda três valores que fundamentam os discursos de direita: 1) o valor *família* (preservando o peso da instituição familiar em seus moldes tradicionais de um patriarca que é, ao mesmo tempo, a autoridade e o protetor dos membros de sua família e proporcionando um controle sobre os corpos); 2) o valor *trabalho* (a ordem hierárquica entre o chefe e o empregado, na qual a voz do primeiro não é passível de contestação, o que contribui para criar barreiras contra movimentos de revolta); e 3) o valor a *pátria* (sendo o corpo social constituído pelos filhos da Nação, que promovem a manutenção de sua identidade; é importante combater o “diferente”). Esses três valores que fundamentam a doutrina de direita são prolongados e desenvolvidos, em maior ou menor grau, de acordo com as circunstâncias históricas, preservando, sobretudo, a *desigualdade*. (CHARAUDEAU, 2020, p. 99-102).

2.2.1.2 O discurso populista de direita

O termo “populismo” é, historicamente, debatido em diversas áreas que integram as ciências sociais e encontra uma certa complexidade em sua definição. Cabe ressaltar, entretanto, que não é de nosso interesse entrar nesse debate. Por isso, nos limitaremos às contribuições dos teóricos que partilham, em certa medida, a visão inserida no campo das ciências da linguagem e que tomam o populismo não como um “regime político”, mas sim como uma “estratégia política”.

Após uma revisão do termo em seu processo histórico e, conseqüentemente, de sua conceituação muitas vezes imprecisa, Galito (2017, p. 9) busca definir o populismo como um estilo político. Para ela, o populista pode ser um orador amável, extremamente simpático e bem-falante, mas também, se for autoritário, pode ter um discurso agressivo, arrogante ou teimoso. Isso dependerá da postura que melhor funciona no contexto considerado. Pode ser, pois, um estilo presente tanto no campo da direita quanto da esquerda, atendendo às ideologias de cada campo.

Para Charaudeau (2020, p. 107), “o populismo é, antes, uma questão de discurso”. O importante é saber quem manipula esse discurso e de que maneira, visto que ele é uma das estratégias para a conquista da opinião pública. Desse modo, o discurso populista se constrói

sobre três pilares centrados em um líder carismático: “denúncia de um mal social de que o povo é vítima, estigmatização dos responsáveis e promessa de reparação desse mal, defendendo certos valores e propondo meios de concretizá-lo”. Em outras palavras: “o líder se apresenta como *salvador*, o mal toma ares de catástrofe, às vezes apocalíptico, para fazer sentir ao povo sua condição de vítima, os responsáveis são satanizados em culpados, os valores são exaltados por seu efeito identitário”.

Mouffe (2015, p. 69-70), ao trabalhar com o discurso populista de direita (o que mais nos interessa) em suas recentes configurações, mostra que há um enfraquecimento da oposição esquerda/direita, a qual vem sendo substituída por um “nós”/“eles” (como vimos na seção sobre o discurso de direita), que é construído em torno de uma oposição entre o “povo” e o “*establishment*”. E é, a partir das insatisfações decorrentes de crises sociais, econômicas e políticas, de uma frustração popular, que o discurso de direita se oferece como uma forma de esperança – baseada, muitas vezes, em falsas premissas e em mecanismos de exclusão – para esse “povo”. O discurso de direita funciona, pois, “como um (único) canal de expressão das paixões políticas, o que torna sua pretensão de representar uma alternativa bastante sedutora”.

Para Charaudeau, o discurso populista de direita tem como inimigo, além do “*establishment*”, uma fantasmática coalizção socialista-comunista e aspira, no final das contas, a uma hierarquização da sociedade, segundo uma ordem que precisa ser mantida. Além disso, o discurso populista, quando extremista, busca uma “demonização” do adversário (mais do que das propostas em si), de modo que este seja colocado como único obstáculo à sua chegada ao poder (CHARAUDEAU, 2018a, p. 302).

Abordadas, em suas grandes linhas, questões voltadas para o discurso político e suas implicações, passemos ao próximo tópico, que tratará dos gêneros de discurso e, particularmente, do *Twitter*.

2.3 Os gêneros de discurso

O estudo dos gêneros de discurso remonta à Antiguidade clássica, mais especificamente, às obras de Aristóteles: a Retórica, com a tripartição entre gênero judiciário, deliberativo e epidíctico; e à Poética. Conforme observa Lara (2005, p. 144), “com o declínio da Retórica, os gêneros e subgêneros literários passaram para o primeiro plano, fazendo com que a noção de gênero passasse a ser tratada no quadro da tradição literária e fosse negligenciada pelas teorias linguístico-discursivas”. Somente no século XX é que o estudo dos gêneros teve maior atenção, a partir dos trabalhos de Bakhtin.

Para o autor, “o emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais ou escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana” (BAKHTIN, 2011, p. 261). Desse modo, não há atividade humana sem o uso da linguagem, o que faz com que nos comuniquemos por meio de gêneros de discurso, tomados como “tipos *relativamente* estáveis de enunciados”, ligados às diferentes esferas de utilização da língua (*ibid.* p. 262; grifo do original).

Nesse contexto, Bakhtin (2011) traz três elementos que compõem um gênero: o conteúdo temático; o estilo verbal (seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua); e a construção composicional. Os gêneros de discurso, portanto, emanam das diversas esferas das relações humanas, ou seja, eles são o reflexo das condições de produção das interações sociais que caracterizam o ato de linguagem. Partindo desse princípio, as vastas esferas da atividade humana dão origem a vários gêneros do discurso, sendo estes determinados sócio-historicamente. Assim, a diversidade de interações sociais resulta em uma diversidade de gêneros do discurso, o que faz com que eles sejam “parcialmente instáveis”, uma vez que mudam de acordo com o processo histórico de evolução: assim como determinados costumes mudam com o tempo, gêneros também buscam adequar-se a mudanças.

Bakhtin (2011, p. 263-264) procura estabelecer uma classificação acerca da heterogeneidade desses gêneros, dividindo-os em primários e secundários. Os primeiros se caracterizam como mais simples, pois fazem parte do cotidiano. Já os secundários são aqueles oriundos de situações comunicativas mais complexas, como romances, pesquisas científicas etc. Tanto os gêneros primários quanto os secundários possuem a mesma essência – os enunciados verbais – e o que os diferencia é a complexidade com que se apresentam.

Na esteira de Bakhtin, a ADF entende que os gêneros do discurso se dão por meio de um processo sócio-histórico, como se evidencia na seguinte passagem:

Naturalmente, os gêneros evoluem com a sociedade. Uma modificação significativa de seu modo de existência material é suficiente para transformá-los profundamente. Há alguns decênios, sob diversas influências (em particular a da etnografia da comunicação, a das teorias de Bakhtin, e mais amplamente os aportes das correntes pragmáticas), a categoria de gênero expandiu-se em direção ao conjunto de enunciados produzidos em uma sociedade (MAINGUENEAU, 2004, p. 46)

Inicialmente, Maingueneau (2017, p. 138-139) define as práticas verbais em três grandes conjuntos: *os gêneros autorais* (administrados pelo próprio autor e eventualmente por um editor, como os gêneros literários); *os gêneros rotineiros* (privilegiados pelos analistas do discurso, talvez pelo fato de que ocorrem a partir das mais diversas práticas sociais); e *os*

conversacionais (que não são regulados por instituições e se dão a partir da conversação), sendo os dois primeiros de maior relevância no que diz respeito à categoria de gênero. Entretanto, por essa tripartição suscitar diversos problemas, o autor buscará repensá-la, passando a trabalhar com apenas dois regimes de genericidade:

(...) parece-me que vale à pena distinguir, agora, não três, mas dois regimes de genericidade, como vários especialistas do discurso já o fazem: o regime dos gêneros conversacionais e o regime que eu chamaria de gêneros instituídos; eles reagrupam os gêneros “rotineiros” e os “autorais” anteriormente citados. Estes dois regimes, ligados à noção de gênero obedecem a lógicas bem distintas, mesmo que não haja, de forma evidente, continuidade de um em relação ao outro. (MAINGUENEAU, 2004, p. 48)

Nesse viés, para a compreensão dos gêneros de discurso, assim como nos estudos acerca do *ethos*, os três componentes da cena da enunciação – cena englobante, cena genérica e cenografia – estruturam a noção de gênero. Dentre elas, destacam-se a cena genérica e a cenografia como as mais importantes para especificar as atividades verbais, visto que a primeira “é a parte de um contexto, é a própria cena que o gênero prescreve e a cenografia é construída pelo texto” (MAINGUENEAU, 2008, p. 155).

Outro ponto importante discutido por Maingueneau é o conceito de “hipergêneros”. Partindo do princípio de que os gêneros do discurso evoluem com a sociedade, categorias como “diálogo” e “carta” não podem ser categorizadas como gêneros de discurso e, portanto, devem ser enquadrados como hipergêneros. Desse modo,

São categorizações como “diálogo”, “carta”, “ensaio”, “jornal”, etc., que permitem formatar o texto. Não se trata, como o gênero de discurso, de um dispositivo de comunicação historicamente definido, mas um modo de organização textual com restrições fracas, que encontramos em épocas e em lugares diversos e no interior do qual encenações de fala diversificadas podem se desenvolver. (MAINGUENEAU, 2004, p. 54)

A noção de hipergênero é bastante útil para estudarmos os gêneros no ambiente virtual, que é um dos focos desta pesquisa. Portanto, tal conceito será retomado e mais bem desenvolvido na próxima seção.

Na teoria semiolinguística, Charaudeau (2004, p. 15) nos chama a atenção para a complexidade da “noção de gênero”, ressaltando que sua definição passa por uma ancoragem social do discurso, pela sua natureza comunicacional, pelas atividades languageiras construídas e pelas características formais do texto produzido. Todos esses aspectos devem se dar de maneira complementar para que a “noção de gênero” seja compreendida de forma adequada.

No âmbito dessa teoria, a compreensão dos gêneros de discurso implica compreender antes o *ato de comunicação* – dispositivo cujo centro é ocupado pelo sujeito falante em relação com outro parceiro de comunicação. Charaudeau (2016, p. 67-68) enumera quatro componentes desse dispositivo: a *situação de comunicação*²⁸ (quadro físico e mental no qual se acham os parceiros da troca linguageira); *os modos de organização do discurso* (princípios da finalidade comunicativa do sujeito falante: enunciar, descrever, contar e argumentar e que podem aparecer em diversos gêneros do discurso/texto), *a língua* (o material verbal, linguístico que possui uma forma e um sentido); e *o texto* (que representa o resultado material do ato de comunicação).

Assim, o discurso se dá a partir de uma *situação de comunicação* em que o locutor está inserido, e este, de maneira consciente ou não, utiliza-se das categorias de linguagem que competem a cada *modo do discurso* para produzir sentido através da configuração de um texto. Falar é, pois, uma questão de estratégia. Para Charaudeau (2016, p. 76-78) “fala-se (ou escreve-se) organizando o discurso em função de sua própria identidade, da imagem que se tem de seu interlocutor e do que já foi dito”, e o texto “é a manifestação material (verbal e semiológica: oral / gráfica, gestual, icônica etc.) da encenação de um ato de comunicação, numa situação dada”, o que permite a classificação dos textos/discursos em gêneros.

Marcuschi (2007), em consonância com o que propõe a ADF, mas falando da perspectiva da Linguística Textual, define os gêneros (textuais) como fenômenos históricos vinculados à vida cultural e social, sendo caracterizados como práticas sócio-discursivas. Por serem fruto das interações humanas, são variados e, assim como surgem, podem desaparecer.

Fruto de trabalho coletivo, os gêneros contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia-a-dia. São entidades sócio-discursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa. No entanto, mesmo apresentando alto poder preditivo e interpretativo das ações humanas em qualquer contexto discursivo, os gêneros não são instrumentos estanques e enrijecedores da ação criativa. Caracterizam-se como eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos. Surgem emparelhados a necessidades e atividades sócio-culturais, bem como na relação com inovações tecnológicas, o que é facilmente perceptível ao se considerar a quantidade de gêneros textuais hoje existentes em relação a sociedades anteriores à comunicação escrita. (MARCUSCHI, 2007, p. 19)

A partir dessas contribuições teóricas, é possível dizer que os gêneros discursivos – como fenômeno social e histórico, relacionado às práticas sociais – estão em constante

²⁸ Acrescenta-se em relação a esse conceito que é preciso “distinguir a ‘situação’ que se refere ao ambiente físico e social do ato de comunicação, e o ‘contexto’ que se refere ao ambiente textual de uma palavra ou de uma sequência de palavras (...) a situação é externa ao ato de linguagem, embora constitua as condições de realização desse ato.” (CHARAUDEAU, 2016, p. 69).

alteração. Desse modo, evidencia-se a importância dos estudos sobre os gêneros de discurso não só por se relacionarem ao objeto da nossa pesquisa, mas também porque a própria discussão acerca desse conceito se estende (e se modifica) ao longo do tempo.

2.3.1 *Os gêneros do discurso no espaço virtual*

Os adventos tecnológicos no final do século XX e início do XXI proporcionaram mudanças significativas em diversas esferas da sociedade. A popularização da internet e dos aparelhos eletrônicos que dão acesso a ela, como computadores e *smartphones*, ocasionou alterações profundas nas formas de comunicação da contemporaneidade. Assim, vivemos hoje na sociedade em rede (CASTELLS, 2005) ou na “era da cibercultura” (LÉVY, 1999).

A internet nos proporciona uma série de benefícios, como divertimento, informação, participação mais interativa, novas amizades etc., o que contribui para o seu sucesso, atestado no crescente número de adeptos às redes. Marcuschi (2010, p. 16) discorre sobre o sucesso da *web* como meio de comunicação/interação:

Pode-se dizer que parte do sucesso da nova tecnologia deve-se ao fato de reunir em um só meio várias formas de expressão, tais como texto, som e imagem, o que lhe dá maleabilidade para a incorporação simultânea de múltiplas semioses, interferindo na natureza dos recursos linguísticos utilizados. A par disso, a rapidez da veiculação e sua flexibilidade linguística aceleram a penetração entre as demais práticas sociais.

As novas formas de comunicação trouxeram também novos gêneros textuais/discursivos e, como aponta Marcuschi (2010, p. 16), “esse discurso eletrônico constitui um bom momento para se analisar o efeito de novas tecnologias na linguagem e o papel da linguagem nessas tecnologias”. O autor acrescenta que uma das características centrais dos *gêneros emergentes*, ou *gêneros digitais*, é a alta interatividade de modo síncrono, mesmo que sejam escritos, o que proporcionou um marco na relação fala-escrita, já que nos textos/discursos há uma interação de elementos visuais (fotos, imagens) e de sons (vozes, músicas), ou seja, há um hibridismo mais acentuado nos gêneros desse meio. Além disso, há uma monitoração fraca da linguagem, visto que o uso da informalidade é recorrente e de forma descontraída, o que mostra que são os aspectos sociocomunicativos que caracterizam um gênero, mais do que a questão formal (*ibid.* p. 39-40).

Marcuschi analisou diversos *gêneros digitais*, como *e-mails*, *bate-papos*, *aulas-chat*, *lista de discussão*, *blogs* etc., cada um deles com suas especificidades em termos de formalidade, informalidade, relações comunicativas e produção síncrona ou assíncrona,

comunicação face a face etc. Daremos, entretanto, ênfase aos estudos do autor sobre os *blogs*, visto que esse gênero é o que mais se aproxima da rede social que compõe o *corpus* desta pesquisa: o *Twitter*.

Uma breve contextualização histórica do termo *blog* mostra que ele surgiu em 1997, a partir das palavras “*web*” (rede de computadores) e “*log*” (uma espécie de diário de bordo) que, em uma junção, constituíram o termo “*weblog*”, popularizado, em seguida, como “*blog*”. De acordo com Komesu (2010, p. 136), foi em 1999, a partir da criação do software Blogger, da empresa norte-americana Evan Willians, que os *blogs* surgiram como alternativa para publicação de textos *online*, já que dispensavam especialização em computação pela facilidade de edição, atualização e manutenção dos textos em rede, ocasionando, assim, seu grande sucesso no meio digital.

Por definição, os *blogs* funcionam como uma espécie de diário pessoal, com anotações, muitas vezes diárias, sobre atividades do cotidiano, envolvendo sentimentos, crenças, relações com os familiares, animais de estimação e tudo o mais que estiver relacionado aos interesses e atividades corriqueiras da pessoa que escreve, estando acessíveis a qualquer usuário da internet. Marcuschi (2010, p. 72) acrescenta que a linguagem nesse gênero, embora assuma comumente a informalidade, tem caminhado para expressões retóricas mais formais e com um alto grau de requinte, a depender do contexto e das características do “*blogueiro*”. Outra explicação trazida pelo autor se faz relevante:

Os *blogs* são datados, comportam fotos, músicas e outros materiais. Têm estrutura leve, textos em geral breves, descritivos e opinativos. São um grande sistema de colagem em certos casos. (...) Qualquer *blog* tem uma abertura para receber comentários, pois são interativos e participativos. Não são como *e-mails* nem como *chats*, pois cada qual pode pôr no livro do outro o seu recado ou comentário sobre algo que o outro escreveu. (MARCUSCHI, 2010, p. 73)

Além de o espaço virtual suscitar o aparecimento de novos gêneros, para Maingueneau (2010, p. 132), “a *web* não é apenas o lugar onde aparecem novas formas de genericidade: ela transforma as condições de comunicação, o que se considera gênero e a própria noção de textualidade”. Nessa perspectiva, é válido destacar, antes de tudo, que a análise dos gêneros de discurso na internet se comporta de maneira diferente da tradicional. Como foi visto na seção anterior, a cena genérica desempenha um papel crucial para a análise dos gêneros; entretanto, na *web*, são a cenografia e os “hipergêneros” que passam ao primeiro plano. Vejamos:

Na internet, a situação é diferente. Dois movimentos convergentes podem ser salientados: (1) As coerções genéricas estão se tornando mais fracas. Isso pode ser explicado pelo fato de que na internet todas as unidades comunicacionais são da mesma ordem (elas são “websites”), submetidas a uma larga escala de restrições técnicas; a necessidade de circular de *site* para *site* reforça sua homogeneização. (2) Em detrimento da cena genérica e da cena englobante, a cenografia tem papel central: o problema principal é encenar a comunicação de acordo com as estratégias de seus produtores. (MAINGUENEAU, 2010, p. 132-133)

A *web* traz dois tipos de cenografia: a “verbal” (elaboração de um gênero); e a “digital” (quando os gêneros são inseridos na *web*), o que comporta duas dimensões: *iconotextual* (o próprio site se apresenta como uma imagem que se desdobra, limitada pela tela); e *reticular* (*interna* – o site é uma rede de páginas; *externa* – o site estabelece links com o exterior). Desse modo, a diversidade na constituição de um site representa esse enfraquecimento da cena genérica, o que ressalta a importância dos hipergêneros.

Como discutimos na seção anterior, os hipergêneros são categorizações que permitem formatar um texto, não sendo considerados como gêneros de discurso propriamente. Ou seja, eles “não sofrem restrições sócio-históricas (...) apenas ‘enquadram’ uma larga faixa de textos e podem ser usados durante longos períodos e em muitos países”. (MAINGUENEAU, 2010, p. 131). Tomando o “diálogo” como exemplo, o autor comenta que as restrições que ele impõe são muito pobres: para categorizar um texto como diálogo, basta escalar pelo menos dois interlocutores. Em síntese, os hipergêneros são enquadramentos que estão situados “acima” do gênero. Nesse contexto, o autor afirma que, se no século XVI, o diálogo era a forma predominante de expor ideias; no século seguinte, ele deu lugar ao hipergênero “carta”. Em ambas as categorias, verificou-se a possibilidade de “formatar” os mais diversificados conteúdos em um texto.

Retomando o que já foi dito, acreditamos que o conceito de “hipergênero” é bastante proveitoso para a análise dos discursos presentes no meio cibernético. Para Maingueneu (2010, p.131), o “*blog*” é um exemplo dos hipergêneros presentes na *web* e que não podem ser considerados gêneros, já que, na realidade, “o ‘*blog*’ atravessa categorias temáticas e impõe rígidas restrições formais, sendo suas propriedades comunicativas mínimas: alguém fala sobre si mesmo para alguém que esteja visitando seu *website*”.

Nesse sentido, os textos presentes na internet são hipergêneros que rendem cenografias muito variadas, destacando-se o cibergênero *blog* como um dos mais recorrentes nesse meio. Maingueneau (2017, p. 149) o define como um lugar em que “uma entidade que possui um nome próprio fala dela mesma a alguém que visita seu site”. Como a tecnologia digital tem avançado significativamente, o *Twitter* (definido como uma espécie de *blog*) pode

ser tomado como um cibergênero, visto que essa rede social é classificada como um servidor para *microblogging*.

Acerca da cenografia desses *cibergêneros*, apesar de o Twitter apresentar uma arquitetura imposta, cada enunciador cria sua identidade a fim de atingir seus objetivos discursivos. No caso de Jair Bolsonaro, seu *blog* pessoal (Twitter) acaba por fundir-se com o de político, já que ultimamente esse tem sido seu principal meio de comunicação com o público. Há uma espécie de apagamento do cidadão comum e do político, quando comparamo-lo ao “*blog* de Sophie” – exemplo trazido por Maingueneau (2017) – para mostrar que é através da cenografia que se marca a diferença, já que, como afirmamos acima, os *blogs* têm uma arquitetura imposta.

Os estudos acerca dos gêneros que emergiram na *web* ainda estão em desenvolvimento. Desse modo, pesquisas sobre o *Twitter*, como a que aqui se propõe, são importantes para permitir uma melhor compreensão de como esse gênero se comporta e em qual categoria se insere.

2.3.2 *Sobre o Twitter*

Achamos pertinente dedicar um espaço nesta dissertação para compreender, de forma breve, o que é e como funciona essa rede social que tem feito sucesso entre os atores do campo político, conforme já apresentamos na introdução. Para tanto, nos basearemos, principalmente, em Santaella e Lemos (2010) que escreveram um livro dedicado à investigação das redes sociais, em especial o *Twitter*, intitulado: *Redes sociais digitais: a cognição cognitiva do Twitter*.

Desse modo, com base na premissa de que os gêneros de discurso são práticas sóciodiscursivas e que não são estanques, o que antes era tido como *blog*, em suas configurações descritas anteriormente, hoje, devido ao constante e rápido avanço das tecnologias digitais, reconfigurou-se no que chamamos, de forma mais abrangente, de “redes sociais” (*instagram*, *facebook* e *twitter*). Entre eles, como se sabe, o que mais nos interessa e que ensejou esta seção é o *Twitter*.

Conforme dissemos em outros momentos, as tecnologias digitais têm avançado de maneira significativa, o que contribui para que as redes sociais se diversifiquem com a mesma velocidade. Assim, a popularização dos *smartphones* provocou significativas mudanças nas interações sociais que se dão por meio da *web*. Além de passarmos mais tempo “conectados”, tais dispositivos, tendo as telas pequenas como uma das características que os difere dos

computadores, reivindicaram novas configurações de redes sociais. Nesse contexto, conforme Santaella e Lemos (2010, p. 61), “a redução de espaço de tela fez com que surgisse toda uma forma de comunicação em rede, e o *Twitter* nasce como uma resposta ao desafio da mobilidade, desenvolvendo funcionalidades aptas a promover eficientemente a interatividade móvel”. Essa mídia social, caracterizada como *microblogging*, foi criada por Jack Dorsey, em 2006, nos EUA e permite a seus usuários escrever textos (chamados de *tweets*) de até, no máximo, 140 caracteres. O *Twitter* é definido pelas autoras da seguinte forma:

Nossa definição irá descrever o Twitter como uma mídia social que, unindo a mobilidade do acesso à temporalidade always on [ubiquidade] das RSIs 3.0, possibilita o entrelaçamento de fluxos informacionais e o design colaborativo de ideias em tempo real, modificando e acelerando os processos globais da mente coletiva. O que é o Twitter? Uma verdadeira ágora digital global: universidade, clube de entretenimento, “termômetro” social e político, instrumento de resistência civil, palco cultural, arena de conversações contínuas.

E acrescentam, em relação à sua funcionalidade, que

o Twitter serve como um meio multidirecional de captação de informações personalizadas; um veículo de difusão contínua de ideias; um espaço colaborativo no qual questões, que surgem a partir de interesses dos mais microscópicos aos mais macroscópicos, podem ser livremente debatidas e respondidas. (SANTAELLA; LEMOS, 2010, p. 66).

Apesar de o Twitter ser categorizado como uma rede social móvel, ele tem características que o diferem de outras redes sociais, talvez até mais conhecidas, como o *Facebook* e o *Instagram*. Nessas últimas, as relações sociais são impulsionadas pelos contatos pessoais dos usuários, já no Twitter o foco dessas relações “encontra-se na qualidade e no tipo de conteúdo veiculado por um usuário específico” (*ibid.* p. 67). As autoras exemplificam que, no Facebook, é comum que as informações e meios de interação sejam destinados a uma rede de relacionamento que, muitas vezes, já existiam *off-line*, ou seja, já existiam fisicamente. As autoras destacam que, embora possam aparecer contatos que surgem através dessa rede social, ela tem seu foco principal em redes de relacionamento pessoal, como familiares e amigos, diferentemente do que acontece no *Twitter*:

Nele, deparamo-nos com uma ecologia complexa de rede de ideias. A pergunta: ‘O que você está fazendo agora?’ se transforma em ‘No que você está pensando agora?’, fazendo com que cada fluxo se torne literalmente um fluxo de dimensões cognitivas, em que sinapses trafegam em tempo real, ativando tramas complexas de redes neurais digitais que integram impulsos maquínicos a consciências. (SANTAELLA; LEMOS, 2010, p. 67)

Outra diferença importante que se estabelece entre o Twitter e as demais redes sociais é que, nessas últimas, é bastante comum o usuário manter o acesso à sua página restrito à sua rede de amigos, ao passo que, no Twitter, o que se estabelece, quase como uma regra, é a possibilidade de qualquer um acessar as informações que são compartilhadas na conta de um determinado usuário. É habitual, portanto, seguir um perfil sem que este, necessariamente, nos siga de volta, já que o que se busca é mais conteúdo do que “amizades”. Assim, o *microblogging* se estrutura por uma busca de conteúdo. Quando optamos por “seguir” um determinado perfil, é como se estivéssemos fazendo uma “assinatura” do seu canal de informações. A partir dessas escolhas de quem seguir é que o usuário cria seu canal interno de fluxo de informações e, “dessa forma, cada pessoa que seguimos torna-se um canal provedor de determinado tipo de conteúdo para nosso fluxo pessoal, agregando o seu conteúdo ao total de nosso *inflow*” (SANTAELLA; LEMOS, 2010, p. 73). As autoras acrescentam que a escolha de determinados conteúdos é individual e particular, o que torna cada fluxo único e personalizado.

Do mesmo modo que um determinado usuário escolhe o que aparecerá no seu *feed*²⁹, ele pode também tornar-se um produtor de conteúdo e, na intenção de que muitas pessoas adiram às informações postadas, ele cria um fluxo de informações que Santaella e Lemos (2010) definem como *outflow*. Há perfis que têm a disseminação de informações como foco principal, pouco importando seu fluxo interno (*inflow*), como se observa em perfis de marcas, de famosos e de políticos – a exemplo do perfil de Jair Bolsonaro, cujo número de seguidores ultrapassa 6 milhões, ao passo que o número de pessoas que ele segue não chega a 600. Por outro lado, há perfis que pouco se importam com o fluxo externo (*outflow*), visto que o objetivo é usar o *Twitter* como um canal de informações.

Se o objetivo do usuário for alimentar o *outflow* é necessário seguir uma estratégia inteligente acerca do estilo e da quantidade de informações veiculadas. Por exemplo, dizem Santaella e Lemos (2010, p. 76-78) que a “identidade informacional” ligada à conta do usuário pode ser elaborada de diversas formas, e, similarmente aos *blogs* – em que tal construção se dá por meio de vários gêneros de discurso, como *blogs* de notícia, artísticos, literários etc. – o *Twitter* também evoca vários gêneros para a construção dessa “identidade informacional”. Entretanto, há uma significativa diferença entre os *blogs* e o *microblogging*: a força da dimensão temporal – definida pelas autoras como *always on* – e a pessoalidade presentes no *Twitter*, visto que, até mesmo veículos de informação que mantêm um caráter impessoal, recorrem a postagens, em tempo real, sobre questões da vida pessoal. As postagens recebem comentários

²⁹ O *feed* de um usuário é definido como o espaço que aparece na página principal e que mostra as postagens mais recentes. Esse termo é utilizado nas redes sociais de modo geral.

em tempo real, o que cobra daqueles que têm o *outflow* como prioridade uma maior atenção e interação com os usuários: “a conversação e a discussão de ideias em tempo real são os principais diferenciais no uso dessa mídia” (*ibid.* p. 79). Para as autoras, é isso que evidencia o caráter conversacional do *Twitter* e, assim, o diferencia dos *blogs* e das demais redes sociais.

Outra questão importante acerca do *Twitter* é a utilização de *#hashtags*³⁰ para a construção do *outflow*, o que contribui para o constante fluxo de ideias. Para Santaella e Lemos (2010, p. 81), “a indexação de ideias ao redor de *#hashtags* específicas faz com que a reunião de *tweets* isolados (...) possibilite a construção de arcabouços teóricos elaborados coletivamente”. Desse modo, por meio das *hashtags* que emergem do *Twitter*, podemos ter uma noção dos diversos temas debatidos no mundo e como as pessoas reagem a esses temas, quais são suas ideias e posicionamentos. As *hashtags* que são mais compartilhadas entram para o ranking de *trending topics*, ou assuntos do momento, no *Twitter*, tendo, muitas vezes, repercussão global. Esse fato nos permite observar que há uma influência significativa desse *microblogging* para a construção de ideias, revelando as tendências de uma sociedade, o que destaca sua importância. Para as autoras,

Essa é uma mídia social que pode ser usada simultaneamente para engajar os membros de uma comunidade ao redor de uma ideia, aferir o entendimento coletivo do grupo sobre determinado conceito, e também para detectar lideranças e tendências. Tudo isso em tempo real. (*ibid.* p. 82)

Compreender esse processo se torna bastante útil para nossa pesquisa. Por um lado, nos permite definir o *Twitter*, dentro dos conceitos de gêneros de discurso que vimos anteriormente, como um hipergênero. Por outro, visto que, em muitos momentos, as postagens de Jair Bolsonaro entram para o *trending topics* do *Twitter*, ou seja, para os assuntos mais comentados daquele dia, constatamos que há uma forte influência desse enunciador no ambiente social.

Discutidos os conceitos e princípios teóricos que embasam a presente pesquisa, passaremos, na sequência, a abordar as questões referentes à metodologia.

³⁰ “As ‘hashtags’ são indexadores de temas, tópicos e/ou palavras-chave que agregam todos os *tweets* que as contêm em um mesmo fluxo, onde é possível observar a formação de uma comunidade ao redor do uso específico da *#hashtag*” (SANTAELLA; LEMOS, 2010, p. 108). Acrescentamos que o seu uso se dá apenas com o símbolo, representado pelo que chamamos de “jogo da velha”, # seguido da(s) palavra(s) escolhida(s) pelo usuário.

2.4 Questões metodológicas

A presente pesquisa é de natureza qualitativo-interpretativa, uma vez que nosso objetivo não é apresentar números e porcentagens (abordagem quantitativa), mas apreender e analisar/interpretar as estratégias linguístico-discursivas que colaboram para a construção do *ethos* de Bolsonaro. Como as redes sociais têm tido grande adesão de políticos do mundo inteiro, optamos por utilizá-las como principal campo de investigação. Dentre as mídias sociais, contudo, o Twitter, por seu caráter informacional e por manter uma discussão de ideias em tempo real, tem sido a rede mais utilizada por figuras políticas para comunicar-se com seus eleitores, simpatizantes e adversários, o que nos levou a trabalhar com as postagens de Jair Bolsonaro em sua conta oficial do Twitter.

2.4.1 A constituição do corpus

Visto que Bolsonaro tem sua conta ativa desde 2010, o que reúne uma quantidade significativa de *tweets*, optamos por dividir a coleta de dados por períodos. Inicialmente, nossa proposta era trabalhar com dois momentos específicos da sua carreira política: antes de ocupar o cargo de presidente da República e enquanto presidente. Entretanto, visto que Bolsonaro iniciou sua campanha para presidente de maneira não oficial já em 2017, optamos por trabalhar também com os *tweets* desse ano. Assim, o *corpus* da pesquisa é constituído por postagens de Bolsonaro, em sua conta oficial do Twitter, em três momentos específicos de sua vida política: enquanto deputado Federal (2017), como candidato à presidência (2018) e em seu primeiro ano como presidente da República (2019).

Além de um recorte temporal, achamos pertinente fazer um recorte temático para restringir a coleta dos dados, a fim de tornar a pesquisa factível. Assim, por sabermos que grande parte das polêmicas que envolvem o atual presidente estão relacionadas a questões identitárias, procuramos aqueles *tweets* que faziam alguma referência às minorias sociais, particularmente, à comunidade LGBTQIAP+, às mulheres e aos imigrantes (sobretudo os venezuelanos). Para a coleta, utilizamos a ferramenta de buscas, disponibilizada no próprio Twitter em “busca avançada”, que permite acessar os *tweets* publicados desde a criação de uma conta ativa, podendo ser feita por período e por palavras-chave, por exemplo. Outro meio de buscar esses *tweets* foi através do jornal eletrônico *Aos Fatos*, que, em parceria com o *International Center for Journalists*, disponibilizou um banco de dados com todos os *tweets* publicados por Jair Bolsonaro.

Dentre as postagens que faziam alguma menção às minorias, selecionamos 15 (de um total de 37), sendo: 5 de 2017, 5 de 2018 e 5 de 2019, conforme mostra o quadro³¹ a seguir.

TABELA 1 – Constituição do *corpus*

TWEET	DATA E HORÁRIO DE PUBLICAÇÃO
<i>Tweet 1</i> - “Imigração no Brasil”	27 de abril de 2017 às 2:00 pm
<i>Tweet 2</i> - “Homens no banheiro feminino”	9 de maio de 2017 às 12:02 pm
<i>Tweet 3</i> - “Somos todos iguais”	22 de maio de 2017 às 11:19 pm
<i>Tweet 4</i> - “O legado de Paulo Freire”	30 de maio de 2017 às 12:32 pm
<i>Tweet 5</i> - “Comportamentos na escola”	22 de novembro de 2017 às 5:32 pm
<i>Tweet 6</i> - “Bolsonaro em Roraima”	12 de abril de 2018 às 8:49 pm
<i>Tweet 7</i> - “Politicamente correto”	14 de abril de 2018 às 12:39 pm
<i>Tweet 8</i> - “Atenção: cenas fortes”	23 de agosto de 2018 às 5:34 pm
<i>Tweet 9</i> - “Não sou homofóbico”	25 de agosto de 2018 às 3:58 pm
<i>Tweet 10</i> - “Dados contestáveis”	28 de agosto de 2018 às 9:25 pm
<i>Tweet 11</i> - “Indígenas e quilombolas”	02 de janeiro de 2019 às 12:19 pm
<i>Tweet 12</i> - “Nota de retratação”	13 de julho de 2019 às 2:11 pm
<i>Tweet 13</i> - “Governo na ONU”	11 de julho de 2019 às 08:32 pm
<i>Tweet 14</i> - “Manifestação da AGU”	03 de setembro de 2019 às 10:09 am
<i>Tweet 15</i> - “Sociedade conservadora”	18 de outubro de 2019 às 7:55 pm

Fonte: Twitter.

Como o Twitter limita as postagens a 280 caracteres, o uso de textos híbridos (compostos por vídeos, *retweets* e *links* que dão acesso a outros textos/discursos) é comumente empregado por seus usuários. Nesse contexto, alguns *tweets* de Bolsonaro são compostos por vídeos, criando a necessidade de transcrição do conteúdo. Ressaltamos, todavia, que nos limitamos à transcrição apenas das partes que mais nos interessa para a pesquisa pretendida, as quais se dão entre 09 segundos e 1 minuto e 32 segundos do *Tweet 6*; e dos 15 aos 18 segundos no *Tweet 7*. Para facilitar a compreensão dos excertos utilizados nesses dois casos, optamos por editá-los minimamente, introduzindo sinais de pontuação e eliminando algumas ocorrências como hesitações e pausas. Contudo, julgamos relevante para a análise manter marcas de oralidade e os desvios da norma padrão do português.

No que se refere à análise propriamente dita, a Análise do Discurso não possui uma metodologia pronta. Portanto, como ensina Orlandi (2020, p. 25), cabe a cada analista construir seu dispositivo de análise, “optando pela mobilização desses ou aqueles conceitos com os quais

³¹ O link de acesso de cada um dos *tweets* selecionados se encontra, juntamente com o print desses *tweets*, no decorrer da análise que será feita no capítulo 3.

ele se compromete na resolução de sua questão”, o que constitui um dispositivo analítico individualizado, com distintos recortes de um mesmo *corpus*. Nessa perspectiva, para a análise dos *tweets* coletados, utilizamos os conceitos de *ethos*, de *discurso político* e de *gêneros de discurso* explanados neste capítulo, evocando outras áreas do conhecimento, como a Sociologia, que dialogam, em certa medida, com a nossa base teórica (ADF) e contribuem para a compreensão do contexto maior no qual o *corpus* da pesquisa está inserido. Resta-nos determinar as categorias mais específicas que utilizaremos na apreensão e na análise desses conceitos.

Assim, para responder ao questionamento levantado aqui, se Jair Bolsonaro tentou (re)construir seu *ethos* – e mesmo desconstruir um *ethos* prévio – em suas “falas” do Twitter; se nelas é possível notar uma mudança de tom, recorreremos à *Semântica Global*, proposta por Maingueneau, que apresentaremos a seguir.

2.4.2 A Semântica Global e o dispositivo de análise

Para apreender as marcas linguístico-discursivas atreladas ao *ethos* ou aos *éthe* de Jair Bolsonaro em suas “falas” no *Twitter*, utilizaremos a *Semântica Global*, proposta por Maingueneau (2008b). Nesse sentido, nunca é demais lembrar que os planos escolhidos para compor nosso dispositivo de análise (ver abaixo) serão mobilizados de modo a convergir para a apreensão do *éthos* (dos *éthe*) do enunciador Jair Bolsonaro nos três períodos indicados, objetivo maior desta pesquisa.

Considerando que o discurso não pode ser apreendido “privilegiando esse ou aquele dentre seus planos, mas integrando-os todos ao mesmo tempo, tanto na ordem do enunciado quanto na ordem da enunciação”, Maingueneau (2008b, p. 75) propõe sete planos que são: a *intertextualidade*, o *vocabulário*, a *dêixis enunciativa*, o *modo de enunciação*, o *estatuto do enunciador e do destinatário* e o *modo de coesão*. Destacamos que, a partir de um primeiro olhar sobre os textos do *corpus*, optamos por trabalhar apenas com os planos que nos pareceram mais produtivos para a apreensão do *ethos* de Bolsonaro: a *intertextualidade*, o *vocabulário*, os *temas*, o *modo de enunciação* e a *dêixis enunciativa*, totalizando, assim, cinco dos sete planos propostos pelo autor. Discorreremos a seguir, portanto, sobre os planos que selecionamos.

Acerca da *intertextualidade*, o primeiro dos sete planos que configuram a *Semântica Global*, Maingueneau (2008b, p. 77), inicialmente, faz a distinção entre o *intertexto* de um discurso e sua *intertextualidade*. O primeiro diz respeito ao “conjunto de fragmentos que ele cita efetivamente”; o segundo é definido como “os tipos de relações intertextuais que a

competência discursiva define como legítimas”. Desse modo, “todo campo discursivo define certa maneira de citar os discursos anteriores do mesmo campo e, ao lado dessas restrições, há o passado específico que cada discurso constrói para si, atribuindo certas filiações e recusando outras” (*ibid.* p.78). Nesse contexto, a *intertextualidade* pode ser *interna*, quando ocorre entre discursos do mesmo campo; ou *externa*, quando se dá entre discursos de campos diferentes, como, por exemplo, entre um discurso político e um discurso literário. O autor lembra, finalmente, que o sistema de coerções atua nos dois níveis propostos.

Sobre o *vocabulário*, o autor afirma que nenhum discurso possui um léxico que lhe é próprio, e o mais frequente é que haja explorações semânticas contraditórias das mesmas unidades lexicais pelos diversos discursos, “o que quer dizer que a palavra em si não constitui uma unidade de análise pertinente” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 80). Assim, os vocábulos são selecionados de acordo com o seu valor semântico, mas também tendem a adquirir o estatuto de signos de pertencimento.

Mas seria errado pensar que, em um discurso, as palavras não são empregadas a não ser em razão de suas virtualidades de sentido em língua. Porque, além de seu estrito valor semântico, as unidades lexicais tendem a adquirir o estatuto de signos de pertencimento. Entre vários termos a priori equivalentes, os enunciadores serão levados a utilizar aqueles que marcam sua posição no campo discursivo. (MAINGUENEAU, 2008b, p. 81)

Em relação aos *temas*, reconhecendo seu estatuto pouco preciso e esclarecendo que não é sua finalidade adentrar tal discussão, Maingueneau (2008, p. 81-82) os define como “aquilo de que um discurso trata”, afirmando que os temas mais importantes de um discurso são “aqueles que recaem diretamente sobre as articulações essenciais do modelo semântico”. Acrescenta que, assim como o vocabulário, o que importa não é o tema em si, mas sim o seu valor semântico, ou seja, como pontua Lara (2020, p. 88), “a relação que mantém com outros temas no âmbito da FD em que se insere”.

O autor discorre acerca da complexidade suscitada por esse conceito e a resume em alguns pontos, dos quais destacamos os seguintes: 1) um discurso dado *integra semanticamente todos os seus temas*, ou seja, eles estão de acordo com o seu sistema de restrições; 2) esses *temas* se subdividem em temas *impostos* e *específicos*. Os temas específicos são próprios a um discurso, enquanto os impostos são aqueles que não podem faltar para que um discurso seja aceito. (MAINGUENEAU, 2008b, p. 83-84). Lara (2020, p. 88) apresenta um exemplo que elucida a diferença entre os temas *impostos* e os *específicos*. Referindo-se a Maingueneau, diz:

O autor exemplifica os temas impostos recorrendo ao discurso político eleitoral, que adaptamos à situação brasileira. Assim, no nosso caso, tal discurso deve apresentar obrigatoriamente a tríade “saúde, segurança e educação” (mesmo que tais temas sejam tratados diferentemente por cada candidato). Sem ela, corre-se o risco de o discurso não ser aceito pelos eleitores. Já temas como o recapeamento das estradas ou o aumento das exportações podem ser abordados por um discurso e não por outro(s), sendo, pois, temas específicos. (LARA, 2020, p. 88)

Ressaltamos ainda que, em nossa pesquisa trabalharemos também com os temas silenciados, visto que, como admite Orlandi (2007, p. 50-53), “compreender o silêncio é explicitar o modelo pelo qual ele significa, é conhecer os processos de significação que ele põe em jogo”. O silenciamento não é uma forma de se calar, mas, sim, de dizer algo. Os não ditos podem, portanto, ser tão (ou mais) significativos do que os ditos.

O quarto plano que adotamos para a apreensão do *ethos* do locutor em questão é a *dêixis enunciativa* (espaciotemporal) que cada discurso constrói em função do seu próprio universo. Lembramos que o espaço e o tempo em que o discurso é construído referem-se não ao tempo cronológico ou a um lugar físico, mas, sim, ao tempo e ao espaço da enunciação. Maingueneau (2008b, p. 89) nos esclarece: “essa *dêixis*, em sua dupla modalidade espacial e temporal, define de fato uma instância de enunciação legítima, delimita a *cena* e a *cronologia* que o discurso constrói para autorizar sua própria enunciação.” (grifos do original). De nossa parte, julgamos importante trabalhar também com a categoria de pessoa, de modo que proporemos uma *dêixis enunciativa* espacio-temporal-pessoal, ampliando a proposta do autor.

Por fim, Maingueneau (2008b, p. 90) chama a atenção para o fato de que um discurso não é somente determinado conteúdo associado a uma *dêixis*, é também uma maneira de dizer específica, a qual ele chama de um *modo de enunciação*. Conforme Lara (2020, p. 92) explica, para o autor, “o discurso, mesmo escrito, tem uma ‘voz’ fictícia, um ‘tom’ que funciona como garantia de um ‘caráter’ e de uma ‘corporalidade’ associados àquele que enuncia”. O modo de enunciação obedece às mesmas coerções semânticas que regem o conteúdo do discurso. Em trabalhos posteriores, Maingueneau associará o modo de enunciação ao *ethos* discursivo, noção que já foi discutida anteriormente neste capítulo e que assume um papel central na presente pesquisa.

Explicadas as escolhas que fizemos quanto à constituição do *corpus* e ao nosso dispositivo (individualizado) de análise, só nos resta partir para o Capítulo 3, em que nos dedicaremos ao exame dos *tweets*, em busca da (re)construção do *ethos* de Bolsonaro nos três momentos de sua vida política: como deputado, como candidato e como Presidente.

3 ANÁLISE DO *ETHOS* NOS DISCURSOS DE JAIR BOLSONARO NO TWITTER

Conforme já dissemos, o presente capítulo é destinado à investigação dos *ethe* que emergem nos *tweets* publicados por Jair Bolsonaro. Como grande parte dos *tweets* que compõe o *corpus* estão relacionados a questões identitárias, consideramos pertinente apresentar, ainda que de forma sucinta, reflexões acerca de sexo, gênero e identidade de gênero, de modo a elucidar o contexto maior em que os *tweets* se inserem. Do mesmo modo, achamos também relevante fazer uma breve contextualização acerca da imigração no Brasil, já que esse tema também sobressai nos discursos de Bolsonaro. Abordadas essas duas temáticas que nos parecem as mais relevantes a partir de um primeiro olhar sobre o *corpus*, apresentaremos o *ethos pré-discursivo* do enunciador em questão que circula no imaginário social.

Passaremos, em seguida, para a análise dos *tweets* selecionados, seguindo os planos da *Semântica Global* proposta por Maingueneau (2008b), como esclarecemos no capítulo anterior. Assim, a investigação será feita pelos três períodos da vida política do enunciador: Jair Bolsonaro enquanto deputado federal, em 2017; no processo de campanha eleitoral para a presidência, 2018; e em seu primeiro ano de governo, 2019. No final das análises (seção 3.4.), faremos o cruzamento dos resultados obtidos em cada um desses momentos, de modo a apreender os principais *ethe* pretendidos e/ou produzidos por Bolsonaro.

3.1 Abordando as questões de gênero (social)

A sociedade ocidental, como sabemos, é pautada no discurso hegemônico do homem e do masculino. Esse discurso da supremacia masculina, atrelada a características biológicas foi, por séculos, naturalizado, levando à marginalização da mulher, bem como de outras categorias que não se adequavam aos padrões impostos. Tais características não se limitavam à força física; os homens eram tidos também como mais inteligentes e éticos do que as mulheres.

A ideologia sexista faz entender que a diferença natural entre homem e mulher justifica todo um processo de diferenciação que ocorre em termos sociais. Tem-se claramente uma hierarquização dos gêneros (o masculino é superior ao feminino) que acaba também por fundamentar a homofobia, uma vez que, junto com o sexismo, está a heterossexualidade, o comportamento padrão de exercício da sexualidade na perspectiva machista. (FELICÍSSIMO, 2014, p. 49)

Somente com o advento dos movimentos feministas no mundo contemporâneo é que a hierarquização e a categorização do gênero, sob a égide do patriarcado, foram questionadas. Nessa perspectiva, os estudos acerca de gênero tiveram maior destaque a partir das investigações de Simone de Beauvoir, na primeira metade do século XX, com a publicação do livro *O Segundo Sexo*. Para a filósofa, “não se nasce mulher, torna-se”. A partir de argumentos retirados da biologia, da sociologia, da psicanálise, da história etc., foi que a pensadora cunhou a teoria de que a questão de gênero está relacionada a uma construção cultural, à criação inteiramente social das subjetividades de homens e mulheres. Desse modo, o tornar-se mulher, para Beauvoir, num contexto da heterossexualidade compulsória, será apresentado ao sujeito como um imperativo, uma ordem. Os estudos de Beauvoir foram basilares nas diversas vertentes feministas dos anos subsequentes, de modo que as formas de resolver as desigualdades entre os gêneros ganhassem diversos contornos.

É nesse contexto que a década de 1990 pode ser considerada um marco no que diz respeito à diversidade de gênero. Responsável por introduzir a homossexualidade no meio acadêmico, Judith Butler, ao publicar *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*, trouxe uma nova roupagem para os estudos de gênero. Na esteira de Beauvoir, apesar de suas críticas à visão dos movimentos feministas precedentes, a filósofa estadunidense trabalhou a construção do “ser homem” ou “ser mulher” a partir de normas sociais que ditam tais comportamentos e, desse modo, reforçam o binarismo. Indo além dos pensamentos feministas anteriores e influenciada pelas teorias de Foucault acerca da sexualidade, Butler apresentou a identidade como livre e flexível, já que a identidade não deve ser pensada no singular, mas no plural, o que contribuiu para os avanços nas categorias homossexual e heterossexual.

Para a autora, diferentemente do feminismo de outrora, tanto o sexo quanto o gênero são da ordem do discurso. E é a partir de Butler que as diversidades de gênero ganham maior visibilidade. Isso porque a pesquisadora feminista, responsável por introduzir a “teoria *queer*” – a qual recusa as categorias universais de homo e heterossexual – contribuiu para a incorporação da comunidade LGBTQIAP+ nos estudos de gênero. Desse modo, as investigações de gênero, no atual cenário, abarcam tanto mulheres quanto toda a comunidade LGBTQIAP+.

O gênero não é de modo algum uma identidade estável nem lócus de agência do qual procederiam diferentes atos; ele é, pelo contrário, uma identidade constituída de forma tênue no tempo – uma identidade instituída por meio de uma repetição estilizada de atos. Além disso, o gênero, ao ser instituído pela estilização do corpo, deve ser entendido como a maneira cotidiana por meio da qual gestos corporais, movimentos

e encenações de todos os tipos constituem a ilusão de um “eu” genericado permanente. (BUTLER, 2018, p. 78)

O gênero e a sexualidade podem ser vistos, portanto, como uma constituição social e histórica. Isso porque se pensarmos em outros tempos, a exemplo da Grécia Antiga, a sexualidade não assumia as mesmas definições dos tempos modernos. A respeito disso, Felicíssimo (2014) nos esclarece:

A homossexualidade, ao que tudo indica, sempre existiu, mas não sempre do mesmo modo (e o que a modifica é, primordialmente, o sentido). O contexto mais comumente retomado para demonstrar a legitimidade da relação homossexual é o mundo clássico, da Grécia Antiga (...). Como vimos, a homossexualidade não dizia respeito a algo da esfera sexual somente. No contexto do mundo helênico, pudemos ver que se tratava de uma prática impregnada da normatividade da época, o que a tornava, além de uma forma de desejo, uma cultura. (FELICÍSSIMO, 2014, p. 71)

Nos tempos modernos, contudo, o conceito de sexualidade se estrutura em uma base judaico-cristã. Para o cristianismo, o sexo tem como função principal a reprodução, e tudo o que foge à heterossexualidade é visto como desviante, como um pecado e, portanto, deve ser repudiado. Bem como os preceitos religiosos, a sexualidade tem a biologia como um elemento basilar em sua definição, sendo o gênero e a orientação sexual de um indivíduo pautados na genitália. As premissas judaico-cristã e biológica também definem o papel social e comportamental que cada gênero desenvolverá na sociedade. A mulher, como dissemos anteriormente, constitui-se como o “sexo frágil”, e o seu papel principal é gerar filhos e cuidar do lar, ao passo que o homem, por se diferenciar em características biológicas, torna-se o provedor do lar, o chefe da família, o que o possibilita ingressar em diversas áreas da sociedade que abarcam a política e a economia, por exemplo. Assim, o conceito de sexualidade e de identidade de gênero pautado no cristianismo³² e na biologia acaba por inferiorizar a mulher e recriminar a comunidade LGBTQIAP+.

Felicíssimo (2014) nos alerta para o fato de a homossexualidade enquanto algo desviante ter sido incorporada também pelo discurso clínico. No século XIX, a medicina passou a ver a homossexualidade como doença, o que permaneceu até o final século XX, visto que somente em 1993 a OMS (Organização Mundial da Saúde) retirou o termo homossexualismo, cujo sufixo *-ismo* denota doença, da lista da CID (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde).

³² A inferiorização da mulher e da população LGBTQIAP+ também se faz presente em outras religiões, como é o caso do islamismo. Ressaltamos, todavia, que, por fugir ao escopo do nosso trabalho, não aprofundaremos essa discussão.

3.1.1 *Movimentos feministas no Brasil: a (constante) luta pela igualdade*

O século XIX foi considerado um marco no que diz respeito à alteração na vida das mulheres. Conforme Perrot *et al.* (1991, p. 12), com vistas a combater as desigualdades entre os sexos e vislumbrando uma emancipação política, surgiram os movimentos feministas, a partir de mudanças políticas na França e nos Estados Unidos, que se estenderam, posteriormente, a todo o ocidente e em configurações heterogêneas. Diversas pesquisadoras falam, acerca da diversidade de tendências dos movimentos feministas, em três ondas: movimento sufragista no século XIX e início do século XX; igualdade jurídica e social das mulheres, na década de 1960; e a interseccionalidade, nos anos 1990, que buscava dar voz às mulheres negras e pobres subjugadas nos momentos anteriores.

No contexto brasileiro, o sucesso das sufragistas, que caracterizou a primeira onda do feminismo pelo mundo, impulsionou uma organização de lutas das mulheres brasileiras simpatizantes do sufrágio universal. As sufragistas brasileiras, lideradas por nomes como Bertha Lutz, conquistaram o direito ao voto em 1932, na Era Vargas. Apesar das conquistas relacionadas à participação política obtidas nessa primeira onda, Ribeiro *et al.* (2021, p. 64) alertam para as dificuldades, ainda encontradas pelas mulheres no atual cenário, em disputar eleições, o que torna “necessário que o debate tenha continuidade no contexto atual, para que sejam exterminados estereótipos que remetem ao gênero masculino a competência para exercer a participação nos espaços de poder”.

A “segunda onda” do feminismo ganhou maior expressão no Brasil na década de 1970. Além da luta contra a dominação masculina e pelo direito ao exercício do prazer, que caracterizavam o contexto europeu e estadunidense, o feminismo no Brasil dessa época deu-se em um cenário mais específico. Marcado pelo autoritarismo e repressão do regime militar que se instaurou no país a partir do golpe de 1964, o movimento feminista estava articulado a diversos movimentos sociais e de camadas populares, conforme afirma Corrêa:

O movimento feminista no Brasil contemporâneo, que teve sua maior expressão na década de 1970, esteve intimamente articulado com outros movimentos sociais da época: movimentos populares – que iam desde a luta por moradia, passando por melhores condições de vida (água encanada, luz, transporte), até a luta pela criação de creches nas fábricas e universidades (o que era uma lei antiga, mas não cumprida); movimentos políticos – aí incluídos os movimentos pela anistia aos presos políticos, pela luta contra o racismo, pelos direitos à terra dos grupos indígenas do país e o movimento dos homossexuais. (CORRÊA, 2001, p. 13-14)

Os movimentos feministas da segunda onda no Brasil contribuíram para a redemocratização do país e se revelaram como um grande passo para a inserção de pautas feministas na Constituição Federal de 1988.

A década de 1990 marcou a terceira onda do feminismo, que adotou uma postura crítica à onda anterior. Com um caráter pós-estruturalista, a resistência à categorização surgiu como fator preponderante nas lutas feministas, e o conceito de gênero passou a ser amplamente discutido, de modo que a visão binária acerca da identidade fosse abandonada, principalmente, com os estudos de Judith Butler, conforme já apontamos. Outro fator importante que marcou a terceira onda do movimento feminista foi o reconhecimento da existência de mulheres como um grupo heterogêneo, de modo a fazer ecoar as vozes negras e periféricas silenciadas anteriormente, como nos explicam Santos *et al.*:

O feminismo chamado da terceira onda, a partir da crítica de mulheres lésbicas, negras e do Terceiro Mundo, problematizará os efeitos excludentes do gênero, e as epistemólogas feministas também vão apontar seus efeitos dicotomizantes e por vezes reducionistas da experiência das mulheres (SANTOS *et al.*, 2016, p. 596)

A característica marcante da terceira onda voltou-se, desse modo, para a interseccionalidade. Como elucidam Ribeiro *et al.* (2021, p. 67), “além da discriminação de gênero, as mulheres também estão sujeitas a fatores que se cruzam, tais como: classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual”. Posto isso, buscou-se um compromisso com a mudança social que abarcasse não só a questão de gênero, mas também outros elementos que corroboram a heterogeneidade da existência das “mulheres”.

Apesar de não haver um consenso na literatura, algumas autoras apontam o atual momento como uma quarta onda do movimento feminista. A justificativa para essa nova onda se apoia no fato de que as redes sociais transformaram a forma do ativismo feminista, que não mais se limita às ruas, já que o uso de *hashtags*, por exemplo, permite uma maior capacidade de articulação, bem como uma maior visibilidade, tanto da luta coletiva quanto individual. Ribeiro *et al.*, ao citarem Heloísa Buarque de Hollanda, explicam:

Hollanda (2018), analisando especificamente a quarta onda no contexto brasileiro, também apresenta as redes sociais como um elemento importante na esfera política, causando um alargamento no padrão da comunicação, que se torna mais autônoma e democrática, além de potencializar mobilizações que, em primeira instância, parecem ter um caráter individual, mas tornam-se coletivas ao serem difundidas na rede, trazendo para o campo político aquilo que é de ordem pessoal. Um exemplo que pode ser observado deste “borramento” entre público e privado é a exposição das narrativas em primeira pessoa nos espaços virtuais de livre acesso (como no caso das redes sociais), que possibilitam a algumas mulheres compartilhar suas histórias e se

conectarem com mulheres que vivenciaram experiências de opressões semelhantes ou distintas. (RIBEIRO *et al.*, 2021, p. 69)

Uma conquista importante acerca das lutas feministas ao longo da história foi o fato de a violência de gênero (não mais restrita às mulheres a partir do binarismo) estar situada nas discussões sobre Direitos Humanos e não somente no âmbito doméstico como nos anos anteriores. Acerca do contexto brasileiro, um marco no que diz respeito à luta contra a violência de gênero é a Lei Maria da Penha³³, sancionada, em 2006, pelo então presidente Lula, com o objetivo de promover mecanismos para coibir a violência contra mulheres. Outro importante avanço na legislação brasileira foi a criação da Lei do Feminicídio³⁴, sancionada, em 2015, por Dilma Rousseff.

Apesar dos avanços obtidos em virtude da luta de movimentos feministas ao longo do tempo, sabemos que as mulheres ainda são subjugadas na sociedade de modo geral. As violências sofridas por elas vão desde agressões físicas e psicológicas, até as da ordem simbólica, como uma educação diferenciada e uma cultura que, de forma muitas vezes sutil, desfavorece a mulher. Nesse contexto, a recente ascensão do conservadorismo no Brasil, a exemplo da vitória de Bolsonaro nas eleições de 2018, demonstra que a luta pela efetiva inserção da mulher nas diversas esferas da sociedade não finda.

3.1.2 Breve histórico da luta homoafetiva no Brasil

No final da década de 1970, num contexto de oposição à ditadura militar, surgiu o primeiro movimento de luta homossexual no Brasil. Conforme Carmona e Prado (2010), em 1978, grupos de ativismo homossexual, com vistas à inclusão dos homossexuais como sujeitos de direito foram criados, a exemplo do Grupo Gay da Bahia, em Salvador, entre outros. A partir da década de 1990, tais movimentos ganharam apoio de entidades acadêmicas, de partidos políticos e de movimentos relacionados aos direitos humanos. É nesse cenário que, em 1995,

³³ “A Lei 11.340/06, que recebeu o nome de “Lei Maria da Penha”, foi fruto da organização do movimento feminista no Brasil que, desde os anos 1970, denunciava as violências cometidas contra as mulheres (violência contra prisioneiras políticas, violência contra mulheres negras, violência doméstica etc.) e, nos anos 1980, aumentou a mobilização frente à absolvição de homens que haviam assassinado as esposas alegando ‘legítima defesa da honra’”. Disponível em:

http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Violencia_Domestica/Lei_Maria_da_Penha/vd-lmp-mais/Historia_da_lei. Acesso em: 30 nov. 2021.

³⁴ “A nova legislação alterou o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40) e estabeleceu o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Também modificou a Lei de Crimes Hediondos (Lei 8.072/90), para incluir o feminicídio na lista”. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/643729-lei-do-feminicidio-faz-cinco-anos/>. Acesso em: 19 de fev. 2022.

foi criada a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros – ABGLT, no intento de criar políticas públicas voltadas para esses grupos no país. É nesse contexto que acontece, em 1997, a primeira Parada do Orgulho LGBT do país, em São Paulo.

O contexto de lutas e conquista da população homossexual também se dá no processo de proliferação de siglas, chamada de “sopa de letrinhas” por Regina Facchini, de modo a dar maior visibilidade às identidades sexuais e de gênero. Inicialmente, o movimento político se dá por meio da sigla GLT (gays, lésbicas e travestis), passando a ser chamada de GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros). Em 2008, com o objetivo de dar maior visibilidade às mulheres, a sigla foi alterada para LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros), conforme relata Felicíssimo (2014, p. 57). A sigla, desde então, tem passado por constantes mudanças em busca de uma (maior) política de visibilidade identitária. Até o presente momento, a sigla utilizada para fazer referência à comunidade de lésbicas, gays, travestis, transgêneros etc., é a LGBTQIAP+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexual, assexual, pansexual +), sendo as pessoas pansexuais representantes da última letra incorporada à sigla, em 2021.

As pesquisas de Beauvoir, Foucault, Butler e outros teóricos que se debruçaram nos estudos acerca da sexualidade e do gênero, bem como as constantes lutas de movimentos feministas e LGBT, foram cruciais para os avanços no que diz respeito aos direitos humanos de mulheres e da comunidade LGBTQIAP+. No entanto, por ser fundamentada no conservadorismo judaico-cristão, grande parte da sociedade ainda enxerga a identidade de gênero a partir do binarismo homem/mulher baseado na genitália. Em virtude disso, o preconceito contra gays, lésbicas e, principalmente, travestis e transexuais permanece vigente no Brasil hodierno. Assim, os termos “homossexualismo” em detrimento de homossexualidade, bem como o uso equivocado de “orientação sexual” e “identidade de gênero” enquanto sinônimos são empregados, de maneira consciente ou não, para se referir às questões sexuais e de gênero, o que contribui para a perpetuação do preconceito e invisibilidade de boa parte dessa parcela da população.

3.1.3 A ofensiva antigênero

As lutas pela garantia de direitos humanos fundamentais de movimentos feministas e da comunidade LGBTQIAP+ despertou, também, o enfrentamento de movimentos religiosos mais ortodoxos e de grupos reacionários. De acordo com Junqueira (2018), em vários países do mundo, nas últimas décadas, presencia-se uma crescente mobilização de um ativismo religioso

reacionário contra o avanço de políticas públicas que visam à garantia dos direitos humanos das mulheres, das pessoas não heterossexuais e de todos aqueles dissidentes da ordem sexual e de gênero. Como marca desse ativismo religioso mais ortodoxo, surgem os sintagmas de “gênero”, “teoria de gênero” e “ideologia de gênero”, como estratégias discursivas para criar um inimigo imaginário comum e que deve ser combatido.

Conforme nos mostra Junqueira (2018), a “teoria/ideologia de gênero”³⁵ foi cunhada sob os desígnios do Pontifício Conselho para a Família e de conferências episcopais, da Igreja Católica, em meados da década de 1990 e início dos anos 2000. Mais especificamente, o termo tem seu primeiro registro escrito a partir da publicação de um documento eclesialístico – *A ideologia de gênero: seus perigos e alcances* – divulgado pela Conferência Episcopal do Peru em 1998, cujo argumento inclinava para uma conspiração de movimentos feministas e LGBT para acabar com a família nos moldes da heteronormatividade. O termo foi fortemente difundido e incorporado, nos anos subsequentes, pelas igrejas evangélicas neopentecostais e por grupos, tanto da ordem política quanto da ordem social, de extrema direita. O sintagma foi incorporado como uma espécie de *slogan* e faz parte de um *marketing* de tais grupos. Junqueira (2018) nos elucida tal estratégia:

Com efeito, por meio de uma tematização acerca dos “riscos” da infiltração da perspectiva de gênero nas instituições, na política e na vida cotidiana, tal ofensiva visa, além de recuperar espaço à Igreja em sociedades envolvidas em distintos processos de secularização, conter o avanço de políticas voltadas a garantir ou ampliar os direitos humanos de mulheres, pessoas não heterossexuais e outros dissidentes da ordem sexual e de gênero (JUNQUEIRA, 2018, p. 451)

O termo amplamente difundido por esses grupos reacionários, contudo, não é reconhecido como um conceito no meio acadêmico. O termo corrente é, na verdade, “Estudos de gênero”, sendo que o substantivo “Estudos” nada tem a ver com “Teoria”, visto que esse último termo é empregado de forma muito mais próxima de “ideologia”, em seu sentido pejorativo, do que de uma investigação em si. Desse modo, diversos pesquisadores tendem a nomear essas mobilizações transnacionais e reacionárias, conforme Prado (2018, p. 445), como “campanhas ou ofensivas antigênero, entre outras razões para evitar a normalização semântica da terminologia ‘ideologia de gênero’”. Assim, optamos, também, por adotar o termo

³⁵ Achamos pertinente ressaltar que o termo “ideologia de gênero” não é reconhecido como uma moldura teórica no meio acadêmico. Como bem assinala Prado (2018, p. 448), “é vital evidenciar que ‘ideologia de gênero’ não é nem teoria nem descrição de um fenômeno, mas sim um tropo, um campo de disputa política, uma categoria acusatória”. Nessa linha de pensamento, acrescentamos que o termo “ideologia de gênero” será sempre marcado por aspás.

“antigênero” para nos referirmos a movimentos políticos e religiosos que têm como base um discurso ofensivo contra os direitos humanos das mulheres e da comunidade LGBTQIAP+.

No contexto brasileiro, os movimentos antigênero, apesar de serem fortemente impulsionados pela ala mais conservadora das igrejas Católica e Evangélica, é composto por diversos setores da sociedade. Conforme Prado (2018):

No caso brasileiro, é flagrante, por um lado, o perfil católico-evangélico da ofensiva, mesmo quando a forte frequência do Vaticano, como mentor intelectual dessa cadeia discursiva, seja obscurecida pela estridência evangélica. Por outro lado, também é fundamental, reconhecer a contribuição da participação de outras vozes religiosas como kardecistas e judeus de direita e de setores seculares, como os ditos liberais do Movimento Brasil Livre (MBL), juristas, médicos/as, professoras/es e políticos que não são necessariamente religiosos do qual um exemplo é o Escola sem Partido. Essas mobilizações, cada vez mais intensas desde 2016, não apenas compuseram o cenário eleitoral e pós eleitoral como, desde antes, têm implicado ataques à liberdade de cátedra de professores e professoras, denúncias extrajudiciais contra escolas, proibição de materiais didáticos sobre os temas em sexualidade e gênero e projetos de lei que visam restringir não só a educação em gênero e sexualidade, como os direitos reprodutivos e sexuais de mulheres e das pessoas LGBTI (PRADO, 2018, p. 445).

Acrescentamos que, no Brasil, o termo “ideologia de gênero” é comumente empregado como sinônimo de “Estudos de gênero”. Destacamos, contudo, a parte que mais nos interessa neste trabalho. Como dissemos no começo deste capítulo, grande parte dos *tweets* do enunciador Jair Bolsonaro dizem respeito a questões identitárias, com um enfoque na comunidade LGBTQIAP+. Uma das estratégias político-discursivas utilizadas pelo enunciador se dá justamente no uso do discurso que baliza a ofensiva antigênero. Mais especificamente, o termo surge em seus *tweets* como uma “ideologia” adotada pelo ensino fundamental nas escolas públicas.

Nesse contexto, a memória discursiva de um ensino voltado para a sexualização de crianças é constantemente ativada. Isso porque, em 2004, a partir de discussões entre o Governo Federal e a sociedade civil, foi criado o *Programa Brasil Sem Homofobia* com o objetivo de promover os direitos humanos fundamentais da população LGBTQIAP+ e combater as diversas formas de violência sofridas por pessoas gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. A partir daí, com o intento de formar educadores para promover uma educação contra a homofobia e o respeito à diversidade sexual no ensino médio, foi incorporado ao Programa o projeto “Escola Sem Homofobia”, o qual tinha um material de formação composto por textos e audiovisual. Acerca do kit “Escola Sem Homofobia”, Felicíssimo (2014), cuja tese de

doutorado foi destinada a trabalhar o material que compunha o kit, ao citar a “Nota oficial do projeto Escola Sem Homofobia”, nos apresenta o seguinte resumo de parte do material³⁶:

BOLETINS ESCOLA SEM HOMOFOBIA (BOLESHS) - série de 6 boletins, destinados às/aos estudantes cada um abordando um assunto relacionado ao tema da sexualidade, diversidade sexual e homofobia. Trazem conteúdos que contribuem para a compreensão da sexualidade como construção histórica e cultural; para saber diferenciar sexualidade e sexo; para reconhecer quando valores pessoais contribuem ou não para a manutenção dos mecanismos da discriminação a partir da reprodução dos estereótipos; para agir de modo solidário em relação às pessoas independente de sua orientação sexual, raça, religião, condição social, classe social, deficiência (física, motora, intelectual, sensorial); para perceber e corrigir situações de agressão velada e aberta em relação a pessoas LGBT. (FELICÍSSIMO, 2014, p. 283)

Entretanto, o material de formação que seria distribuído nas escolas do país foi batizado pejorativamente como “kit gay”. Em virtude da repercussão negativa acerca do projeto e da pressão parlamentar, posteriormente, em 2011, o projeto foi vetado pela ex-presidenta Dilma Rousseff. Acerca disso, Felicíssimo (2014) explica:

O kit “Escola Sem Homofobia” seria composto de um caderno, uma série de seis boletins, três audiovisuais, dois DVDs e um cartaz. Na época em que se falou publicamente a respeito do Kit, em 2011, os vídeos foram largamente comentados, reproduzidos em diversas mídias eletrônicas e em vários canais do “Youtube”. O resultado foi uma avalanche de manifestações públicas – que incluiu tanto personalidades políticas quanto artísticas – demonstrando-se contrárias ao kit e à sua distribuição para as escolas. O argumento mais recorrentemente utilizado para justificar o repúdio aos vídeos era o de que ele promoveria, induziria à homossexualidade. Fato é que o kit não chegou a ser distribuído para as seis mil escolas do ensino médio, como havia sido inicialmente previsto, e muito menos se tornou conhecido em sua totalidade pela sociedade em geral. (FELICÍSSIMO, 2014, p. 16)

Como nos deixa claro o excerto acima, o projeto não chegou a ser incluído no ambiente escolar. Todavia, diversos movimentos antigênero difundiram informações falsas de que o “kit gay” fazia parte da educação brasileira, desde os anos iniciais, e tinha como propósito promover o ensino de sexo para crianças e, principalmente, uma doutrinação LGBT no ambiente escolar. A “ideologia de gênero”, no contexto brasileiro, passa a incorporar o “kit gay” como um de seus materiais utilizados para a efetivação das conspirações de movimentos

³⁶ Para um maior esclarecimento acerca do material que compunha o kit “Escola Sem Homofobia”, sugerimos o acesso à tese de doutorado de Manuella Felicíssimo. O resumo de todas as partes que integram o material está localizado na parte “Anexos” da tese. Disponível em: <http://www.poslin.letras.ufmg.br/bancodefesas.php>. Acesso em: 30 out. 2021.

feministas e LGBT para acabar com a família nos moldes heteronormativos. Em síntese, a manipulação da ideia de um “kit gay” não é só extrapolada no tempo, mas também inverídica³⁷.

3.2 Breve histórico da imigração no Brasil

O cenário mundial tem sido marcado pelo acentuado crescimento dos fluxos migratórios. O último relatório Tendência Globais do ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), publicado em 21 de julho de 2021, aponta que cerca de 82,4 milhões de pessoas em todo o mundo foram forçadas a se deslocar devido à perseguição, conflito, violência, violação de direitos humanos ou eventos que perturbam seriamente a ordem pública, durante o ano de 2020³⁸. Desses, aproximadamente 26,4 milhões representam refugiados, sendo quase a metade com menos de 18 anos de idade, com destaque para palestinos e venezuelanos que compõem a maior parte do último relatório. Os dados de 2020 representam um aumento em relação aos de 2019 e sugerem uma crise migratória em nível mundial.

No Brasil, em dezembro de 2020, o Departamento de Migração da Secretaria Nacional de Justiça (Demig / Senajus), que integra o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), publicou um relatório sobre refúgio e migração no Brasil. O “Refúgio em Números”, que abarca o relatório publicado, apontou que entre 2011 e 2019, cerca de 239.706 pessoas pediram refúgio no Brasil. Dentre elas estão, principalmente, venezuelanos, somando um total de 20.935 pessoas ou 8,73%, sírios, representando 3.768 pessoas (1,57%), e congolese, com 1.209 pessoas (0,50%)³⁹.

Nesse contexto, achamos pertinente abordar, brevemente, a história dos direitos dos migrantes e refugiados no Brasil. Antes de passar para essa parte, contudo, consideramos importante esclarecer que, embora saibamos da complexidade existente quando se tomam os dois termos como equivalentes, optamos por assumir o ponto de vista de Clochard (2007) que propõe um *continuum* entre eles. Falaremos, assim, em migrante/refugiado sem traçar uma distinção rígida entre esses termos (e entre as categorias que representam).

³⁷ Nunca é demais lembrar que o chamado “kit gay” foi objeto de um pronunciamento do então deputado federal Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados (sessão ordinária, pequeno expediente, em 30/11/2010). O vídeo desse pronunciamento pode ser acessado em: <<http://www.youtube.com/watch?v=gNJKJLCPt4>>. Nele, Bolsonaro caracterizou o referido kit como um estímulo ao “homossexualismo” e um incentivo à promiscuidade.

³⁸ Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/>. Acesso em: 30 out. 2021.

³⁹ Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/12/18/relatorio-do-mjisp-apresenta-dados-ineditos-sobre-refugio-e-migracao-no-brasil/>. Acesso em: 30 out. 2021.

3.2.1 *Os direitos dos migrantes/refugiados*

Em 1948, a partir de um contexto pós II Guerra Mundial e considerando as atrocidades cometidas durante o regime nazista, instaurou-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), a fim de resguardar a dignidade humana inerente a qualquer indivíduo. Como aponta Ramos (2017), a DUDH foi um grande impulso à proteção dos refugiados, visto que o direito à busca de asilo, sem sofrer perseguição, em outros países compunha um de seus artigos. Dois anos depois, a partir de uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, foi criado o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) como responsável pela proteção e assistência de refugiados, sendo instalado, com missão permanente, no Brasil em 1977. Em 1951, foi aprovada a Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados, sendo o primeiro tratado que engloba, de maneira genérica, todos os refugiados (antes limitados a alemães, russos e armênios), bem como seus direitos e deveres (RAMOS, 2017, p. 277).

Na esteira do cenário mundial, o Brasil ratificou a Convenção de Genebra, que estabelecia direitos e deveres de refugiados em geral. Entretanto, de acordo com Ramos (2017, p. 278), o Estado brasileiro estabeleceu limitações geográficas na aceitação de refugiados, acolhendo apenas os que migravam do continente europeu.

A última frente legal para a política migratória do Brasil no século XX se deu em 1980 com a Lei nº 6.815, conhecida como Estatuto do Estrangeiro. Criada a partir de uma lógica securitária, a qual balizava o período da Ditadura Militar (1964-1985), a nova Lei pretendia disciplinar a vida do estrangeiro no Brasil. Isso porque a livre circulação dos não nacionais era controlada pelo Estado, considerando-se que eles representavam um risco à segurança nacional. Desse modo, a lei concebia o migrante como um indivíduo de menor importância em relação aos cidadãos do país, já que não gozavam dos mesmos direitos que os nacionais, o que contribuiu para a xenofobia, a começar pelo nome do Estatuto “estrangeiro” – visto como um estranho. Ainda que a Constituição Federal de 1988, que tem como um de seus fundamentos a garantia de direitos igualitários ao migrante residente em solo brasileiro, fosse uma conquista no que diz respeito ao migrante, o Estatuto do Estrangeiro permaneceu incongruente com os preceitos da lei maior do Estado nas décadas seguintes.

Foi somente na segunda década do século XXI que a situação legal do migrante passou a dialogar com a Constituição vigente. Em maio de 2017, o então presidente Michel Temer sancionou a Lei nº 13.224/17, Lei de Migração, que revogou o Estatuto do Estrangeiro e que tem como objetivo promover o combate à xenofobia, bem como a acolhida do migrante

de acordo com os Direitos Humanos. Nesse contexto, o primeiro avanço da nova lei em relação à herança dos anos de chumbo está na nomenclatura, visto que o termo “migrante” é adotado de modo a considerar os não nacionais como sujeitos de direitos e em igualdade com os brasileiros. Conforme elucidada Guerra (2017):

Diferentemente do estatuto do estrangeiro, a nova Lei de Migração trata o imigrante como um sujeito de direitos e garante em todo o território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, uma série de direitos que anteriormente não eram concebidos, a saber: a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos; direito à liberdade de circulação em território nacional. (9GUERRA, 2017, p. 1723)

Apesar dos avanços em relação à política de migração, o país ainda enfrenta desafios no que diz respeito a uma acolhida efetiva dos migrantes, principalmente no que diz respeito a refugiados de países que não fazem parte do continente europeu e norte-americano, o que ressalta o preconceito de raça existente. Isso fica mais evidente na atual crise migratória de venezuelanos no Brasil, o que se faz importante uma descrição do contexto político e social mais recente da Venezuela para compreender a constante fuga de pessoas desse país, sobretudo quando consideramos que se trata do maior contingente de migrantes/refugiados que se deslocam para o Brasil na atualidade, como já comentamos.

3.2.2 O contexto social e político da migração na Venezuela

Durante o século XX, a Venezuela foi responsável por receber diversos migrantes. Por se caracterizar como um dos maiores países em produção e exportação de petróleo do mundo, a economia se mantinha estável até mesmo durante a crise de 1929 e a II Guerra Mundial. Entretanto, pelo fato de a fonte de riqueza estar relacionada a esse *commodity* – valor baseado na oferta do mercado internacional –, o país passou a não investir de maneira suficiente na diversificação da economia, a exemplo dos ramos da indústria e agricultura, ficando, desse modo, dependente do mercado internacional tanto para o resultado do PIB (Produto Interno Bruto) quanto da importação de tudo aquilo que o país não produzia.

Segundo Ribas (2018), o processo migratório na Venezuela passa por mudanças significativas nas duas últimas décadas. Num primeiro momento, tem-se a globalização como principal fator motivacional para que as pessoas deixem o país, e seu público é composto, majoritariamente, por pessoas de classe média, jovens e muito bem qualificadas que visam a uma melhor inserção no mercado de trabalho. Entretanto, devido à crise interna, o país se vê

em uma constante fuga de seu povo, agora muito mais heterogêneo, que se dá em qualquer extrato econômico e nos mais variados graus de qualificação. Isso porque o país enfrenta uma grave crise econômica e humanitária, e grande parte das venezuelanas e dos venezuelanos veem a migração como única possibilidade de garantia de direitos humanos mínimos, como saúde e o acesso à alimentação, por exemplo. De um país receptor durante grande parte do século XX, como vimos, a Venezuela passa ao *status* de “exportador” de migrantes/refugiados.

De acordo com Ribas (2018), o processo de migração de venezuelanos começa a ganhar um novo contorno no final da década de 1990. A ascensão de Hugo Chávez à presidência, assumindo o poder em 1999, marca o início de uma migração que passa a ter um crescimento considerável ao longo dos anos subsequentes. Isso porque o primeiro mandato de Chavez já mostrava a violação de direitos, como a liberdade de expressão, principalmente daqueles que se opunham ao governo, o que contribuiu para a saída desses cidadãos do país. Uma outra característica governamental que contribuiu para o processo de migração, apontado por Ribas (2018), está relacionada às políticas chavistas voltadas para as classes mais pobres em detrimento do restante da população, o que contribuiu para um descontentamento das classes mais altas para com o governo.

Entretanto, para a socióloga, o principal episódio que contribuiu para a crise no governo de Chávez e, conseqüentemente, para o aumento dos fluxos migratórios foi a greve da indústria petrolífera. Em 2002, a empresa estatal Petróleos de Venezuela (PDVSA), responsável pela exploração, produção e comercialização de petróleo no país, convocou uma greve que, posteriormente, contou com a participação de diversos setores da sociedade – político, empresarial e organizações religiosas – que culminou na renúncia e posterior retorno do presidente. O episódio trouxe sérias conseqüências ao povo venezuelano, como o aumento do desemprego, a redução da produção de petróleo e uma radicalização e polarização social e política.

Ao longo de seus dois outros mandatos, Chávez tomou medidas como a estatização de empresas e do setor de telecomunicação e a modificação da Constituição com o estabelecimento da reeleição indefinida (até então, a reeleição à presidência só poderia acontecer uma vez). Chávez permaneceu no poder até 2013, ano em que sua morte, em virtude de um câncer, foi anunciada. Assim, a presidência passou a ser ocupada por Nicolás Maduro, vice de Chávez, o qual prosseguiu com as políticas econômicas e sociais do antigo presidente. Nos anos subsequentes, o país se viu afundado em uma crise política e econômica, com altas taxas de desemprego, inflação e aumento nos índices de criminalidade e violência, como aponta Ribas (2018, p. 109-110).

A política econômica pautada majoritariamente na produção e exportação de petróleo contribuiu para que, com a queda do preço dos barris em 2014, o país tivesse sua crise econômica intensificada. Atrelada a isso, a forte repressão aos opositores de Maduro foi um dos fatores importantes para que a crise migratória na Venezuela se intensificasse. Um dos países que mais recebe venezuelanos, sobretudo por questões geográficas, é o Brasil. Por ter parte do seu território fronteiriço com o país governado por Maduro, o Brasil tem recebido uma significativa quantidade de pedidos de asilo de refugiados venezuelanos. Segundo os dados de 2020, da ACNUR, a maior parte de refugiados venezuelanos no Brasil está concentrada no estado de Roraima (60%), seguida pelo Amazonas (10%) e São Paulo (9%).⁴⁰

3.3 A imagem prévia de Jair Bolsonaro

A noção de *ethos pré-discursivo* (MAINGUENEAU, 2012) ou *ethos prévio* (AMOSSY, 2018b), também partilhada pela teoria semiolinguística de Charaudeau (2018a), como foi visto na seção dedicada ao referencial teórico, é levada em consideração para a apreensão do *ethos efetivo* produzido pelo locutor do discurso. O fato de o locutor Jair Bolsonaro ser uma figura pública faz com que ele tenha uma imagem prévia⁴¹ que circula, em grande medida, no imaginário social antes mesmo de ele “falar” no Twitter. Desde suas aparições midiáticas, logo quando iniciou sua carreira política, os discursos de Bolsonaro têm sido protagonistas de diversas polêmicas, como foi visto no Capítulo 1. Destacamos aqui, todavia, aqueles discursos relacionados ao nosso recorte temático: as minorias.

Primeiramente, por se tratar de uma figura parlamentar, é comum que a imagem prévia de Jair Bolsonaro seja embasada pela ideologia política na qual ele se insere – extrema direita. Como defendem Bobbio (1995), Charaudeau (2020) e Stanley (2020), o discurso de direita, do qual o *corpus* desta pesquisa faz parte, toma a ‘desigualdade’ como positiva e apela, muitas vezes, para distinções étnicas, religiosas, de gênero etc., o que contribui para legitimar as desigualdades e os preconceitos sofridos pelas minorias sociais. Assim, o posicionamento discursivo assumido pelo enunciador contribui para a construção da sua imagem prévia.

Como já dissemos, em seus discursos, Jair Bolsonaro fez diversos ataques às minorias sociais, denunciando, assim, seu preconceito contra as mulheres, os imigrantes, a

⁴⁰ Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-brasil/>. Acesso em: 30 out. 2021.

⁴¹ Para a construção da “imagem prévia” de Jair Bolsonaro, estamos tomando como referência o discurso universal em prol dos Direitos Humanos, e não os discursos daqueles que o apoiam ou não – e que, portanto, tenderiam a construir diferentemente o *ethos* prévio do presidente. Por exemplo, o que seria para seus opositores, um *ethos* negacionista, para seus apoiadores, poderia ser um *ethos* de sinceridade e de coragem.

comunidade LGBTQIAP+, sem perder de vista a população negra e indígena. Em uma rápida busca na internet, é possível encontrar diversas falas do enunciador ao longo de sua carreira política. Seleccionamos algumas para exemplificar e mostrar qual o *ethos prégio* de Bolsonaro que circula no imaginário social.

Em 2003, durante uma discussão nos corredores da Câmara dos Deputados, em Brasília, com a deputada Maria do Rosário (PT-RS), Jair Bolsonaro, na presença de jornalistas, disse “Eu jamais ia estuprar você, porque você não merece”⁴². Em 2014, o então deputado pelo (PP), na tribuna da Casa, voltou a atacar a parlamentar com a mesma frase. Em uma entrevista ao jornal gaúcho *Zero Hora*, Bolsonaro disse: “Ela não merece porque ela é muito ruim, porque ela é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria. Eu não sou estuprador, mas, se fosse, não iria estuprar, porque não merece”⁴³. A fala⁴⁴ de Jair Bolsonaro revela uma desvalorização acerca do público feminino de modo geral e denuncia (e reforça) o machismo estrutural, cuja culpa do crime de estupro recai, em grande medida, sobre a vítima. Ademais, Bolsonaro revela um “tom” agressivo e não condizente com o de um parlamentar. Na mesma entrevista concedida ao *Zero Hora*, Bolsonaro sugeriu que a diferença salarial existente entre homens e mulheres é justificada pelo fato de a mulher tirar licença maternidade:

A mulher luta muito por direitos iguais, legal, tudo bem. Mas eu tenho pena do empresário no Brasil, porque é uma desgraça você ser patrão no nosso país, com tantos direitos trabalhistas. Entre um homem e uma mulher jovem, o que o empresário pensa? “Poxa, essa mulher tá com aliança no dedo, daqui a pouco engravida, seis meses de licença-maternidade...” Bonito pra c..., pra c...! Quem que vai pagar a conta? O empregador. No final, ele abate no INSS, mas quebrou o ritmo de trabalho. Quando ela voltar, vai ter mais um mês de férias, ou seja, ela trabalhou cinco meses em um ano (...). Por isso que o cara paga menos para a mulher!

Em 2017, durante uma palestra no Clube Hebraica, no Rio de Janeiro, Bolsonaro (então deputado pelo PSC), ao fazer declarações sobre seus filhos, disse uma frase bastante polêmica e que gerou reações de diversas esferas da sociedade: “Foram quatro homens. A quinta eu dei uma fraquejada, e veio uma mulher”⁴⁵. Tais falas exemplificam um *ethos* machista presente nos discursos de Jair Bolsonaro.

⁴² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LD8-b4wvIjc>. Acesso em: 02 set. 2021.

⁴³ Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2014/12/bolsonaro-diz-que-nao-teme-processos-e-faz-nova-ofensa-nao-merece-ser-estuprada-porque-e-muito-feia-cjlf8rj3x00cc01pi3kz6nu2e.html>. Acesso em: 02 set. 2021.

⁴⁴ Cabe ressaltar que a Justiça do Distrito Federal determinou que Jair Bolsonaro pagasse indenização por danos morais à deputada petista e, em 2019, ele teve de publicar uma nota de retração, a qual, inclusive, consta como parte do *corpus* desta pesquisa.

⁴⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2YaLo74yLoY>. Acesso em: 02 set. 2021.

Assim como nos polêmicos discursos com temática voltada para o público feminino, a comunidade LGBTQI+ foi alvo de preconceito nas falas do enunciador em questão. Em 2010, no programa *Participação Popular*, da TV Câmara, que discutia o Projeto de Lei nº 13.010 ⁴⁶(aprovado em 2014), cujo objetivo era coibir o uso de violência física na punição de crianças e adolescentes, Bolsonaro comentou: “O filho começa a ficar, assim, meio gayzinho, leva um coro, ele muda o comportamento dele, tá certo?”⁴⁷. O comentário do enunciador supracitado rebervera na mídia um discurso comumente disseminado na sociedade de que a homossexualidade está ligada à falta de punições, o que contribui para que casos de violência física contra a população LGBTQI+ aconteça, principalmente, no ambiente familiar da vítima.

Do mesmo modo, em 2012, durante uma entrevista concedida no programa *Agora é tarde*, da Band, apresentado por Danilo Gentili, Jair Bolsonaro, mesmo sem ter nenhum dado para embasar seu discurso, disse que “90% desses meninos adotados [por casais homoafetivos] vão ser homossexuais e vão ser garotos de programa com toda certeza”. Tal premissa demonstra a homossexualidade como uma escolha, e não como parte da diversidade humana. Esse discurso carrega um tom preconceituoso, visto que a homossexualidade é colocada como algo negativo, problemático, além de ser associada à prostituição em seu sentido pejorativo. Reverberam-se os estereótipos comportamentais a partir da heteronormatividade, e tudo que a ela escapa tende a ser recriminado. Felicíssimo (2014) ressalta que a associação da homossexualidade à promiscuidade, à prostituição está bastante relacionada, principalmente, à população de travestis e transexuais. Vejamos:

(...) sobre travestis e transexuais, o que se observa é que essa identidade é frequentemente associada à prostituição e à promiscuidade, ou seja, encontra-se muito atrelada ao universo sexual apenas. Isso faz com que essas pessoas sejam fortemente marginalizadas e se tornem vítimas de formas mais hostis de violência. (FELICÍSSIMO, 2014, p. 41)

Em outro momento, entrevistado por Stephen Fry, para a exibição do documentário *Out There*, Bolsonaro afirmou que não existia homofobia no Brasil e que as mortes da população LGBTQIAP+ eram decorrentes do consumo de drogas, da prostituição e, até mesmo, do(a) parceiro(a) da vítima⁴⁸. Desse modo, há a reprodução de estereótipos aviltantes, que

⁴⁶ Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/117968>. Acesso em: 02 set. 2021.

⁴⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JZtaYvzzeTQ>. Acesso em: 02 set. 2021.

⁴⁸ O documentário buscava entrevistar os mais notórios homofóbicos do planeta. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/blog/pop/jair-bolsonaro-provoca-polemica-em-documentario-do-ator-stephen-fry-sobre-homofobia/>. Acesso em: 02 set. 2021.

circulam na sociedade acerca desse público, além da culpabilização da vítima, diminuindo-se, assim, a gravidade da LGBTfobia no país⁴⁹. Outra declaração polêmica de Jair Bolsonaro acerca da população LGBTQIAP+ foi feita em uma entrevista à revista *Playboy*, em 2011. Ao ser questionado se a Aids é uma consequência da homossexualidade, Bolsonaro afirmou: “O cara vem pedir dinheiro para mim para ajudar os aidéticos. A maioria é por compartilhamento de seringa ou homossexualismo. Não vou ajudar porra nenhuma! Vou ajudar o garoto que é decente”.

A associação da doença à população LGBTQIA+ demonstra o preconceito arraigado na sociedade, a partir de uma herança histórica da década de 1980, em que a população LGBTQIAP+ estava dentro do que a OMS chamava de “grupo de risco”, reforçando o preconceito contra essa parcela da população. Ademais, nota-se o uso do termo “homossexualismo” em detrimento de “homossexualidade”, o qual por ter o sufixo *-ismo*, como já mencionamos, denota uma condição patológica. Outro ponto relevante a ser observado é o uso de “porra nenhuma” que demonstra um “tom” mais grosseiro da parte do locutor, sem que haja o autocontrole que constitui o *ethos de sério*, o qual, para Charaudeau (2018a, p. 120), é de suma importância para o sucesso do discurso político.

No que tange à população indígena, como mostramos no Capítulo 1, Jair Bolsonaro é abertamente contrário aos direitos dos povos nativos. Além de ser, declaradamente, contrário à demarcação de terras, Bolsonaro produz, há pelo menos três décadas, comentários racistas e ofensivos direcionados a indígenas. Em 1998, ao abordar a questão da demarcação de terras, Bolsonaro elogiou a cavalaria americana por ter dizimado os indígenas: “Realmente, a cavalaria brasileira foi muito incompetente. Competente, sim, foi a cavalaria norte-americana, que dizimou seus índios no passado e, hoje em dia, não tem esse problema em seu país!”. E, em seu discurso publicado no *Diário Oficial da Câmara dos Deputados*, ele reiterou: “se bem que não prego que façam a mesma coisa com o índio brasileiro; recomendo apenas o que foi idealizado há alguns anos, que seja demarcar reservas indígenas em tamanho compatível com a população.”⁵⁰

Comentários preconceituosos relacionados à população negra também integram os discursos de Jair Bolsonaro. Em 2011, ao participar do quadro “Povo quer saber”, do extinto

⁴⁹ Cabe ressaltar que as mortes por LGBTfobia no Brasil são maiores do que as registradas nos países cuja homossexualidade ainda é considerada crime. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/2021/05/14/relatorio-observatorio-de-mortes-violentas-de-lgbti-no-brasil-2020/> Acesso em: 03 set. 2021

⁵⁰ Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD16ABR1998.pdf#page=33>. Acesso em: 03 set. 2021.

programa *CQC*, da Band, o então deputado federal (PP), ao ser questionado pela cantora Preta Gil sobre o que ele faria se um de seus filhos se apaixonasse por uma mulher negra, disse que não corria esse risco, pois seus filhos tinham sido muito bem educados⁵¹. O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro condenou Bolsonaro a pagar uma indenização de R\$150 mil ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDDD) por danos morais. Em 2017, em uma palestra no Clube Hebraica, no Rio de Janeiro, Bolsonaro também foi responsável por comentários preconceituosos contra a população negra: “Fui num quilombola em Eldorado Paulista. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Acho que nem para procriadores servem mais”.⁵²

No que tange aos imigrantes, o político também foi autor de comentários preconceituosos. Em 2015, em uma entrevista concedida ao *Jornal Opção*, de Goiás, ao ser questionado sobre a situação dos militares no Brasil, Bolsonaro acabou por denunciar sua opinião em relação aos refugiados que se deslocam para o Brasil. Vejamos:

Não sei qual é a adesão dos comandantes, mas, caso venham reduzir o efetivo [das Forças Armadas] é menos gente nas ruas para fazer frente aos **marginais** do MST, **dos haitianos, senegaleses, bolivianos e tudo que é escória do mundo que, agora, está chegando os sírios também. A escória do mundo** está chegando ao Brasil como se nós não tivéssemos problema demais para resolver⁵³ (grifos nossos)

De acordo com o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2001), a palavra “escória” pode significar “a parte mais desprezível” e “coisa ou indivíduo desprezível”. No discurso em questão, vemos que o termo, cuja carga semântica é extremamente depreciativa, é direcionado a migrantes de países considerados inferiores, o que retoma a “política de branqueamento” do final do século XIX, como mostramos no início deste capítulo.

Como se vê, Jair Bolsonaro foi uma figura com uma visibilidade midiática significativa não por seus feitos no que diz respeito a grandes projetos direcionados à melhoria social, mas sim por seus discursos preconceituosos. Desse modo, a imagem de um homem machista, homofóbico, racista, acompanhada de um “tom” agressivo e pouco condizente com

⁵¹ “Não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Eu não corro esse risco. Os meus filhos foram muito bem educados e não viveram em ambientes como lamentavelmente é o teu”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-diz-na-tv-que-seus-filhos-nao-correm-risco-de-namorar-negras-ou-virar-gays-porque-foram-muito-bem-educados-2804755>. Acesso em 03 set. 2021.

⁵² Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/bolsonaro-e-acusado-de-racismo-por-frase-em-palestra-na-hebraica/>. Acesso em: 03 set. 2021.

⁵³ Disponível em: <https://exame.com/brasil/bolsonaro-chama-refugiados-de-escoria-do-mundo/>. Acesso em 03 set. 2021.

uma figura política de respeito compõem o *ethos pré-discursivo* de Jair Bolsonaro, antes mesmo de suas postagens no Twitter.

3.4 Os *ethe* presentes nos *tweets* do deputado federal

A presente seção é dedicada à análise das publicações feitas por Jair Bolsonaro, em sua conta oficial do Twitter, enquanto ainda ocupava o cargo de deputado federal pelo PSC (Partido Social Cristão). Desse modo, a partir dos planos que integram a *Semântica Global* proposta por Maingueneau (2008b), buscaremos chegar ao *ethos* (ou *ethe*) do enunciador presente(s) em cinco *tweets* que selecionamos para o ano de 2017. É importante lembrar que, quando utilizamos designações como o deputado (o candidato, o presidente), (Jair) Bolsonaro etc., ao longo das análises, não estamos falando do “sujeito de carne e osso”, mas do enunciador inscrito no discurso.

3.4.1 *Tweet 1 – Imigração no Brasil*

O primeiro *tweet* a ser analisado (T1)⁵⁴ relaciona-se à imigração no Brasil e foi postado em 27 de abril de 2017. Vejamos:



“O Brasil atualmente comporta milhões de desempregados e vive uma crise profunda. Filas gigantescas em hospitais, educação de

⁵⁴ Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/857640618599776256>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

péssima qualidade e altos índices de violência. Se abriremos nossas fronteiras deliberadamente, estaremos agravando a situação rumo à desordem e miséria. O povo brasileiro precisa ser prioridade!”

Cabe, inicialmente, ressaltar o contexto maior no qual esse *tweet* (T1) se insere: neste mesmo mês (abril de 2017) foi aprovado, pelo plenário do Senado, o projeto que revogou o Estatuto do Estrangeiro e instaurou a nova Lei de Migração, posteriormente sancionada pelo então presidente da República Michel Temer.

A nova Lei de Migração 13.445/17 configurou-se como um avanço no que tange aos direitos humanos dos migrantes e refugiados. Isso porque a lei anterior, “Estatuto do Estrangeiro” (1980), elaborada na época da ditadura militar, tinha como base de fundação a antiga doutrina da segurança nacional e considerava o migrante, designado por “estrangeiro”, como uma ameaça à segurança do país. Assim, o primeiro avanço pôde ser observado na mudança da nomenclatura dada àqueles cujo país de origem é outro: “migrante” – considerando-o, desse modo, sujeito de direito e em igualdade com os brasileiros, conforme já dissemos no início deste capítulo.

Nesse contexto, T1 nos oferece “pistas” para a apreensão do *ethos* que emerge das falas do enunciador. Para tanto, recorreremos, primeiramente, aos *temas* enquanto uma das categorias propostas pela *Semântica Global* de Maingueneau (2008b), que, conforme vimos no referencial teórico/metodológico, pode ser entendido “como aquilo de que um discurso trata”. Em T1, temos a “imigração” como tema maior (tema imposto), que, por sua vez, traz outros temas (mais específicos) a ele relacionados, como “emprego”; “educação”; “violência”; “saúde” e “segurança”. Se o tema imposto é aquele que não pode faltar a um dado discurso para que ele seja bem aceito, não é difícil presumir que, no momento histórico descrito, falar de imigração seria algo a ser esperado nos discursos e debates públicos.

O tema “imigração”, em T1, é problematizado pelo enunciador. Nesse sentido, concordamos com Maingueneau (2008b, p. 82), quando ele diz que “o importante não é o tema, mas seu tratamento semântico”, visto que discursos opostos, como o(s) de esquerda vs. o(s) de direita, por exemplo, podem tratar do mesmo tema, mas de maneiras muito variadas. Assim, o valor semântico atribuído ao tema “imigração” pelo enunciador está voltado para algo negativo, visto que a crise econômica e social – já que os sistemas de educação e saúde estão sucateados, e há uma taxa alta de desemprego e criminalidade – instalada no Brasil pode ser agravada caso a nova Lei da Migração seja sancionada. O discurso constrói a figura do migrante como “ameaçadora” à ordem e ao avanço econômico e social da nação e do povo brasileiro. Essa tematização nos permite apreender um *ethos* nacionalista: “O povo brasileiro precisa ser a

prioridade” – e, portanto, paralelamente, preconceituoso (xenófobo) para com os migrantes, que, na ótica do então deputado, vão agravar “a situação rumo à desordem e miséria”.

A segunda categoria que se faz relevante para a análise de T1, portanto, é a *intertextualidade*. Como destaca Maingueneau (2008b, p.78), “todo campo discursivo define certa maneira de citar os discursos anteriores do mesmo campo e, ao lado dessas restrições, há o passado específico que cada discurso constrói para si, atribuindo certas filiações e recusando outras”. Embora Bolsonaro não faça referência explícita ao “Estatuto do Estrangeiro”, a partir do conhecimento que temos de que esse documento, criado no regime militar, configurava o migrante como uma ameaça à segurança nacional, é possível dizer que T1 acaba por retomar o já-dito – a antiga lei, os valores partilhados pela ditadura militar, além de reverberar o racismo presente na sociedade, já que grande parte do preconceito é direcionado a refugiados venezuelanos, haitianos e migrantes africanos. Do mesmo modo, vimos que a política anti-imigração faz parte do discurso político de (extrema)direita, mascarado, muitas vezes, pelo valor “pátria” – sendo o corpo social constituído pelos filhos da Nação, o diferente deve, pois, ser combatido, conforme nos lembra Charaudeau (2020). Se, de acordo com Mouffe (2015), o discurso populista de direita se baseia na política do “nós” vs. “eles”, não é difícil perceber que o enunciador busca construir a “imigração” a partir desse viés político, sendo o povo brasileiro “nós”, aquele que detém prioridade, enquanto os imigrantes seriam o “eles”, o inimigo, representando um mal para a nação. Tal discurso é baseado em falsas premissas e em um mecanismo de exclusão.

Chama a atenção a semelhança de T1 com discursos proferidos por outros enunciadores (também de extrema-direita), a exemplo das diversas polêmicas que envolvem o ex-presidente dos EUA Donald Trump e a família Le Pen, na França, acerca da (i)migração. Em 2005, em uma entrevista concedida ao jornal *Folha de S. Paulo*, o líder da extrema direita francesa à época, Jean-Marie Le Pen, disse o seguinte:

Não podemos afirmar que não há estrangeiros demais nem imigrantes demais em nosso país. Afinal, isso faz que o Estado não possa levar realmente em consideração as necessidades dos outros 55 milhões de franceses, que também têm o direito de viver em paz. **É crucial frisar que há 5 milhões de franceses não-imigrantes que têm péssimas condições de vida e são quase esquecidos pelos diferentes governos** (Le Pen, 2005⁵⁵, grifos nossos)

⁵⁵ Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1311200510.htm>>. Acesso em: 03 set. 2021.

Vemos que o discurso de Le Pen salienta que há uma parcela dos franceses que vive em péssimas condições e que os imigrantes são, em parte, culpados por esse mal social. A mesma interpretação pode ser feita no *tweet* de Jair Bolsonaro, o que demonstra que a enunciação é atravessada por outros discursos, por já ditos não apenas em outros momentos, mas também alhures: em outros países, em outras culturas.

O *vocabulário*, outra categoria de análise da *Semântica Global*, contribui para a construção de um posicionamento do/no discurso acerca do tema abordado, já que, como bem lembra Maingueneau (2008b), os vocábulos são selecionados de acordo com o seu valor semântico. Desse modo, T1 busca criar uma imagem de um país mergulhado em uma crise, por meio da utilização de expressões como “**milhões** de desempregados”; “crise **profunda**”; “filas **gigantescas** em hospitais”; “educação de **péssima qualidade**”, em que os índices de avaliação destacados potencializam o caráter negativo em que o país se encontra no momento da enunciação. Cria-se uma realidade de que o país não tem condições econômicas e sociais para promover o bem estar social dos brasileiros, e, desse modo, a vinda de outros povos agravaria a situação. Atrelada à categoria do vocabulário está o quarto plano da *Semântica Global*, a *déixis enunciativa espaciotemporal*, que, como propõe Maingueneau (2008b, p. 89), “é uma instância de enunciação que delimita a *cena* e a *cronologia* que o discurso constrói para autorizar sua própria enunciação” (grifos do original). A *déixis espaciotemporal* “aqui-agora”, marcada pelo advérbio “atualmente” cria esse simulacro de um país que, nas palavras do enunciador, “vive uma **crise profunda**”. O teor negativo do vocábulo **crise**, potencializado pelo índice de avaliação **profunda**, como vimos, vai legitimar a fala do enunciador no momento/contexto implicado.

Como nossa proposta, já anunciada no referencial teórico/metodológico, é trabalhar também com a categoria de pessoa, de modo a propor uma *déixis enunciativa espacio-temporal-pessoal*, observamos a presença do “nós”, marcado por “**se abriremos nossas fronteiras**”, que traz a ideia de que “estamos todos no mesmo barco”, já que os problemas atuais e futuros atingem todos os brasileiros: *eu* + *vocês* (leitores) + *eles* (demais brasileiros). Outra expressão que chama a atenção é “rumo à **desordem e miséria**” que traz o (i)migrante como uma ameaça ao povo brasileiro, já que o uso dos lexemas “desordem” e “miséria” seriam a consequência negativa de “abrirmos nossas fronteiras”.

Caminhamos, pois, para a última categoria da *Semântica Global*, que se mostra relevante para nossa análise: o *modo de enunciação*. Todo discurso, mesmo quando escrito, tem uma maneira específica de dizer, que remete a uma maneira de ser, envolvendo um “caráter” e uma “corporalidade”. Vemos, pois, em T1, alguns *ethe* que podem ser atribuídos ao enunciador

Bolsonaro: um *ethos* nacionalista, como já observamos, cuja preocupação se dá, em primeiro plano, com a nação e o povo brasileiro; um *ethos* populista, visto que, conforme destaca Charaudeau, o populismo, enquanto uma estratégia política, visa à denúncia de um mal social (“crise profunda”/“imigrantes”) que, muitas vezes, toma proporções catastróficas (“rumo à desordem e miséria”), de modo que o povo se sinta vítima desse mal e veja o enunciador como um possível salvador da pátria. Ao mesmo tempo, como também já apontamos, o discurso acaba por denunciar um *ethos* xenófobo, já que o enunciador busca criar a imagem do “(i)migrante” enquanto aquele que ameaça o bem-estar social, baseando-se, sobretudo, na construção de um futuro catastrófico, fomentado pela nova Lei da Migração.

Em resumo, a nova lei da migração, por si só, não coloca em risco a segurança nacional, já que as fronteiras do país permanecem sob o controle da Polícia Federal. O reconhecimento humanitário dos povos migrantes vai ao encontro da mais recente Constituição Federal (1988) e representa um avanço na legislação brasileira. Como esclarece Guerra:

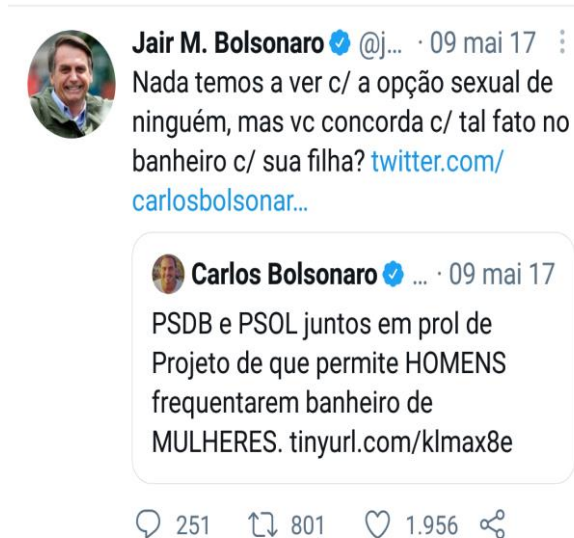
A nova lei passou a ser alvo de elogios e também de ataques por parte de vários segmentos da sociedade brasileira. Apesar de toda carga de “paixão” existente para aqueles que defendem e para os que atacam a nova lei, o fato é que a matéria corresponde a um grande avanço neste campo. Em verdade, o que ela pretende é dar concretude ao texto constitucional brasileiro, in casu o artigo 5, que consagra o princípio da igualdade entre os brasileiros e os não brasileiros, pugnando de maneira clara o combate à discriminação, à xenofobia e outras práticas que sejam consideradas atentatórias aos direitos humanos. (GUERRA, 2017, p. 1726-1727)

Desse modo, negar os direitos intrínsecos a todo ser humano acaba por denunciar o preconceito que muitos trazem arraigados em si.

3.4.2 *Tweet 2 – Homens no banheiro feminino*

O segundo *tweet* referente ao ano de 2017 (T2) foi publicado a partir de um *retweet* do vereador do Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro, à época pelo PSC (Partido Social Cristão), acerca de um projeto de lei proposto na Câmara Municipal do Rio de Janeiro⁵⁶. Ressaltamos que nos limitaremos à análise mais aprofundada da postagem de Jair Bolsonaro; contudo, a título de contextualização maior do que o *tweet* fala, achamos pertinente apresentar também a postagem de Carlos Bolsonaro vereador pelo PSC.

⁵⁶ Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/861959606901383170>>. Acesso em: 20 mar. 2021.



Como vimos no referencial teórico/metodológico, para Santaella e Lemos (2010, p. 107) o *retweet*, o qual “significa que o *tweet* é proveniente de outro usuário”, é uma ferramenta comumente utilizada na rede social Twitter e permite que as informações da postagem original sejam mantidas, além da possibilidade de que publicações feitas em outras redes sociais possam também ser veiculadas em outras plataformas, o que contribui para a propagação da informação. Outro recurso presente no Twitter é a possibilidade de ampliar o conteúdo das postagens, já que se permite a escrita de textos com apenas 280 caracteres, por meio de *links* que dão acesso a imagens, notícias, textos etc. Desse modo, ao clicar no *tweet*, é disponibilizado um *link* que redireciona a mensagem para uma postagem feita na rede social Facebook, a qual dá acesso a outras informações acerca do projeto de lei em questão. De autoria do vereador, pelo Rio de Janeiro, David Miranda (PSOL), o PL nº 8/2017, que acabou sendo arquivado, dispunha sobre o direito à utilização dos sanitários públicos de acordo com a identidade de gênero do indivíduo, com a seguinte justificativa:

O presente Projeto de Lei tem o intuito de assegurar a travestis, mulheres transexuais e homens trans o direito de usar o banheiro do gênero com o qual se identifica e seu fenótipo apresenta. Constitui uma afronta à dignidade humana impor a uma pessoa de fenótipo feminino o uso de um banheiro público masculino, ou a uma pessoa de fenótipo masculino usar o banheiro feminino. Não somente se expõe o indivíduo a uma situação vexatória, como o expõe a variadas formas de violências, prejudiciais à sua saúde física e integridade psicológica.⁵⁷

⁵⁷Disponível em:

<<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/249cb321f17965260325775900523a42/b25e3b3fda46b6ed832580c200512ae5?OpenDocument>>. Acesso em: 18 set. 2021.

Desse modo, buscava-se uma garantia legal para que a população trans e travesti não fosse exposta a constrangimentos em virtude de sua aparência física. Contudo, a publicação do filho de Jair Bolsonaro induz a uma interpretação equivocada acerca do referido Projeto de Lei, uma vez que o apresenta como a tentativa de liberar o acesso a banheiros públicos com base no binarismo masculino/feminino, que tem como balizador a genitália.

Compreendendo melhor o contexto maior no qual T2 se insere, passaremos à sua análise, que também será feita a partir das categorias propostas pela *Semântica Global*. Desse modo, assim como na análise anterior, começaremos pelo plano dos *temas*. O tema maior (imposto pelo contexto da época): “uso do banheiro público por ‘homens’”, acaba por trazer outros temas (mais específicos) como “orientação sexual”, “segurança das mulheres e crianças”. O tema maior se esteia em uma base patriarcal bastante acentuada que, atrelada a uma base judaico-cristã, traça padrões que balizam a identidade de gênero nos genitais e na reprodução, criando, desse modo, um entrelaçamento entre sexo biológico e sexualidade. Assim sendo, reverbera-se o senso comum de que “identidade sexual” e “identidade de gênero” são equivalentes, quando, na verdade, a primeira está relacionada à atração sexual por pessoas de sexo diferente ou do mesmo sexo, enquanto a segunda diz respeito ao gênero com o qual uma pessoa se identifica.

Passando à categoria do *vocabulário*, vemos que T2 se inicia com uma tentativa de produzir um *ethos* que respeita a diversidade de gêneros existentes na sociedade, uma vez que o enunciador, ao dizer “nada temos a ver c/ a opção sexual de ninguém”, busca mostrar que a orientação sexual e a identidade de gênero cabem ao indivíduo. Entretanto, o conectivo “mas” (de oposição), utilizado para introduzir a interlocução com o enunciatário (“mas vc concorda c/ tal fato no banheiro c/ sua filha?”) e problematizar o uso de banheiros públicos de acordo com a identidade de gênero do indivíduo, acaba por denunciar um *ethos* contrário à livre identificação de gênero.

Outro ponto interessante se dá pelo uso da expressão “opção sexual”, que é colocada de maneira equivocada. O correto, conforme já dissemos, seria “orientação sexual”, visto que ninguém “opta” ou “escolhe” a heterossexualidade, a homossexualidade, a assexualidade etc. Além disso, pelo fato de a lei tratar de “identidade de gênero” e não de “orientação sexual”, a expressão também estaria equivocada: como também já dissemos, a identidade de gênero nada tem a ver com sexualidade do indivíduo. Um homem ou uma mulher trans pode sentir atração por pessoas do mesmo sexo biológico ou do sexo contrário, ou seja, um homem trans pode sentir atração por uma mulher (trans ou cis gênero), o que o torna heterossexual; do mesmo

modo, uma mulher trans pode sentir atração por uma mulher (trans ou cis gênero), o que a torna homossexual. O sexo biológico nada tem a ver com a “orientação sexual” do indivíduo.

É possível perceber ainda que T2, tal como foi construído, leva a entender que o Projeto de Lei permite que homens frequentem o banheiro de mulheres, com base no binarismo masculino/feminino, ou seja, na definição de gênero a partir da genitália. Consciente ou não, tal estratégia discursiva pode criar no imaginário social uma ameaça à população feminina, principalmente de crianças, visto que dizer “mas vc concorda c/ tal fato **no banheiro c/ sua filha?**” pode ativar imagem de meninas expostas à pedofilia praticada por “homens”.

Já *o modo de enunciação* acaba por revelar alguns *ethe* presentes em T2. Como vimos, há uma tentativa de construir um *ethos* que respeita a diversidade sexual, além de um *ethos* de preocupação com a segurança de crianças e mulheres. Entretanto, como observamos na análise, as marcas no texto acabam por denunciar um *ethos* preconceituoso em relação à população LGBTQIAP+.

3.4.3 Tweet 3 – *Somos todos iguais*

O terceiro *tweet* de 2017 (T3)⁵⁸ não está inserido em um acontecimento específico: trata-se do tema maior “igualdade”, marcado no título da imagem/texto: “SOMOS TODOS IGUAIS”.



⁵⁸ Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/866841057836883968?lang=pt>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

A igualdade é um princípio fundamental em qualquer sociedade democrática, visto que, partindo da forma mais literal do termo, ela visa à isonomia, ou, pelo menos, a diminuição das desigualdades existentes em uma nação. Posto isso, em um discurso político que visa à adesão do eleitorado, é fundamental abordar questões relacionadas à igualdade. Temos, então, a “igualdade” como tema imposto em T3.

Outros temas mais específicos, como “privilégio”, “minorias, como gays, índios e negros” e “direitos universais” também aparecem em T3. Apesar de não ter oficializado sua candidatura à Presidência da República em 2017, Jair Bolsonaro, nesse ano, já fazia campanha eleitoral, principalmente nas redes sociais. Ao que parece, esses temas foram mobilizados com o objetivo de desconstruir o *ethos pré-discursivo* (MAINGUENEAU, 2019) de Jair Bolsonaro e, assim, (re)construir uma imagem política mais positiva. Como vimos, o então deputado federal pelo PSC deixa entrever, por meio de outras falas e de outras situações (como T1 e T2 já analisados) um *ethos* preconceituoso, ao qual ele tenta contrapor um *ethos* de humanidade, de respeito ao outro. Para Charaudeau (2018a), o *ethos de humanidade*, o qual compõe os *ethes de identificação*, é um dos mais importantes no domínio político, o que nos leva a inferir que T3 se dá como uma estratégia de reconstruir a imagem de um homem capaz de representar a nação.

Atrrelado ao tema, a categoria do *vocabulário* nos ajuda a apreender os *ethes* presentes em T3. Assim, a segunda estratégia a ser apontada diz respeito a um jogo entre concepções universalistas, isto é, de cunho igualitário ou equalizador, mas que parecem reproduzir ideias particularistas, ou seja, centradas na desigualdade, polarização ou hierarquização. O caráter formalmente universalista do discurso do enunciador pode ser identificado nas expressões “não temos que ter privilégio no Brasil”, “somos todos brasileiros”. Aqui, ele se esforça por transmitir a imagem de um *ethos* universalista amparado na ideia de que todos são iguais perante a lei. Ocorre que, numa sociedade de caráter hierarquizado, especialmente onde homossexuais, transgêneros, nordestinos, índios, negros, mulheres e pobres não desfrutam das mesmas condições e oportunidades que héteros, cisgêneros, sulistas, brancos e ricos, a defesa formal do universalismo acaba simplesmente por ignorar a situação de subjugação dos grupos socialmente vulneráveis. Daí que a incorporação de um *ethos* formalmente universalista não seja incompatível com a adoção implícita de um *ethos* particularista, já que em sociedades desiguais, o discurso universalista puro e simples esvazia as lutas das classes minoritárias e contribui, na prática, para a perpetuação do *status quo*. Como lembra Maingueneau (2018a) o *ethos* visado não é necessariamente o *ethos* produzido.

O *modo de enunciação* parece apontar para um “tom” mais comedido – mas nem por isso menos determinado – evidenciado na expressão “não temos que ter privilégio no Brasil”, que leva à imagem de um político de pulso firme e que, atrelada ao “fecho”: “somos todos brasileiros”, passa a ideia de um chefe de estado preocupado com todos os indivíduos da nação. Entretanto, como vimos ao longo da análise, o *ethos* produzido acaba por denunciar um preconceito contra as populações minoritárias.

3.4.4 Tweet 4 – O legado de Paulo Freire

A quarta postagem de Jair Bolsonaro (T4)⁵⁹ em sua conta oficial do Twitter se refere ao “XIV Seminário LGBT do Congresso Nacional Transição Cidadã: nossas vidas importam”. O Seminário foi realizado pela Câmara dos Deputados, em Brasília, e tinha como objetivo “debater a importância de cada vida humana, mas especialmente daquelas sobre as quais pesam o preconceito, a violência, a negação da sociedade em quase todos os campos, incluindo o mercado de trabalho e o acesso à educação”.

⁵⁹ Disponível em: <<http://www.pdnacamara.com.br/xiv-seminario-lgbt-do-congresso-nacional-transicao-cidada-nossas-vidas-importam/>>. Acesso em: 26 set. 2021.



Jair M. Bolsonaro @j... · 30 mai 17

O socioconstrutivismo e o legado de Paulo Freire na educação brasileira! Formam-se cidadãos preparados ou militantes políticos de esquerda?



125 292 835

60

Venha para o **XIV Seminário LGBT do Congresso Nacional**, com o tema **Transição Cidadã: Nossas Vidas Importam**, e faça a sua parte na construção de uma sociedade mais justa, plural e igualitária para todos. Afinal, um diálogo só existe quando todos têm direito à fala e à escuta. Comissão de **Cultura**. Comissões de **Direitos Humanos e Minorias**. Comissão de **Educação**. Comissão de **Legislação Participativa**. Comissão de **Seguridade Social e Família**. Comissão de **Trabalho, de Administração e Serviço Público**. (grifos do original)

Diferentemente do conteúdo do folheto, o *tweet* de Jair Bolsonaro tem “a educação” como tema maior, um tema imposto sempre presente no contexto político. Outras temáticas mais específicas, como “as teorias de Paulo Freire”, “formação cidadã” e “militância política de esquerda” são trazidas em T4. O folheto, porém, traz como tema principal a “Transição Cidadã: nossas vidas importam”, além de outros temas como “lgbtfobia”, “sociedade justa, plural e igualitária”, “direitos da população LBGT”, “cidadania”, “direitos humanos” etc., pouco tendo a ver com o tema “educação”, tal como foi evocado por Jair Bolsonaro. Daí, temos o primeiro plano: os *temas*, como uma estratégia para imprimir certas impressões sobre um determinado acontecimento: o Seminário organizado pela Câmara dos Deputados. Ao fazer

⁶⁰ Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/869577308545445888/photo/1>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

isso, o enunciador em questão não só instaura uma realidade, bem como interfere no modo como essa realidade deve ser compreendida por aqueles que venham a ler e compartilhar sua postagem. Como vimos no referencial teórico/metodológico, a arquitetura da rede social Twitter é marcada pela rápida propagação dos conteúdos e dos debates em tempo real, o que contribui para que muitos usuários se limitem ao conteúdo exclusivo da postagem e da conta à qual pertence o *tweet*, deixando de buscar um aprofundamento, por exemplo, acerca do conteúdo, do local e da entidade organizadora do evento. Dito isso, percebemos que o tema trazido em T4 não apenas “(re)constrói” uma dada realidade, mas também instaura sobre ela uma interpretação.

Outro elemento da *Semântica Global* que contribui para a construção de sentido dos temas é a *intertextualidade*. Já no início de T4, o enunciador traz o termo “socioconstrutivismo” de modo a instaurar o tema da educação. A teoria pedagógica do “socioconstrutivismo” foi desenvolvida por Lev Vygostky e parte do princípio de que o aprendizado, a formação do indivíduo se dá a partir de uma relação dialética entre o sujeito e a sociedade ao seu redor. Como explicam Fonseca *et al.*, citando Vygotski:

A teoria socioconstrutivista se baseia na ideia de que a aprendizagem e o desenvolvimento ocorrem em um contexto social. Para Vygotski (1991) “a aprendizagem da criança começa muito antes da aprendizagem escolar”. Desse modo, para o autor, a criança entra em uma escola e seu desenvolvimento ocorre (ou não) a partir do conhecimento adquirido em casa, na família, em seu bairro, etc. Assim, aprendizagem e desenvolvimento se relacionam desde o nascimento de uma criança e não somente quando ela adentra em uma instituição formal de ensino. Logo, a criança não é um quadro em branco quando chega à escola, como o behaviorismo assumia. (FONSECA *et al.*, 2021, p. 4)

Em seguida, o enunciador apresenta Paulo Freire de modo a articular suas teorias da educação ao Seminário LGBT promovido pela Câmara dos Deputados. É importante destacar que, aqui, há o uso estratégico da memória discursiva acerca da figura do educador e filósofo brasileiro, tido, principalmente pela ala da direita política, como um perigoso subversivo cuja teoria tem por objetivo doutrinar as crianças e os adolescentes no ambiente escolar e, portanto, deve ser expurgada do sistema educacional. As críticas voltadas para o Patrono da Educação brasileira existem antes mesmo da chegada de Bolsonaro à presidência, uma vez que o regime militar já via Paulo Freire como subversivo, traidor de Cristo e do povo brasileiro, o que culminou com sua prisão e, posteriormente, com seu exílio durante os anos de chumbo.

Pode-se dizer que a inserção de conceitos da pedagogia e da figura de Paulo Freire para apresentar, em T4, o Seminário LGBT, promovido pela Câmara dos Deputados, contribui para direcionar a interpretação dos usuários do Twitter. Desse modo, é possível fazer a associação de que o seminário que aborda questões de grupos LGBT tenha sido produzido pelo e no ambiente escolar, respaldado por uma herança ideológica, no sentido pejorativo, do educador e filósofo em questão.

Ao retomar conceitos e teóricos da pedagogia dita de esquerda, cuja imagem é, via de regra, construída de modo depreciativo, para inserir o Seminário LGBT, T4 permite inferir uma tentativa de acionar uma memória discursiva correntemente empregada pela direita brasileira e propagada por meio de *fake news*: a “ideologia de gênero”. De acordo com Junqueira (2018), o termo tem sido comumente utilizado para denominar qualquer iniciativa, no âmbito educacional, que busque debater questões de gênero, educação sexual e o respeito à diversidade sexual e de gênero. Entretanto, o *slogan* tem sido mobilizado por grupos conservadores tanto no âmbito religioso quanto no âmbito político, para construir uma falsa ideia de que grupos tidos como feministas “radicais”, de esquerda e a população LGBTQIAP+ buscam impor, principalmente por meio da educação, uma cultura homoafetiva, de modo a causar pânico no meio social. Todavia, conforme expusemos no início deste capítulo, o que se chama de “ideologia de gênero” é, na verdade, “estudos de gênero”, que visam combater as discriminações contra mulheres e contra a população LGBTQIAP+ de modo geral.

Assim como os *temas* e a *intertextualidade*, a categoria do *vocabulário* também contribui para a construção de sentido de T4. Como destaca Maingueneau (2008b), o que importa não é a palavra em si, mas o papel semântico que ela desempenha em um enunciado específico. Nessa perspectiva, o termo “socioconstrutivismo” é apresentado como algo negativo, não embasado em uma crítica teórica, mas sim em um ponto de vista que se apresenta sem a clareza maior da teoria, reproduzindo o senso comum que transita no universo semântico da ala mais conservadora da sociedade. Ademais, o vocábulo “legado”, que antecede o nome de Paulo Freire, contribui para a construção negativa do conceito proposto por Vygotsky.

O verbo “formar” também é mobilizado para construir a ideia de que o Seminário LGBT tem relações diretas com o universo escolar, e visa, sobretudo, à formação de “militantes de esquerda”. Esse verbo é mobilizado tanto para criar um imaginário de doutrinação de esquerda no ensino básico quanto de uma doutrinação LGBT nesse ambiente.

A *dêixis enunciativa* espacio-temporal-pessoal também é pertinente para a apreensão do *ethos* do enunciador. O termo “legado” constrói uma espécie de contínuo nas ações, de modo que a memória discursiva da pedagogia de Paulo Freire seja ativada e

permaneça no atual cenário do ensino brasileiro. Atrelado a isso, o verbo “formam-se” constrói a ideia de um ensino cuja herança negativa se mantém.

Chegamos ao *modo de enunciação* que nos revela, a partir dos demais planos da Semântica Global já examinados, alguns *ethes* presentes no discurso do enunciador, como o *ethos* de uma pessoa preocupada com a educação do país (mas em uma visão bem particular do que seja educação) e, como vimos, um *ethos* conservador. Contudo, se o silêncio também significa, podemos recuperar, nos não ditos, um *ethos* homofóbico. O uso da exclamação (sugerindo espanto) e da pergunta retórica, cuja “escolha” de resposta já está previamente “desenhada”, permitem apreender um tom crítico e mesmo, diríamos, agressivo em T4.

3.4.5 Tweet 5 – Comportamentos estimulados na escola

O quinto *tweet* de 2017 (T5)⁶¹, extraído da conta oficial do Twitter de Jair Bolsonaro, também está inserido em um contexto contraditório acerca da população LGBTQIAP+. Trata-se de um *retweet* de uma conta do Twitter, @faxinanopoder_, cujo conteúdo é constituído por uma crítica a um vídeo de uma festa de aniversário de uma criança.



⁶¹ Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/933417959485329408>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

Apenas a título de contextualização, faremos uma rápida narrativa da filmagem da qual T5 trata. O vídeo ⁶²tem como cenário a festa de aniversário de uma criança, com o tema da cantora brasileira e drag queen Pabllo Vitar. É possível ver algumas fotos da cantora na parede de fundo que compõe a decoração e também no bolo de aniversário. Além disso, o vídeo mostra o aniversariante e, ao que tudo indica, o seu namorado se beijando, ou seja, retrata um “casal” homoafetivo. Em resumo, trata-se de uma filmagem de uma festa de aniversário infantil feita em um ambiente doméstico.

Percorrendo o mesmo caminho da análise dos *tweets* anteriores, começaremos pelos *temas*. O tema maior (imposto, de certa forma, pela postagem anterior) é a “família”. Outros temas (mais específicos) como “educação”, “educação infantil”, “preservação da inocência das crianças” também são mobilizados no discurso, já que este assume um claro viés de oposição ao que Bolsonaro considera “estímulos a comportamentos homossexuais”. Nesse contexto, as escolhas lexicais contribuem para o direcionamento dos temas ao universo escolar. A expressão “tipo de comportamento” para se referir à temática e aos acontecimentos do aniversário é usada de modo negativo. Ademais, busca-se atrelar a população LGBTQIAP+ à educação infantil, de modo a criar um cenário educacional condizente com notícias falsas que circulam na internet de que há uma espécie de doutrinação LGBT por parte dos professores, respaldada pelos governos apontados como de esquerda. Isso fica mais evidente no uso dos termos “filhos”; “estimulados”; “desenvolver” e “escola”. A partir dos termos selecionados, de maneira consciente ou não, T5 busca distorcer o acontecimento do vídeo, passando de uma festa feita em um ambiente doméstico para o ambiente escolar, de modo a desqualificar a educação brasileira e causar pânico na sociedade.

A *intertextualidade* também participa no processo de construção de uma realidade paralela e nos ajuda a apreender o *ethos* do enunciador. Como vimos no *tweet* anterior que tratava sobre questões ligadas ao equivocado *slogan* “ideologia de gênero”, é possível perceber que o enunciador busca retomar a memória discursiva da existência de um “kit gay” no ambiente escolar. Isso pode ser visto como uma estratégia para intensificar os receios da população que, amparada pelo discurso judaico-cristão, acredita que há uma conspiração da esquerda, juntamente com movimentos LGBTQIAP+, de sexualizar o público infantil e estabelecer a homoafetividade como regra.

Há, portanto, a presença de discursos de vertentes mais conservadoras, seja no domínio religioso (Cristianismo), como a Igreja Católica e as Igrejas evangélicas

⁶² Disponível em: <<https://twitter.com/EmersonGuaita/status/933393560170352649>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

neopentecostais, seja no domínio político, pelo viés da extrema direita. Isso nos leva a visualizar um *ethos* fundamentalista de base cristã.

A *dêixis enunciativa* espaço-temporal-pessoal também contribui para a análise de T5. O emprego de “você” busca estabelecer uma interlocução com a população. Na verdade, há uma interlocução mais íntima, como se o alerta fosse direcionado ao sujeito individual, ao pai ou à mãe cujos filhos frequentam o ambiente escolar. Desse modo, há um apelo para as emoções de quem lê o *tweet*, ativando, assim, o *pathos* do enunciatário. Outra questão importante é o “lá” em que o acontecimento se dá, “na escola”, como frisa T5. Constrói-se, assim, o ambiente escolar como aquele cujo objetivo primordial não é o ensino, mas a tentativa de “transformar” as crianças em gays, lésbicas, transexuais, travestis etc.

Por último, o *modo de enunciação* nos revela um discurso mais apelativo e alarmista em relação a uma possível “doutrinação LGBT” (para ativar a memória discursiva). Em síntese, percebemos que o discurso acaba por revelar alguns *ethe*, como o *ethos* de indignação com a atual educação brasileira, um *ethos* de preocupação com o ensino e preservação da inocência das crianças e um *ethos* fundamentalista cristão, como apontamos na intertextualidade. Por outro lado, T5 também (re)produz, por tabela, um *ethos* homofóbico, que resulta de uma leitura distorcida do evento em questão.

3.4.6 *Ethe predominantes do deputado federal*

Nesta subseção, vamos apresentar uma breve reflexão acerca dos dados obtidos com a análise dos *tweets* publicados por Jair Bolsonaro enquanto deputado federal, a partir da *Semântica Global* de Maingueneau (2008b).

Os temas com maior recorrência no ano de 2017 estão relacionados à população LGBTQIAP+ e revelam um *ethos* homofóbico de Jair Bolsonaro. As escolhas lexicais para se referir a essa parcela da população apontam para o reforço de estereótipos pejorativos que circulam na sociedade e que oprimem e excluem gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e transgênero. A temática maior se entrelaça, muitas vezes, ao universo escolar, de modo a instaurar uma realidade condizente com notícias falsas, disseminadas, em grande parte, por grupos de extrema direita, de que a educação brasileira é pautada na “ideologia de gênero”. Destacamos, aqui, uma estratégia político-discursiva recorrente nos textos analisados, principalmente os que fazem referência a gays, lésbicas, transexuais, transgêneros etc. – o uso constante de informações falsas. Tal estratégia, conforme vimos no capítulo 1, de acordo com Empoli (2020), foi/é recorrente nos discursos de políticos de extrema direita (como candidatos a deputado, a presidente etc.) para uma bem sucedida campanha eleitoral, o que justifica o fato de Bolsonaro recorrer a inverdades para produzir seus discursos, já que, como dissemos, apesar de não ter oficializado sua candidatura, o deputado federal já fazia campanha neste ano, principalmente no Twitter. O uso de *fake news* como estratégia político-discursiva fica

mais evidente em T4 e T5, visto que, por meio da *intertextualidade*, Bolsonaro utiliza o “XIV Seminário LGBT”, promovido na e pela Câmara dos Deputados, e o *retweet* de um vídeo de uma festa de aniversário infantil, de modo a criar um simulacro de que ambos os acontecimentos ocorrem no ambiente escolar, ativando a memória discursiva de “ideologia de gênero” e do “kit gay”.

Outra temática que deve ser ressaltada no ano de 2017 é a questão da (i)migração, que evidencia o *ethos* xenófobo do enunciador. Por meio da *intertextualidade*, a exemplo do Estatuto do Estrangeiro, e do *vocabulário* empregados no discurso, Bolsonaro atribui um valor semântico negativo a (i)migrantes/refugiados. Os dois últimos planos são articulados à *dêixis enunciativa* de modo a construir um aqui/agora de um Brasil mergulhado em uma crise econômica e social, cujos direitos constitucionais básicos não são garantidos aos brasileiros. O lá/então é mobilizado para arquitetar um futuro catastrófico, de modo a apontar os não nativos como um risco iminente para a nação. Conforme mostramos no capítulo 2, destinado a expor o referencial teórico, uma característica comum aos discursos populistas de direita é a denúncia de um mal social – que toma ares catastróficos – de que o povo é vítima, contribuindo para a estigmatização dos responsáveis (CHARAUDEAU, 2020, p.107). A estratégia empregada por Bolsonaro também pode ser caracterizada, conforme já dissemos na análise de T1, como a política do “*nós*” vs. “*eles*”, cujo princípio se dá pela exclusão. O (i)migrante/refugiado (“*eles*”) visto como uma ameaça ao povo brasileiro (“*nós*”) deve ser combatido.

Articulando-se aos demais planos, o *modo de enunciação* contribui, de forma mais direta, para a apreensão dos *ethe* predominantes no ano de 2017. O “tom” firme e, não raro, agressivo do enunciador ao abordar as temáticas mencionadas, pode ser visto em todos os 5 *tweets* analisados, revelando, no geral, um *ethos preconceituoso* do então deputado federal. Desse modo, a análise de modo geral nos leva a concluir que a imagem discursiva de Jair Bolsonaro enquanto deputado federal assevera o *ethos prévio* de preconceituoso, xenófobo e, principalmente, de homofóbico, atrelado a um “tom” que ataca as populações minoritárias e que demonstra uma falta de autocontrole por parte do deputado.

O quadro a seguir sintetiza os *ethe* predominantes nas postagens de 2017:

TABELA 2 – *Ethe* de 2017

<i>Tweet</i>	<i>Ethos</i> predominante	“Tom” do discurso	Outros <i>ethe</i> visados e/ou produzidos
T1	Xenófobo	Agressivo	Nacionalista Populista Conservador

T2	Homofóbico	Agressivo	De respeito à diversidade de gênero De preocupação com a segurança de crianças e mulheres
T3	Preconceituoso	Determinado/agressivo	De humanidade De respeito ao outro Universalista Particularista Racista Homofóbico
T4	Homofóbico	Agressivo	De preocupação com a educação do país Conservador
T5	Homofóbico	Agressivo	De indignação com a atual educação brasileira De preocupação com a preservação da inocência das crianças Fundamentalista judaico-cristão.

Fonte: Elaboração própria.

3.5 Os *ethe* nos *tweets* do candidato à Presidência da República

No ano de 2018, Jair Bolsonaro oficializou sua candidatura à Presidência da República. Desse modo, os *tweets* relacionados ao ano eleitoral pertencem a um candidato à presidência e não somente a um deputado federal, como aqueles do grupo anterior.

3.5.1 *Tweet 6 – Bolsonaro em Roraima*

O primeiro *tweet* que integra o ano de 2018 (T6), é composto por um vídeo de campanha eleitoral de Jair Bolsonaro em Roraima. Trata-se de um compilado de temas como a situação da Venezuela, Sérgio Moro, militares nos ministérios, fakenews, misoginia etc. Destacamos, todavia, que nos limitaremos ao tema específico da crise migratória dos venezuelanos, o qual aparece entre 09 segundos e 1 minuto e 32 segundos do vídeo (que tem, ao todo, 11 minutos e 23 segundos)⁶³.

⁶³ “Temos um problema no país vizinho, Venezuela. São nossos irmãos que estão fugindo da fome e da ditadura defendida pelo PT, esses canalhas que sempre falaram que defenderam a democracia. Mentirosos e canalhas. Nós não queremos passar o que nossos irmãos venezuelanos estão passando. Tem tido pra nós sim, mas parte do Governo Federal, a busca da solução dessa fuga dos nossos irmãos venezuelanos. Temos que ter campo de refugiados, que é uma coisa normal e legal que em qualquer país do mundo que, porventura, sofra uma fuga de vizinhos que fogem de uma ditadura, de uma fome ou seja lá o que for que não os agrada. Nós temos que ter um presidente que pense neste momento. Que não venha aqui ficar como se estivesse de férias, fala um montão de abobrinhas e vai embora; e larga nas mãos dos nossos irmãos do exército a solução. Mas não dá os meios para bem cumprir a missão, como não estão dando para cumprir a missão na questão do combate à violência no Rio de



Antes de partirmos para a análise, achamos pertinente lembrar que o estado de Roraima, segundo dados da ACNUR, é responsável por abrigar a maior parte de refugiados venezuelanos no Brasil. É lá que ocorre o comício de Jair Bolsonaro.

A temática maior da qual a situação destacada trata é a crise migratória de venezuelanos no Brasil, tema que vem sendo “imposto”, nos debates públicos atuais, pelo aumento expressivo dos fluxos migratórios de venezuelanos, que fogem do regime de Nicolás Maduro, para o Brasil. Outros temas (mais específicos) também se articulam à temática maior, como “a ditadura do governo venezuelano (com apoio do PT)”, “a incompetência/negligência do governo Federal”, “dificuldades encontradas pelo Exército brasileiro”, “violência no Rio de Janeiro” etc. Os temas são mobilizados de modo a construir não só um cenário catastrófico em Roraima, mas, sobretudo, a denunciar a inoperância do poder público no que diz respeito ao combate à crise migratória, bem como as consequências que ela traz para o povo brasileiro, como o aumento da violência.

Vemos que a *intertextualidade* (tomada aqui de forma mais ampla) é instaurada de modo a amparar os temas de que trata o discurso. Para falar da crise migratória de venezuelanos, o enunciador retoma a crise política, econômica e humanitária presente na Venezuela, desde o governo de Hugo Chávez, como comentamos no início deste capítulo. Bolsonaro caracteriza as medidas governamentais de Nicolás Maduro, presidente da Venezuela desde 2012, como uma ditadura. Vê-se, aqui, não apenas a crítica à realidade venezuelana, mas, principalmente, a articulação da imagem negativa em torno do ex-presidente Hugo Chávez e, do atual, Nicolás

Janeiro”. Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/984579320520822785>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

Maduro com os governos do Partido dos Trabalhadores. O enunciador ativa a memória discursiva de que, por meio do BNDES, os governos de Lula e Dilma financiaram a “ditadura venezuelana”. É importante comentar aqui a notícia, que circulou em sites jornalísticos e em perfis, nas redes sociais, de grupos da extrema direita, de que, durante os governos do PT, houve um investimento em projetos antidemocráticos da Venezuela. Cabe ressaltar, entretanto, que a notícia se enquadra no âmbito das *fake news*, haja vista que o próprio BNDES explicou que não financia projetos de outros países, mas sim a exportação de bens e serviços produzidos no Brasil, conforme foi elucidado pelo Banco em uma reportagem publicada no *Estadão*:

Os desembolsos de recursos são efetuados em reais, no Brasil, diretamente ao exportador brasileiro, com base nas exportações efetivamente realizadas e comprovadas. O importador, ao receber os bens e serviços exportados pela empresa brasileira, em vez de efetuar o pagamento à vista, direto ao exportador, reconhece a dívida correspondente aos bens e serviços exportados e autoriza o BNDES a desembolsar os recursos para o exportador, em seu nome, em reais e no Brasil. Ao desembolsar os recursos ao exportador, o BNDES torna-se credor do importador, que efetuará o repagamento da dívida ao BNDES, conforme disciplinado no contrato de financiamento”.⁶⁴

O recurso à memória discursiva parece fazer parte das estratégias políticas adotadas pelo enunciador, à época candidato à presidência. Conforme pontua Charaudeau (2018a), uma das estratégias dos discursos populistas de direita é, mais do que propostas em si, a “demonização do adversário”, de modo que o enunciador se apresente como “salvador da pátria”. O Partido dos Trabalhadores era um dos principais adversários de Jair Bolsonaro. No entanto, é válido esclarecer que pesquisas de opinião apontavam o PT como a principal resposta quando a pergunta era em qual partido o eleitor não votaria em hipótese alguma. Desse modo, como mencionamos na introdução, o antipetismo estava bastante intenso em 2018, o que foi mobilizado como estratégia política nos discursos de Jair Bolsonaro para obter sucesso no pleito eleitoral.

Ao contrário do que vimos na primeira postagem do ano de 2017, que faz uma crítica contundente a refugiados e migrantes, observamos aqui uma tentativa de Jair Bolsonaro de desconstruir sua imagem prévia atrelada a esses grupos. Suas escolhas lexicais para se referir aos venezuelanos evidenciam melhor essa postura, já que termos mais fraternais, como “nossos irmãos” e “vizinhos”, são utilizados em vários momentos como sinônimos de “venezuelanos”. Além disso, o enunciador busca construir um cenário de crise humanitária no país vizinho, a

⁶⁴ Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/post-mistura-dados-verdadeiros-com-numeros-incorretos-sobre-financiamentos-do-bndes-nos-governos-do-pt/>>. Acesso em: 03 out. 2021

partir de expressões como “estão **fugindo** da **fome** e da **ditadura**”, de modo que o Brasil tenha por obrigação humanitária acolher, por meio de políticas públicas efetivas, os venezuelanos em Roraima. Aqui, vê-se um *ethos* de quem se preocupa não só com os problemas sociais que a ausência de políticas efetivas por parte do Governo Federal pode acarretar para a população de Roraima, mas também com refugiados (e migrantes), que não escolheram sair do seu país, mas foram forçados a isso pela fome e pelo cerceamento de direitos humanos por parte de quem os governa.

Em um outro momento, o enunciador ressalta a importância de pautas humanitárias e a necessidade de o Estado brasileiro acolher a população migrante. Há uma proposta de criação de campos de acolhimento de refugiados, que vai ao encontro da Nova Lei de Migração, em que se afirma que políticas públicas voltadas para a garantia de direitos humanos básicos é um dever dos governantes. Além disso, a necessidade de uma acolhida mais efetiva é reiterada pelas características dadas a tal medida, “coisa normal e legal” e que acontece em “qualquer país do mundo que, por ventura, sofra uma fuga de vizinhos”. Aqui, o enunciador se coloca como uma pessoa empática, solidária e que vê a importância de pautas humanitárias que contribuem também para o bem-estar dos brasileiros.

Juntamente com o *vocabulário*, a *dêixis enunciativa* contribui não só para a construção de um *ethos* de humanidade, mas também para promover a figura do enunciador como candidato mais adequado ao cargo. Chama a atenção, nesse caso, o uso da primeira pessoa do plural “**nós temos** que ter um **presidente** que **pense neste momento**”, o que contribui para uma aproximação entre o candidato e o eleitorado. O enunciador se coloca como homem do povo, que pertence à nação como cidadão comum e não como político, o que, portanto, o torna (também) sujeito às consequências geradas pela inoperância dos governantes. Essa estratégia de aproximação com o eleitorado tende a ativar o *pathos*, fazendo com que os destinatários se identifiquem com o candidato, se solidarizem com ele.

Isso fica ainda mais claro na passagem em que se constrói um aqui/agora gerido pelo caos e um lá/então promissor, com um presidente que esteja preparado e tome medidas efetivas para o acolhimento dos migrantes/refugiados, de modo que a população brasileira não seja diretamente afetada pela violência, que já é vista em outros estados.

Nós temos que ter um presidente que pense neste momento. Que não venha aqui ficar como se estivesse de férias, fala um montão de abobrinhas e vai embora; **e larga nas mãos dos nossos irmãos do exército a solução. Mas não dá os meios para bem cumprir a missão, como não estão dando para cumprir a missão na questão do combate à violência no Rio de Janeiro.** (grifos nossos)

Outro ponto que chama a atenção é a presença de um discurso dúbio no que diz respeito ao aqui/agora. Vimos que o começo do texto apresenta o Partido dos Trabalhadores como um dos potencializadores da crise na Venezuela. Cabe frisar, entretanto, que o PT esteve à frente do governo Federal até 2016, ano em que Dilma Rousseff sofreu o *impeachment*, sendo a presidência assumida por seu vice, Michel Temer (MDB). Desse modo, a crítica feita ao presidente – “que não venha aqui ficar como se estivesse de férias, fala um montão de abobrinhas e vai embora” – em tese, refere-se a Michel Temer. Porém, o fato de o nome de Temer não ter sido explicitado contribui para não esclarecer de qual governante a enunciação trata, deixando a cargo do público interpretar de quem é a responsabilidade pelo cenário de crise humanitária vivenciado em Roraima e em outros estados, já que a violência presente no Rio de Janeiro é apresentada no final do texto. O enunciador, porém, não esclarece que ela está mais ligada ao tráfico de drogas do que propriamente à migração, parecendo usar a violência no Rio como (mais) um fato que vem reafirmar a inoperância geral dos governantes. Assim, a *déixis enunciativa* reforça a ideia de uma estratégia política/discursiva que ataca o adversário e apresenta o enunciador como salvador da pátria.

No que diz respeito ao Partido dos Trabalhadores, vê-se um “tom” mais agressivo, evidenciado em vocábulos como “mentirosos e canalhas”. O discurso revela também um “tom” mais enérgico, o que contribui para a construção de alguns *ethe*, como o *ethos* de sério e o *ethos* de potência, de um homem com o pulso firme que está, portanto, preparado para acabar com as mazelas sociais. Ao mesmo tempo, algo que chama atenção no *modo de enunciação* é que o enunciador adota um “tom” mais brando em relação aos migrantes e refugiados. Como vimos ao longo da análise, diferentemente de outros discursos proferidos por ele (ver, especialmente, T1), há uma tentativa de mostrar um *ethos* mais humano e solidário para com esses grupos em situação de vulnerabilidade. Em outras palavras: o “tom” enérgico não se volta contra a população migrante, mas, antes, assume a defesa da dignidade dos que, por motivos graves, tiveram que fugir do seu país de origem. O novo *ethos* que emerge do discurso vai na contramão da imagem prévia que se tinha do enunciador, evidenciando a tentativa de (re)construção de uma imagem mais positiva no processo de campanha eleitoral.

3.5.2 Tweet 7 – Politicamente correto

O segundo *tweet* de 2018 (T7)⁶⁵ é também um texto híbrido, com comentários escritos e uma filmagem para compor o texto como um todo. No vídeo, em meio a um aglomerado de pessoas, dentre elas Hélio Lopes⁶⁶, tido como “fiel escudeiro” de Jair Bolsonaro, o então candidato à presidência posa para uma foto ao lado de uma mulher negra e depois a abraça. Além disso, Bolsonaro, em tom de brincadeira, vira para Hélio Lopes e pergunta: “Pô, negão. Cê é boiola?”



Falar sobre preconceito é algo desejado em discursos que visam à construção de uma sociedade que respeita sua natureza heterogênea. É esperado, portanto, que a abordagem do preconceito seja um tema imposto ao discurso político, e é este o tema maior de que T7 trata. Outros temas (mais específicos) apresentados são “racismo”, “homofobia”, “politicamente correto”, que se articulam à temática imposta. É possível perceber, todavia, que tais temas são mobilizados não em seu sentido problemático, mas sim, em um “tom” irônico, de modo a provar para a população que o enunciador não é, como dizem os jornais e seus opositores, homofóbico

⁶⁵ Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/985180663157534720>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

⁶⁶ Hélio Fernando Barbosa Lopes é militar e, em 2018, após tentativas frustradas de inserção na carreira política, foi o Deputado Federal, pelo PSL, mais votado do Rio de Janeiro. Conhecido também como Hélio Negão, o deputado é amigo próximo de Jair Bolsonaro e o acompanhou em diversos compromissos ao longo de sua campanha para a presidência, em 2018. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/H%C3%A9lio_Lopes>. Acesso em: 10 out. 2021.

e muito menos racista. A temática maior gira em torno da imagem de um homem que não tem nenhum preconceito contra as minorias citadas.

Quanto à *intertextualidade*, em sentido mais amplo, é possível perceber uma relação com os discursos apropriados por movimentos de extrema direita. O termo “politicamente correto” é usado para descrever expressões, políticas e ações que evitam ofender e/ou marginalizar os grupos minoritários. Fiorin (2008, p.1), acerca da “linguagem politicamente correta”, diz:

A linguagem politicamente correta é a expressão do aparecimento na cena pública de identidades que eram reprimidas e recalçadas: mulheres, negros, homossexuais, etc. Revela ela a força dessas “minorias”, que eram discriminadas, ridicularizadas, desconsideradas. Pretende-se, com ela, combater o preconceito, proscovendo-se um vocabulário que é fortemente negativo em relação a esses grupos sociais. A ideia é que, alterando-se a linguagem, mudam-se as atitudes discriminatórias.

Entretanto, a expressão foi apropriada por grupos de extrema direita e governos populistas para justificar discursos ofensivos, sexistas, racistas, lgbtfóbicos etc. A pesquisadora vinculada à Universidade de Harvard, Moira Weigel (2018), ao estudar o histórico de algumas expressões como “politicamente correto”, afirma que, apesar de o termo fazer parte do léxico norte-americano há anos, ele ganhou maior notoriedade a partir da ascensão do ex-presidente Donald Trump à Casa Branca. Para a pesquisadora, a conexão que Trump estabeleceu com seus eleitores está justamente nos discursos preconceituosos e inapropriados ao debate público, uma vez que se cria a ideia de que “ele fala o que pensa”, o que o aproxima de uma pessoa comum, de um “homem do povo”. Nessa perspectiva, o termo “politicamente correto” vai ser utilizado de modo a construir, no imaginário social, uma conspiração do *establishment* com a mídia para cercear a liberdade de expressão da população. Como vimos no referencial teórico-metodológico, o discurso populista de direita sempre busca um inimigo que precisa ser combatido. As estratégias políticas e discursivas na campanha eleitoral de Jair Bolsonaro, como também já comentamos, espelham-se, em grande medida, nas estratégias utilizadas pelo ex-presidente dos EUA, o que fica mais evidente em T7.

Acerca do *vocabulário*, o uso irônico da expressão “muito racismo e homofobia juntos” é articulado numa tentativa de desconstruir a imagem prévia do enunciador que circula nos meios midiáticos – a de que Jair Bolsonaro é racista e homofóbico. Isso porque, como dissemos, ele busca, no vídeo, por meio da imagem de uma simpatizante negra e de um homem negro (Hélio Lopes), demonstrar uma aproximação com esses grupos em situação de vulnerabilidade, de modo a construir a imagem de uma pessoa livre de preconceitos. Quanto à

questão da homofobia especificamente, não há, porém, nenhuma pessoa LGBTQIAP+ presente no vídeo. O único momento em que algo relacionado à homoafetividade é explicitado refere-se à frase dirigida a Hélio Lopes “Pô, negão. Cê é boiola?”. Destacamos que, ao contrário do que propõe o enunciador, o termo “boiola” para se referir a pessoas gays denuncia um *ethos* homofóbico, visto que o termo é uma forma ofensiva e preconceituosa que deprecia a homoafetividade.

Por meio da ironia, o enunciador busca passar o (falso) *ethos* de alguém livre de preconceitos, para responder àqueles que o acusam de ser homofóbico, racista e sexista, por exemplo. Entretanto, como explicamos, o termo “politicamente correto” é utilizado de modo a legitimar discursos de ódio. Nesse sentido, o uso do imperativo “chega” (modalidade deôntica), que antecede “politicamente correto”, contribui para acentuar a carga negativa dada à expressão e, conseqüentemente, para a banalização de discursos de ódio. De maneira inconsciente (ou não), o enunciador acaba por revelar um *ethos* que banaliza, deslegitima a luta de pessoas negras e do grupo LGBTQIAP+.

Em síntese, o *modo de enunciação* nos revela um discurso que embora tente ser mais comedido, acaba por revelar um “tom” mais enérgico e agressivo marcado pela modalidade deôntica (indicando obrigatoriedade): “chega”. Logo, na tentativa de construir um *ethos* não preconceituoso, Bolsonaro, ao contrário, faz emergir outros *ethe*, como um *ethos* conservador e um *ethos* racista/homofóbico, comungando com valores comuns à extrema-direita.

3.5.3 *Tweet 8 – Atenção: cenas fortes!*

O terceiro *tweet* do ano de 2018 (T8)⁶⁷ também traz um vídeo em sua composição. Como fizemos nas análises anteriores, explicaremos, brevemente, do que trata a filmagem que “dialoga” com o *tweet*. Na gravação, vemos os filhos de Jair Bolsonaro, ainda crianças, vestidos de “meninos”, ou seja, de bermudas e sem camisa, brincando de andar em marcha e atirar – brincadeiras que remetem a um contexto militar –, com a música infantil “Marcha Soldado” ao fundo.

⁶⁷ Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1032727830138957826>>. Acesso em: 20 mar. 2021



A postagem, ao que tudo indica, seria uma resposta à posição (negativa) de alguns jornais quanto a uma atitude de Jair Bolsonaro em um de seus comícios de campanha para a presidência. Em 23 de agosto de 2018, ao cumprir agenda em Araçatuba, no interior de São Paulo, no momento em que discursava contra o Estatuto do Desarmamento, o então candidato pegou uma criança no colo e perguntou se ela sabia atirar. Em seguida, orientou-a a fazer um sinal com a mão imitando uma arma⁶⁸. O ato foi amplamente divulgado pelas mídias, sofrendo duras críticas por parte de seus opositores.

A partir da contextualização feita, pode-se dizer que o tema imposto em T8 é “resposta à repercussão negativa dada por parte da mídia”. Outros temas mais específicos também são convocados pelo enunciador, como a educação dos filhos (pautada em “valores” e “disciplina”), além de temas como “perseguição da imprensa”, “transexualidade” e “educação sexual no ambiente escolar”. Os temas nos levam à interpretação de um discurso que ressalta a importância de uma educação familiar, pautada em valores conservadores e cristãos. Além disso, é possível ver também uma tentativa, assim como em T7, de desconstrução do *ethos pré-discursivo* negativo do enunciador, relido como “bronca de parte da imprensa”, o que sugere que os meios de comunicação, mais especificamente aqueles que estabelecem uma animosidade mútua com o, à época, candidato, perseguem Jair Bolsonaro.

Por meio da *intertextualidade* com o vídeo, T8 convoca a temática da “ideologia de gênero” nos moldes do conservadorismo e de grupos de extrema direita. Reforça-se o simulacro de que nas instituições de ensino, respaldado por uma “ideologia de esquerda”, há o estímulo

⁶⁸ Disponível em: < https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/08/23/interna_politica,983018/voce-sabe-atirar-pergunta-bolsonaro-a-crianca-no-interior-de-sp.shtml>. Acesso em: 12 out. 2021.

ao sexo, à transexualidade e à homossexualidade. Ao mesmo tempo, os termos “valores” e “disciplinas”, articulados ao contexto militar do vídeo (brincadeiras de atirar e a música “Marcha Soldado”) trazem a temática da liberação pelas armas, tema recorrente (diríamos mesmo “imposto”) nas falas de Bolsonaro.

O *vocabulário* é utilizado para reforçar os temas mobilizados em T8. A expressão em caixa alta empregada no que seria o “título” do *tweet*: “ATENÇÃO: CENAS FORTES!”, estabelece uma espécie de sátira, de uma ironia em relação aos jornais, os quais, muitas vezes, utilizam manchetes sensacionalistas para atrair o leitor. Em seguida, ainda que de forma não explícita, os termos “valores” e “disciplina” são aplicados dentro do universo semântico do conservadorismo e do militarismo e estabelecem um sentido positivo no discurso, mais especificamente, no modo como deve ser a educação das crianças. Como vimos no contexto maior em que T8 se insere, tais vocábulos foram escolhidos, conscientemente ou não, para desconstruir o conteúdo negativo divulgado pelos meios de comunicação, tidos como ilegítimos pelo enunciador, acerca do evento em Araçatuba. Isso fica mais evidente na já citada expressão “a bronca de parte imprensa”.

No período seguinte, algumas escolhas lexicais anunciam temas relacionados a questões de “gênero”. Os termos são acionados de modo a desqualificar mulheres e, principalmente, a população trans, como vemos em “não vesti meus filhos de menina” e estabelecem uma relação antagônica com o que seriam os “valores” tidos como algo “fundamental e edificante” para a educação de uma criança. Outros termos reforçam essa ideia e acabam por denunciar um *ethos* lgbtfóbico por parte do enunciador. O enunciado “nem incentivei o ensino de sexo para crianças na escola” é utilizado, como vimos na intertextualidade, para acionar a falsa premissa de que a educação brasileira propõe o estímulo ao sexo, o que nada tem a ver com a educação sexual defendida por especialistas. Os termos “ensino”, “sexo”, “crianças” e, principalmente, “escola”, evidenciam essa questão.

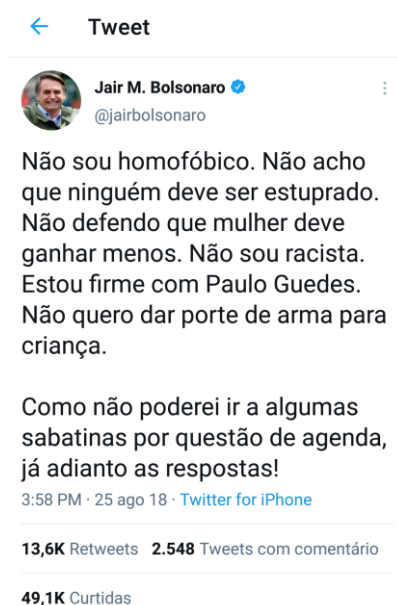
A *déixis enunciativa*, como um dos planos que compõem a análise, mostra que o enunciador busca inserir os termos positivos “valores” e “disciplina” no processo educacional de seus filhos, de modo a estabelecer um passado virtuoso e profícuo, diferentemente do presente, em que há uma educação que busca corromper a infância. Além disso, o uso do pronome possessivo “nossos” estabelece uma aproximação com o leitor, de modo que as emoções, o *pathos* do auditório seja ativado, fazendo com que este busque aderir ao discurso.

Em síntese, vemos que o discurso do enunciador Jair Bolsonaro revela um “tom” mais enérgico para mostrar sua não concordância com os excessos cometidos pelos meios de comunicação, além da defesa enfática de uma educação familiar de base conservadora e militar.

O mesmo “tom” pode ser visto no que diz respeito à população LGBTQIAP+, já que o enunciador se mostra contrário à diversidade de gênero e orientação sexual, o que acaba por revelar um *ethos* homofóbico.

3.5.4 Tweet 9 – Não sou homofóbico

Ao oficializar sua candidatura às eleições de 2018, Jair Bolsonaro passou, assim como os demais presidenciáveis, a ser foco da imprensa brasileira. Os discursos proferidos ao longo de sua carreira política, principalmente aqueles que estavam relacionados a preconceitos diversos e a polêmicas, foram evocados e reverberaram em diversos meios de comunicação, como jornais impressos, televisivos e, até mesmo, nas redes sociais de opositores. Conforme vimos, o *ethos pré-discursivo* do então candidato à presidência tinha o preconceito como característica basilar. Assim, T9⁶⁹, a seguir, diferentemente dos demais *tweets* deste grupo, é constituído não a partir de um acontecimento específico, mas sim da imagem negativa que Bolsonaro foi construindo ao longo de sua carreira.



No plano dos *temas*, vemos que T9 aborda, de maneira abrangente, o preconceito, ou a ausência dele, mais especificamente. Trata-se de um tema sensível que, por ter ganhado maior visibilidade no mundo atual, impõe-se nos debates públicos e nas agendas de atores

⁶⁹ Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1033428394858500096>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

políticos. Nesse contexto, são evocados (sub)temas relacionados às minorias sociais, como “homofobia”, “machismo”, “racismo”, “violência sexual” e “direitos das crianças”. Esses temas são articulados com o objetivo de desconstruir uma imagem prévia desfavorável do enunciador, ou, em outras palavras, de reconstruir seu *ethos*, de modo que este se adeque à virtude – a aretê aristotélica – que todo político, visando à maior adesão possível do eleitorado, deve apresentar em seu discurso. Outros temas (mais específicos) se fazem presentes, a exemplo da “economia” e do “porte de armas”, que também marcam o posicionamento político do enunciador.

O discurso como um todo retoma outros discursos já proferidos por Bolsonaro. O primeiro deles: “Não acho que ninguém deve ser estuprado” faz referência ao episódio em que Jair Bolsonaro, ao discutir, nos corredores da Câmara dos Deputados, com a parlamentar Maria do Rosário, em 2003, disse que “não a estupraria porque ela não merecia”, o que lhe rendeu, inclusive, uma punição do Superior Tribunal de Justiça. Em seguida, o nome do economista Paulo Guedes é evocado, a fim de trazer à tona o tema economia: “Estou firme com Paulo Guedes”. A remissão à figura do economista foi uma das estratégias eleitorais do presidencial. Isso porque Guedes defende uma agenda econômica liberal, que agrada a grande parte do empresariado brasileiro. A imagem de Paulo Guedes foi responsável por dar um figurino liberal ao capitão reformado, o que contribuiu para angariar mais eleitores. Vemos, portanto, um *ethos* de liberal no que tange à economia.

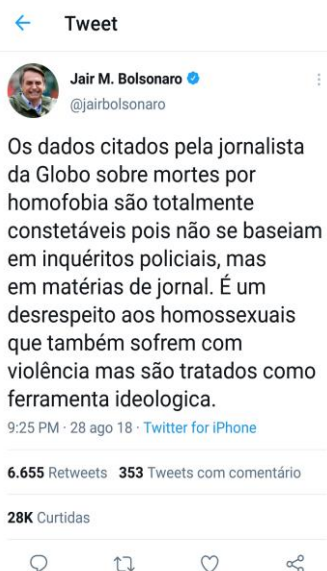
As escolhas lexicais feitas pelo enunciador contribuem para a construção de outros *ethe*. Mais especificamente, o uso do advérbio de negação “não”, empregado sucessivas vezes, “**Não** sou homofóbico. **Não** acho que ninguém deve ser estuprado. **Não** defendo que mulher deve ganhar menos. **Não** sou racista (...). **Não** quero dar porte de arma para criança.”, busca, como já dissemos, desconstruir o rótulo de “machista”, “homofóbico”, “racista” etc. dado ao enunciador. Em conformidade, a *déixis enunciativa*, marcada pelo uso da 1ª pessoa do singular, “sou”, “acho”, “defendo”, os quais são antecidos pelo advérbio de negação citado anteriormente, potencializam a tentativa de construir uma imagem mais positiva acerca da figura de Bolsonaro. Aqui, vemos o que Maingueneu (2019) chama de *ethos dito*: aquele em que o enunciador constrói, no nível no enunciado, a imagem que pretende fabricar de si.

Por último, o *modo de enunciação* revela uma mudança de “tom”, quando comparado a discursos anteriores. Ao mesmo tempo em que permanece um “tom” mais firme, enfático, é possível perceber que não há ataques diretos aos grupos minoritários, como mulheres, população LGBTQIAP+, negros e crianças; pelo contrário, a tentativa do enunciador é afirmar, por meio do seu discurso, que estereótipos hostis ligados à sua imagem são infundados. O “tom” firme e enfático busca justamente (re)construir os *ethe de credibilidade*,

como o *ethos de sério* e o *ethos de competência* (em relação à economia) e os *ethos de identificação*, a exemplo do *ethos de chefe*, os quais Charaudeau (2018a) identifica como os mais importantes para um discurso político bem sucedido. Entretanto, conforme assume Maingueneau, o *ethos* efetivo é uma soma do *ethos dito*, do *ethos mostrado* e do *ethos pré-discursivo*. Sendo assim, como vimos em outros discursos proferidos tanto no Twitter quanto na imprensa, a imagem prévia do enunciador contribui, em grande medida, para invalidar o *ethos dito* de um indivíduo desprovido de discriminação.

3.5.5 Tweet 10 – Dados contestáveis

O último *tweet* que compõe nossa seleção do ano de 2018 (T10) tem como contexto maior uma fala da apresentadora do *Jornal Nacional* da TV Globo, Renata Vasconcellos. No dia 28 de agosto de 2018, o telejornal, no quadro destinado à entrevista dos presidentiáveis, contou com a participação do à época candidato pelo PSL. Ao questionar o candidato acerca do tema homofobia, a apresentadora trouxe os seguintes dados acerca das mortes de pessoas LGBTQIAP+: “A cada 19 horas, um gay, lésbica ou trans é assassinado ou se suicida por causa de homofobia no Brasil⁷⁰.”



⁷⁰ A fala supracitada e a entrevista completa estão disponíveis em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/08/28/jair-bolsonaro-psl-e-entrevistado-no-jornal-nacional.ghtml>. Acesso em: 17 out. 2021.

A publicação feita em T10⁷¹ busca questionar os dados apresentados pela jornalista a fim de resguardar a imagem do enunciador. Assim, temas como “falta de credibilidade dos meios de comunicação”, “violência contra a população de modo geral”, “manipulação da comunidade LGBTQIAP+ por parte da imprensa e da esquerda” etc. vêm à tona.

As escolhas lexicais servem para amparar o argumento do enunciador que busca refutar a fala da apresentadora. Vemos que, já no início do enunciado, há marcas explícitas dessa refutação: “são totalmente contestáveis”, seguido de uma justificativa que se apoia no argumento jurídico “não se baseiam em inquéritos policiais”. Mesmo que a expressão “inquéritos policiais” não seja desenvolvida, já que não há nenhum exemplo, ou dado específico que conteste a fala da jornalista, o simples fato de serem citadas palavras que remetem ao discurso forense tende a dar credibilidade à fala do enunciador. Em seguida, vê-se uma tentativa de desqualificar não só o argumento, mas o discurso jornalístico como um todo (“em matérias de jornal”), apresentado com um valor negativo de descrédito, de um discurso que não se embasa em números confiáveis (que, na ótica do enunciador, seriam “inquéritos policiais”).

Cabe ressaltar, mesmo que não faça parte do nosso objeto específico de investigação, que o ataque ao jornalismo, principalmente àqueles que abarcam os grupos em que há uma animosidade mútua, a exemplo da *TV Globo*, são recorrentes nas falas de Jair Bolsonaro. Entretanto, no que diz respeito às mortes por homofobia, dados de inquéritos não retratam a realidade, já que a homofobia foi tipificada como crime apenas em 2019. Ora, como colocar em um inquérito policial que o homicídio se deu por um crime que não consta nas leis? Desse modo, os dados acerca de assassinatos cuja motivação está no preconceito contra a população LGBTQIAP+ dificilmente estarão de acordo com a realidade. Sabemos, contudo, que o Brasil é um dos países em que mais se matam gays, lésbicas, travestis e transexuais em todo mundo. A tentativa de diminuir a gravidade da homofobia no Brasil acaba por denunciar um *ethos* que não só revela preconceito, mas, principalmente, desumanidade da parte do enunciador.

No período seguinte, Bolsonaro constrói o argumento de que a fala de Renata Vasconcellos tem por objetivo o uso de grupos LGBTQIAP+ como “massa de manobra”. Isso fica mais evidente nas colocações “desrespeito aos homossexuais” e “são tratados como ferramenta ideológica”. A última expressão “ferramenta ideológica” é mobilizada de modo a ativar a memória discursiva do universo de esquerda, visto que não só nesta, mas em diversas outras falas do enunciador, o termo “ideologia” é empregado em sentido negativo e atrelado à

⁷¹ Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1034597860799602688>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

ala mais progressista da política, ao comunismo etc., dando outro significado à palavra. Ao mesmo tempo, percebemos, aqui, uma tentativa de (re)construir um *ethos* solidário à população LGBTQIAP+, colocando-os como vítimas não da homofobia, mas do jornalismo da *TV Globo*. Segundo Charaudeau (2018a, p. 148), “o *ethos* de ‘humanidade’ constitui igualmente um imaginário importante para a imagem do político. O ser humano é mensurado pela capacidade de demonstrar sentimentos para com aqueles que sofrem”. Percebe-se que o enunciador Jair Bolsonaro tenta justificar sua não concordância com os dados apresentados pela jornalista a partir de uma “preocupação” com essa parcela da população, o que pode ser apreendido como um *ethos* de humanidade.

Por último, *o modo de enunciação* é o que mais nos chama a atenção. Diferentemente de outros discursos que vimos, tanto no Twitter quanto no meio jornalístico (que compõem o *ethos prévio* de Bolsonaro), há uma mudança de “tom”: o enunciador parece querer construir um *ethos* mais equilibrado, ao atenuar seu modo de referir-se aos homossexuais, ou seja, buscando, como já foi dito, projetar um *ethos* de humanidade para com essa parcela da população. Entretanto, mesmo que haja uma tentativa de (re)construir um *ethos* mais tolerante às diversidades sexuais e de gênero – quando, por exemplo, o enunciador diz que a população LGBT é acometida pela violência presente no país – ao colocá-la na condição de “ferramenta ideológica”, ele acaba por denunciar seu *ethos* preconceituoso em relação a esses grupos. Desse modo, concordamos com Maingueneau (2019), de que o *ethos* visado não é necessariamente o *ethos* produzido.

Em síntese, mesmo que o *ethos* homofóbico (ainda) esteja presente no discurso de Bolsonaro, é possível notar uma mudança no “tom”, já que, em T10, ele se mostra mais comedido em relação ao que sabemos de seu *ethos prévio*.

3.5.6 Ethe predominantes do candidato à presidência da República

Assim como fizemos na análise dos *tweets* de 2017, buscaremos, nesta subseção, promover uma breve discussão acerca dos resultados obtidos para 2018. Partindo, portanto, da *Semântica Global* de Maingueneau (2008b), pudemos observar alguns *ethe* predominantes do candidato à presidência da República.

Já no primeiro *tweet*, ao abordar a crise migratória de venezuelanos, principalmente no estado de Roraima, Bolsonaro busca, por meio do vocabulário, construir um *ethos* de humanidade. Suas escolhas lexicais para se referir aos venezuelanos, conforme dissemos na análise, estão voltadas para termos mais fraternais, de modo que ele se mostre mais humano,

empático e solidário para com esses grupos em situação de vulnerabilidade. Há um esforço, da parte do enunciador, para criar um novo *ethos*, na contramão da sua conhecida imagem (*ethos* prévio), bem como do *ethos* apresentado em 2017.

Assim como observamos nas análises referentes às postagens de 2017, a população LGBTQIAP+ ganha lugar de destaque em 2018. As questões de gênero aparecem em quatro dos cinco *tweets* publicados por Bolsonaro em seu ano de campanha eleitoral. A *intertextualidade* e o plano do *vocabulário* são articulados de modo a arquitetar a (re)construção de uma imagem mais positiva em relação a mulheres, gays, transexuais, bissexuais, transgêneros etc. O candidato à presidência da República, apesar de revelar um “tom” mais agressivo em T8 e, de certa forma, insultar esse público, principalmente mulheres, travestis e transexuais, não faz, nos demais *tweets*, ataques diretos. Aqui, Bolsonaro tenta construir uma imagem de humanidade e de respeito às mulheres, à orientação sexual e à identidade de gênero, até mesmo por meio do *ethos dito* em T9. Não obstante esse esforço, as escolhas lexicais acabam por denunciar seu *ethos* homofóbico, já que o uso de expressões como “boiola” e “chega do politicamente correto” (T7); “não vesti meus filhos de menina” e “nem incentivei o ensino de sexo para crianças na escola” (T8); “os dados sobre mortes por homofobia são totalmente contestáveis” (T10), conforme explicamos ao longo das análises, revelam a carga semântica negativa dada pelo enunciador a essa parcela da população.

A população negra também é articulada na temática de minorias. Em T7, por exemplo, o enunciador se aproxima de duas pessoas negras para desassociar a imagem de racista creditada a ele por meio de jornais, redes sociais e outros meios de comunicação, e (re)construir a imagem de uma pessoa isenta de qualquer preconceito contra negros. Todavia, assim como dissemos no parágrafo anterior, as escolhas lexicais empreendidas nos discursos, como “chega do politicamente correto”, denunciam seu *ethos* racista/preconceituoso. Em T9, o enunciado “não sou racista” (*ethos dito*) assinala a investida do enunciador em (re)construir uma imagem mais positiva de si. No entanto, como sabemos, o *ethos efetivo* se dá no entrelaçamento do *ethos pré-discursivo*, do *ethos dito* e do *ethos mostrado*, e, repetimos, o *ethos visado* não é necessariamente o *ethos produzido*, o que resulta em um *ethos* racista/preconceituoso.

Em síntese, o *ethos* que emerge das postagens de 2018 – e apesar dos esforços de Jair Bolsonaro em sentido contrário – é o de uma pessoa preconceituosa, principalmente em relação à população LGBTQIAP+, o que vai ao encontro de sua imagem prévia. Ressaltamos, porém, que o “tom” (*ethos mostrado*) nesses discursos é mais moderado, de modo a arquitetar (ou simular?) um *ethos* mais equilibrado e tolerante.

O quadro a seguir elucida melhor o que discutimos:

TABELA 3 → *Ethe* de 2018

<i>Tweet</i>	<i>Ethos</i> predominante	“Tom” do discurso	Outros <i>ethe</i> visados e/ou produzidos
T6	De humanidade	Determinado (em defesa de migrantes e refugiados); mais brando	De preocupação com roraimenses e migrantes/refugiados Sério De potência Populista
T7	Preconceituoso	Enérgico/agressivo	De isenção de preconceitos. Homofóbico Racista Conservador
T8	Lgbtfóbico	Enérgico/agressivo	Machista Militar Conservador
T9	Preconceituoso	Comedido	De isenção de preconceitos Liberal De competência Sério De chefe
T10	Homofóbico	Comedido	Solidário à população LGBTQIAP+ De humanidade Equilibrado

Fonte: Elaboração própria.

3.6 Os *ethe* nos *tweets* do Presidente da República

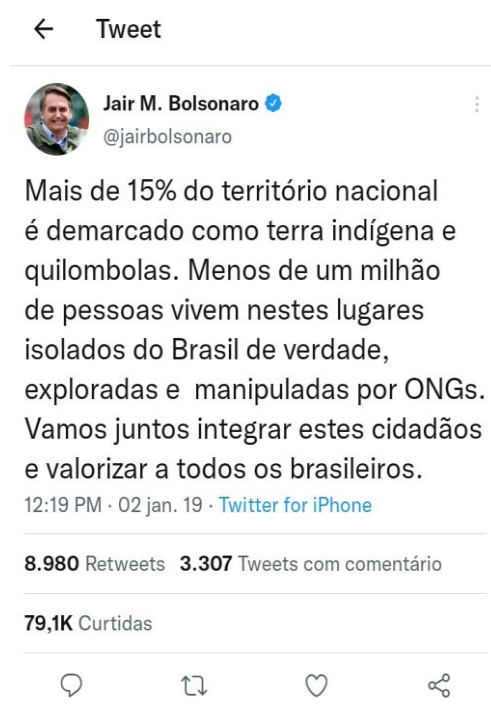
Em 1º de janeiro de 2019, Jair Bolsonaro tomou posse como o 38º presidente do Brasil. Os cinco *tweets* que integram o *corpus* dizem respeito ao primeiro ano de mandato de Bolsonaro como presidente.

3.6.1 *Tweet 11- Indígenas e quilombolas*

O primeiro *tweet* do ano de 2019 (T11) se insere em um contexto de demarcação das terras indígenas e quilombolas⁷². Em janeiro de 2019, assim que assumiu a Presidência da República, Jair Bolsonaro, em uma medida provisória para reestruturar a Esplanada dos

⁷² Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1080468589298229253>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

Ministérios, transferiu a responsabilidade da demarcação de terras indígenas, de competência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), para o Ministério da Agricultura. A mesma alteração aconteceu com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que foi transferido para o mesmo Ministério. As mudanças ocorreram sob a alegação de que era necessário diminuir a quantidade de ministérios, a fim de “enxugar a máquina pública” – expressão muito utilizada no processo de campanha eleitoral de Jair Bolsonaro.



As mudanças feitas pelo Presidente, em seu primeiro mês de governo, geraram questionamentos por parte de especialistas e integrantes de movimentos indígenas e quilombolas. Isso porque o Ministério da Agricultura atende aos interesses dos representantes do agronegócio que, além de serem contra a reforma agrária, constantemente participam de conflitos envolvendo a demarcação de terras.

É nesse contexto de mudanças na estrutura ministerial que T11 se insere. O *tema* (imposto) principal relaciona-se à “demarcação de terras indígenas e quilombolas”, um tema recorrente e polêmico nos debates públicos. Outros temas (mais específicos) se entrelaçam à temática, como “a improdutividade das terras indígenas e quilombolas”, “a exploração/manipulação desses povos por ONGs” etc.

A primeira estratégia argumentativa do enunciador para abordar o tema maior é a apresentação de dados estatísticos, que, mesmo sem menção à fonte, revelam que as terras demarcadas como áreas indígenas e quilombolas não são produtivas: “Mais de 15% do território

nacional é demarcado como terra indígena e quilombolas. Menos de um milhão de pessoas vivem nestes lugares”. O uso dos advérbios “mais” e “menos” para introduzir os dados contribuem, comparativamente, para a potencialização dessa ideia. No primeiro caso, “mais de 15%” traz a ideia de que o espaço demarcado para esses povos é muito grande, o que é intensificado no segundo caso por “menos de um milhão de pessoas vivem nestes lugares”, enunciado que leva a crer que as terras destinadas a indígenas e quilombolas vai além da necessidade de ocupação desses povos. Aqui, percebemos que há um questionamento quanto à eficiência e à necessidade da demarcação existente. Entretanto, sabe-se que o problema agrário no Brasil está, justamente, na precariedade da quantidade e qualidade das terras demarcadas, sem contar as constantes invasões em função da expansão da fronteira agrícola. Desse modo, as escolhas lexicais revelam um *ethos* favorável ao agronegócio e não aos povos nativos, o que vai ao encontro do neoliberalismo.

Ainda no plano do *vocabulário*, o uso de “isolados do Brasil de verdade” nos remete ao discurso reverberado na sociedade de que os povos indígenas e quilombolas “não são civilizados” e “que devem evoluir”. Destacamos, porém, que há, na realidade, um processo de aculturação permanente desses povos, tendo em vista que a não aceitação de sua cultura e a imposição da cultura do outro (dominador) datam da colonização do país, tendo sido responsáveis por dizimar diversas etnias indígenas e africanas em território nacional. Apesar da tentativa de construir um *ethos* que defenda os povos indígenas e quilombolas, o enunciador acaba, mais uma vez, por denunciar um *ethos* preconceituoso.

Em seguida, para dar sustentabilidade à ideia de que a quantidade de terras demarcadas extrapola as necessidades reais desses povos, o enunciador os avalia como sendo “explorados e manipulados por ONGs”, o que nos chama a atenção. Atrelado ao plano do *vocabulário*, a *dêixis enunciativa* contribui para a construção dos temas e nos ajuda a apreender os *ethe* presentes em T11. O aqui/agora é composto por uma realidade de exploração e exclusão (“do Brasil de verdade”) dos indígenas e quilombolas, haja vista que, na ótica do enunciador, eles estão à mercê de ONGs, como se esses povos não pudessem falar por si mesmos.

Assim, as organizações não governamentais relacionadas à defesa dos povos indígenas e quilombolas assumem um valor negativo neste e em outros discursos do enunciador, o que comprova aquilo que Maingueneau (2008b) aborda como um dos pontos mais importantes no plano do *vocabulário*: o fato de que as palavras são selecionadas de acordo com o valor semântico que assumem em cada discurso. Logo, o aqui/agora cria a ideia de que esses povos são constantemente ameaçados por ONGs. O futuro, nesse caso, é articulado de modo a construir a prosperidade para esses povos, o que será possível por intermédio do governo

Bolsonaro e dos cidadãos que se preocupam com indígenas e quilombolas, uma vez que há o emprego de um *nós* que inclui os brasileiros, de modo geral, “**Vamos juntos** integrar estes cidadãos e valorizar a todos os brasileiros.” Aqui, o enunciador tenta construir um *ethos* não só de quem está preocupado com questões indígenas e quilombolas, mas também a imagem de que fará algo para alterar a triste realidade de exclusão, manipulação e exploração desses cidadãos.

O *modo de enunciação* nos revela uma mudança de “tom” em relação a indígenas e quilombolas se comparado à imagem prévia que se tem do enunciador. Diferentemente de outros momentos, cujo ataque a indígenas e negros é feito de forma mais explícita, aqui, percebe-se que há um “tom” mais comedido, que simula preocupação. Assim, o *modo de enunciação* tenta desconstruir o *ethos prévio* do enunciador, recorrendo a uma mudança de “tom”, mesmo que o *ethos* que é de fato construído acabe por denunciar o preconceito e o não reconhecimento desses povos.

3.6.2 *Tweet 12 – Nota de retratação*

O segundo *tweet* do ano de 2019 (T12) é a publicação de uma nota de retratação à Deputada Federal Maria do Rosário. Como vimos na seção destinada ao *ethos pré-discursivo* do enunciador, em 2003, Jair Bolsonaro, durante uma discussão na Câmara dos Deputados, ofendeu a parlamentar dizendo que não a estupraria porque ela não merecia. Em 2014, repetiu a ofensa, o que, como dissemos, rendeu-lhe um processo na justiça, sendo a nota de retratação uma das determinações judiciais⁷³.

⁷³ Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1139218648894189568>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

← Tweet



Jair M. Bolsonaro ✓

@jairbolsonaro

NOTA DE RETRATAÇÃO

Em razão de determinação judicial, venho pedir publicamente desculpas pelas minhas falas passadas dirigidas à Deputada Federal Maria do Rosário Nunes. Naquele episódio, no calor do momento, em embate ideológico entre parlamentares, especificamente no que se refere à política de direitos humanos, relembrei fato ocorrido em 2003, em que, após ser injustamente ofendido pela congressista em questão, que me insultava, chamando-me de estuproador, retruquei afirmando que ela "não merecia ser estuprada".

Aproveito o ensejo para manifestar o meu integral e irrestrito respeito às mulheres. Relembro que na ocasião inicial em que ocorreram os fatos ora tratados, eu havia acabado, justamente de, no plenário da Câmara dos Deputados, defender uma pena mais severa aos autores de estupro e crimes contra a dignidade sexual, relatando o notório caso envolvendo o criminoso "champinha", cuja atrocidade cometida teve repercussão nacional, tendo em vista este sujeito ter estuprado uma mulher e assassinado covardemente o seu namorado. Estava, portanto, exatamente defendendo as vítimas destas práticas repugnantes de estupros e demais crimes sexuais, tendo sido esta sempre uma luta constante nos meus anos de parlamentar. Esta afirmação pode ser constatada por qualquer um, bastando, por exemplo, rememorarem o projeto de lei 5.398 apresentado por mim no ano de 2013 e no qual propunha-se aplicação de castração química a estuproadores, exatamente como medida de proteção às mulheres, a fim de evitar a reincidência por parte destes criminosos. No mesmo ano de 2013, apresentei também o Projeto de Lei nº 5.242, que buscava tornar hediondo os crimes passionais, cujas principais vítimas são as mulheres.

Já no dia de minha posse como Presidente da República, o protagonismo foi feminino, tendo a Primeira Dama discursado antes mesmo do Presidente, com a naturalidade que tratamos essas questões em nossas vidas. Nos primeiros meses de governo reforcei a Lei Maria da Penha permitindo a adoção de medidas protetivas de urgência para mulheres ou a seus dependentes, em casos de violência doméstica ou familiar (Lei 13.827/19). Essas são algumas das nossas ações em tão pouco de governo em prol das mulheres e meninas do nosso país.

Reitero, portanto, que as mulheres brasileiras constituem uma prioridade de meu governo, o que tem sido e será sempre demonstrado através de ações concretas.

Assim, reforço meu respeito a todas as mulheres.

Muito obrigado e um forte abraço!

Jair Messias Bolsonaro.

2:11 PM · 13 jun 19 · [Twitter for Android](#)

NOTA DE RETRATAÇÃO

Em razão de determinação judicial, venho pedir publicamente desculpas pelas minhas falas passadas dirigidas à Deputada Federal Maria do Rosário Nunes. Naquele episódio, no calor do momento, em embate ideológico entre parlamentares, especificamente no que se refere à política de direitos humanos, relembrei fato ocorrido em 2003, em que, após ser injustamente ofendido pela congressista em questão, que me insultava, chamando-me de estuproador, retruquei afirmando que ela "não merecia ser estuprada".

Aproveito o ensejo para manifestar o meu integral e irrestrito respeito às mulheres. Relembro que na ocasião inicial em que ocorreram os fatos ora tratados, eu havia acabado, justamente de, no plenário da Câmara dos Deputados, defender o notório caso envolvendo o criminoso "champinha", cuja atrocidade cometida teve repercussão nacional, tendo em vista este sujeito ter estuprado uma mulher e assassinado covardemente o seu namorado. Estava, portanto, exatamente defendendo as vítimas destas práticas repugnantes de estupros e demais crimes sexuais, tendo sido esta sempre uma luta constante nos meus anos de parlamentar. Esta afirmação pode ser constatada por qualquer um, bastando, por exemplo, rememorarem o projeto de lei 5.398 apresentado por mim no ano de 2013 e no qual propunha-se aplicação de castração química a estuproadores, exatamente como medida de proteção às mulheres, a fim de evitar a reincidência por parte destes criminosos. No mesmo ano de 2013, apresentei também o Projeto de Lei nº 5.242, que buscava tornar hediondo os crimes passionais, cujas principais vítimas são as mulheres.

Já no dia de minha posse como Presidente da República, o protagonismo foi feminino, tendo a Primeira Dama discursado antes mesmo do Presidente, com a naturalidade que tratamos essas questões em nossas vidas. Nos primeiros

meses de governo reforcei a Lei Maria da Penha permitindo a adoção de medidas protetivas de urgência para mulheres ou a seus dependentes, em casos de violência doméstica ou familiar (Lei 13.827/19). Essas são algumas das nossas ações em tão pouco tempo de governo em prol das mulheres e meninas do nosso país.

Reitero, portanto, que as mulheres brasileiras constituem uma prioridade de meu governo, o que tem sido e será sempre demonstrado através de ações concretas.

Assim, reforço meu respeito a todas as mulheres.

Muito obrigado e um forte abraço!

Jair Messias Bolsonaro.

Assim, o tema maior de que o *tweet* trata é “o pedido formal de desculpas à Deputada Maria do Rosário”, que já de saída é atrelado a uma determinação judicial, sugerindo que Bolsonaro não se desculpa por livre e espontânea vontade, o que evidencia o tema maior de T11 como tema (literalmente) imposto. Outros temas (específicos) vão surgindo, em T11, como “pena mais severa para o crime de estupro”, “direitos humanos”, “segurança e respeito às mulheres”, “redução da maioria penal”, “protagonismo feminino no Governo Federal” etc. Os temas são articulados de modo a justificar a atitude do congressista e, mais especificamente, de construir um *ethos* de preocupação e de defesa das mulheres, portanto, um *ethos* não machista. Conforme aponta Charaudeau (2018a, p. 126- 127), a justificação é uma das artimanhas do discurso político que tenta se inocentar das críticas ou acusações que lhe são dirigidas, sendo três estratégias presentes na justificação: “a *negação*, a *razão superior*, a *não intencionalidade*” (grifos do original). As duas últimas são as mais presentes no discurso do enunciador, como veremos mais adiante.

No primeiro parágrafo do texto, o pedido de desculpas volta-se para a construção de um *ethos* de vítima. Ao explicar o fato ocorrido, o enunciador atribui sua atitude a um ato impensado, ao “calor do momento”, construindo sua justificativa em torno de um ato de defesa. Isso fica mais evidente nas seguintes passagens: “após ser **injustamente ofendido** pela congressista” e “**me insultava**”. Os termos destacados são mobilizados de modo a amenizar a culpa do enunciador, já que a frase dita foi uma consequência dos ataques vindos da parlamentar – “**retruquei** afirmando que ela ‘não merecia ser estuprada’”. Aqui, vê-se, principalmente, a construção de um *ethos* de vítima, de modo que a repercussão negativa do episódio, a qual contribui para reafirmar o *ethos prégio* machista de Bolsonaro, seja atenuada.

Nesse contexto, os parágrafos seguintes são destinados à apresentação de argumentos que comprovem a preocupação e o respeito do enunciador para com o público feminino. O pedido de desculpas parece estender-se a essa parcela da população de modo geral: “Aproveito o ensejo para manifestar o meu integral e irrestrito respeito às mulheres”. O

enunciador evoca, por exemplo, o caso “Champinha”, um adolescente de 16 que, juntamente com outros homens, sequestrou e matou um casal, no interior de São Paulo, em 2003, tendo, além disso, estuprado a mulher. Trata-se do mesmo ano em que o episódio da primeira ofensa à parlamentar ocorreu. O caso é mobilizado para mostrar o “integral e irrestrito respeito às mulheres”: “Estava, portanto, exatamente **defendendo as vítimas destas práticas repugnantes de estupro e demais crimes sexuais**, tendo sido esta sempre uma luta constante nos meus anos de parlamentar”. Do ponto de vista do *vocabulário*, chama a atenção, nesse trecho, o conjunto “vítimas”, “repugnantes”, “estupro”, “crimes sexuais”, que formam a rede de violência contra a mulher.

A *dêixis enunciativa*, juntamente com o *vocabulário*, contribui para a construção tanto de um passado de ativismo de Bolsonaro contra o machismo, “**estava, portanto, exatamente defendendo** as vítimas destas práticas”, quanto para uma constância da luta pela causa das mulheres, “tendo sido esta **sempre uma luta constante** nos meus anos de parlamentar”. Entretanto, o caso “Champinha”, na época, colocou em pauta uma discussão, não só no Congresso, mas na sociedade de modo geral, acerca da redução da maioridade penal, haja vista que, por ter 16 anos, o autor responderia pelo crime de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), cuja punição, diferentemente do Código Penal, se dá por meio de uma medida socioeducativa com internação de, no máximo, três anos. A defesa do, à época, deputado fazia, então, referência não ao crime de estupro em si, mas ao debate acerca da idade mínima para a punição de crimes, de acordo com o Código Penal.

Posteriormente, dois projetos de lei de autoria de Jair Bolsonaro, cujas propostas consistem, respectivamente, na castração química – método que reduz temporariamente a libido – de estupradores e a inclusão de crimes passionais como hediondos, sendo ambos os projetos arquivados, são citados de modo a ressaltar a atenção e o respeito do enunciador para com o público feminino. A menção aos projetos é empreendida também para comprovar a afirmação feita por Bolsonaro de que a segurança das mulheres foi/tem sido prioridade ao longo dos seus mandatos. Como vimos na *dêixis enunciativa*, ele constrói um passado “glorioso”: “tendo sido esta sempre uma luta constante nos meus anos de parlamentar”. A estratégia argumentativa na apresentação de fatos contribui para conferir maior credibilidade ao discurso e à imagem que o enunciador tenta (re)(des)construir. Aqui, emerge, além do *ethos* de uma pessoa empenhada em garantir a segurança das mulheres, o *ethos* de competência de um parlamentar que sempre trabalhou em prol do povo.

As atuações do enunciador enquanto presidente da República também são mobilizadas de modo a (re)construir um *ethos* positivo em relação ao público feminino. Na

posse de Jair Bolsonaro, diferentemente das cerimônias dos governos anteriores, a abertura deu-se com uma fala, em libras, da primeira dama Michelle Bolsonaro. O episódio foi retomado no início do último parágrafo como estratégia argumentativa de que o enunciador, por trazer o protagonismo feminino para seu governo, não teve a intenção de ofender a parlamentar. Mais do que isso, o episódio busca amenizar as frases misóginas ditas pelo enunciador ao longo de sua carreira política e que lhe concederam o título de machista e sexista: “Já no dia de minha posse como Presidente da República, o **protagonismo foi feminino**, tendo a **Primeira Dama discursado antes mesmo do Presidente**, com a **naturalidade** que tratamos essas questões em nossas vidas”. A *dêixis enunciativa* nos traz, então, para um passado mais recente, no qual se reiteram o respeito e a luta contra o machismo, fazendo crer que essas posições sejam uma característica permanente de Bolsonaro. O uso do termo “naturalidade” constrói um imaginário de autenticidade que potencializa a imagem de um indivíduo que não só não é machista, como se empenha em garantir o bem estar do público feminino, como se isso lhe fosse inerente.

Mesmo que Michelle Bolsonaro não tenha se referido a assuntos que esbarrassem na igualdade de gênero, o fato de seu discurso anteceder o do Presidente da República teve repercussão nos meios midiáticos e, para apoiadores e simpatizantes do presidente, foi uma prova de que Jair Bolsonaro não era misógino.

Essa ideia ganha reforço no fato de Bolsonaro ter sancionado projetos que ampliaram a Lei Maria da Penha em seu primeiro ano de governo – “Nos primeiros meses de governo **reforcei a Lei Maria da Penha** permitindo a **adoção de medidas protetivas de urgência para mulheres ou a seus dependentes**, em caso de violência doméstica ou familiar (Lei 13.827/19)”. Aqui, por não ficar claro que o Presidente apenas sancionou tais projetos, há margem para a interpretação de que a iniciativa de intensificação da proteção à mulher foi uma iniciativa de Bolsonaro, o que contribui para reforçar seu *ethos* de competência e desconstruir o *ethos* de impulsivo e machista amparado na ofensa a Maria do Rosário. Isso fica mais evidente na seguinte passagem: “Essas são algumas das nossas **ações em tão pouco tempo de governo em prol das mulheres e meninas do nosso país**. Reitero, portanto, que **as mulheres brasileiras constituem uma prioridade de meu governo**, o que tem sido e será sempre **demonstrado através de ações concretas**”.

Retomando a *dêixis enunciativa*, vemos um *lá/então* que reforça a ideia de que o respeito às mulheres é contínuo e inerente ao enunciador, ultrapassando, então, o presente (o *aqui/agora*): “**tem sido e será** sempre demonstrado através de ações concretas”. O uso da expressão “ações concretas” nos revela a construção de um *ethos de credibilidade* que, como afirma Charaudeau (2018a, p. 119) “repousa sobre um poder fazer, e mostrar-se crível é mostrar

ou apresentar prova de que se tem esse poder”. Mais especificamente, podemos observar que a expressão supracitada tende a construir um *ethos de competência* – ele sabe o que deve ser feito para a proteção do público feminino e tem a capacidade (e o poder) de realizar ações concretas nesse sentido. Isso é fundamental para a construção da imagem do político que visa persuadir o maior número possível de pessoas.

O que nos chama atenção, todavia, é o fato de o nome da deputada petista ter sido mencionado apenas uma vez no pedido de desculpas. Mais ainda, a menção feita a ela foi mobilizada de modo a inverter os fatos, já que o enunciador atribui o que disse a um ato de “defesa” aos ataques que sofreu anteriormente da parlamentar, construindo, pois, um *ethos* de vítima, como já dissemos. A maior parte do texto é, pois, dedicada a uma (re)construção da sua imagem enquanto político e não ao indulto.

O *modo de enunciação*, como vimos ao longo da análise, revela um “tom” mais comedido no que diz respeito tanto à parlamentar, quanto às mulheres de modo geral, o que mostra uma tentativa empreendida por Bolsonaro de reverter seu *ethos* prévio machista. Ao mesmo tempo, há um “tom” firme no que diz respeito ao combate à violência contra o público feminino, reforçando o *ethos* de respeito para com essa parcela da sociedade e, principalmente, um *ethos* de competência – fundamental à imagem de qualquer político. Percebemos, assim, que há um movimento do enunciador Jair Bolsonaro na direção de reverter o *ethos prévio* que o público tem dele.

3.6.3 Tweet 13 – Governo Jair Bolsonaro na ONU

T13 refere-se à abordagem que será feita no documento de candidatura à reeleição do Brasil no Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU)⁷⁴. Objetivando um maior entendimento da postagem, faremos uma breve contextualização do assunto.

⁷⁴ Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1149280327665422337>>. Acesso em: 20 mar. 2021.



A promoção dos direitos humanos configura-se como um pilar em qualquer sociedade cujo objetivo seja garantir a dignidade das pessoas. Desse modo, a luta, ainda em curso, pela garantia dos direitos intrínsecos ao ser humano tem como marco a instituição da Organização das Nações Unidas (ONU) no contexto pós Segunda Guerra Mundial, em 1945, conforme vimos no início deste capítulo. A partir disso, o empenho internacional é baseado na cooperação entre diversos países para resolver problemas mundiais de caráter social, econômico, cultural e humanitário a fim de assegurar o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais⁷⁵. Nesse contexto, objetivando intensificar o processo de garantia de direitos fundamentais, em 2006, foi criado o Conselho de Direitos Humanos da ONU, do qual o Brasil é membro, desde a criação do órgão. Assim, as posições adotadas pelo Brasil construíram uma imagem positiva no cenário internacional, principalmente no que diz respeito aos direitos dos grupos LGBTQIAP+ e de mulheres, com a proposição e o apoio a resoluções da ONU que condenam discriminações e violências motivadas por questões de gênero.

Em julho de 2019, o Itamaraty, na apresentação formal da candidatura ao Conselho de Direitos Humanos, enviou um documento que, diferentemente dos anos anteriores, excluiu pautas progressistas como a menção às questões de gênero, à tortura e à desigualdade, dando maior enfoque “à promoção da família”.

⁷⁵ Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/ONU-Organiza%C3%A7%C3%A3o-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas/o-que-e-a-onu.html>>. Acesso em: 20 out. 2021.

Feita a breve exposição do contexto maior do qual T13 faz parte, passaremos para investigação dos *ethe* que emergem do discurso. Como se vê, o *tema* maior, imposto pelo referido contexto, consiste na candidatura do Brasil à reeleição no Conselho de Direitos Humanos da ONU (trazendo parte do conteúdo do documento enviado à ONU). T13, portanto, dialoga com o referido documento (*intertextualidade*). Outros temas mais específicos se relacionam ao assunto maior, como “questão de gênero” e “fortalecimento da família”.

Para falar das medidas adotadas para a candidatura à reeleição, o enunciador escreve na terceira pessoa – “o Governo Jair Bolsonaro”. Os efeitos argumentativos desse recurso são dúbios: há, de um lado, um efeito de distanciamento, relacionado à construção de certa impessoalidade no discurso – o dito não é apresentado como responsabilidade de um “eu” que se assume plenamente no discurso. De outro lado, as escolhas lexicais apontam para um efeito de proximidade: por exemplo, no uso do nome do presidente “Jair Bolsonaro” em detrimento de “Governo Federal” apenas, o que acaba por atrelar a responsabilidade discursiva ao presidente.

A temática de gênero, aqui, assume um papel negativo. Isso fica mais notório em “prioridades” e “exclusão das menções de gênero”. Cabe ressaltar, como já dissemos anteriormente, que a questão de gênero abarca não só a defesa dos direitos humanos em relação à população LGBTQIAP+, mas também aos das mulheres. Entretanto, assim como em outros *tweets*, o “gênero” assume outro significado nos discursos de Jair Bolsonaro, sendo direcionado, quase exclusivamente, à comunidade LGBTQIAP+. Além disso, o sentido dessa palavra, assumido nas falas de Jair Bolsonaro, tende para a construção de uma “doutrinação” em relação ao público constituído por gays, lésbicas, travestis e transgêneros na sociedade, uma vez que as pessoas que integram tais grupos, na ótica do enunciador, representam uma ameaça à preservação da família nos moldes tradicionais – cisgênero e heterossexual. Assim, ao mencionar que “As principais pautas estão ligadas ao **fortalecimento das estruturas familiares** e a **exclusão das menções de gênero**”, o enunciador reforça a memória discursiva de “gênero” enquanto algo negativo. Chama a atenção, nesse caso, do ponto de vista do vocabulário, a oposição fortalecimento/exclusão de elementos tomados como positivo (família) e negativo (gênero). Mesmo que o discurso não especifique que estrutura familiar deve ser fortalecida, a exclusão de pautas ligadas à população LGBTQIAP+ acaba por sugerir que se trata de uma estrutura nos moldes do conservadorismo cristão.

O *modo de enunciação*, somado às demais categorias apresentadas, revela alguns *ethe*. Tem-se, por exemplo, um *ethos* conservador, voltado para a preservação da família (nos moldes tradicionais). Entretanto, há também um *ethos* que não condiz com as premissas dos

Direitos Humanos, já que uma das propostas da ONU consiste no combate à discriminação e à violência por motivação de gênero. T13, portanto, acaba por revelar (mais uma vez) um *ethos* lgbtfóbico, ainda que a responsabilidade de uma imagem negativa recaia sobre o governo e não propriamente sobre o enunciador, já que a escolha da expressão “Governo Jair Bolsonaro” estabelece a mencionada ambiguidade, que tem como uma de suas possíveis interpretações “o meu governo”. O “tom” do discurso, embora simule ser mais comedido, sugerindo um país que quer continuar colaborando com o CDH, evidencia, pela firmeza com que o enunciador fala das ditas “prioridades”, uma colaboração “às avessas”.




3.6.4 Tweet 14 – Manifestação da AGU

Para compreender T14, é necessário, assim como fizemos com os *tweets* anteriores, apresentar o contexto maior de que trata a postagem. Em setembro de 2018, a Câmara dos Vereadores da cidade de Londrina, no estado do Paraná, aprovou um projeto de lei que proibia a abordagem de questões de gênero nas escolas públicas do município. No ano seguinte, a Advocacia Geral da União (AGU) encaminhou ao Supremo Tribunal Federal uma manifestação que se posicionou contrária à lei municipal. Em virtude da atitude tomada pela AGU, Jair Bolsonaro se pronunciou, por meio do Twitter, solicitando, ao Ministério da Educação (MEC), a criação de um projeto de lei que proibisse a abordagem de gênero no ensino fundamental em âmbito nacional. T14⁷⁶, portanto, dialoga com esses documentos (*intertextualidade*).



Jair M. Bolsonaro  @ja... · 03 set 19

O AGU se manifesta sobre quem compete legislar sobre IDEOLOGIA DE GÊNERO, sendo competência FEDERAL. Determinei ao @MEC_Comunicacao, visando princípio da proteção integral da CRIANÇA, previsto na Constituição, preparar PL que proíba ideologia de gênero no ensino fundamental.

 4.300  7.764  37,3K 

⁷⁶ Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1168873702668345345>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

Seguindo os caminhos propostos pela *Semântica Global* de Maingueneau (2008b), utilizaremos, assim como nas análises anteriores, *os temas* como a primeira categoria que nos auxiliará na investigação dos *ethes* do enunciador. Como vimos, o tema maior (imposto pelo momento histórico) é o questionamento sobre a função da AGU em legislar as questões de gênero no ambiente escolar. Outras temáticas (mais específicas) são apresentadas no *tweet*, como “proteção à criança e ao adolescente”, “direitos constitucionais” e “conservadorismo”.

O plano do *vocabulário* contribui para instaurar os temas apresentados. Destacamos o uso de “IDEOLOGIA DE GÊNERO” em detrimento de “estudos de gênero”. Como já dissemos no início deste capítulo, o termo “ideologia de gênero” é utilizado equivocadamente por grupos de extrema direita e pela ala mais ortodoxa do cristianismo, de modo a criar o simulacro de que a população LGBTQIAP+ visa à sexualização das crianças e ao desmantelamento da família, composta por homens e mulheres cis e heterossexuais. O termo é amparado por uma memória discursiva do “kit gay” e outros elementos que compõem o conteúdo de diversas *fake news*. Sabemos que o termo mais adequado seria “estudos de gênero”, que nada têm a ver com o significado que “ideologia de gênero” abarca, visto que o objetivo desses estudos é trabalhar questões que auxiliem no combate às violências sofridas tanto pela população LGBTQIAP+ quanto por mulheres, por exemplo. Chama a atenção não só essa escolha lexical do enunciador, bem como o fato de a expressão ser escrita em caixa alta, a fim de dar maior visibilidade e potência a um termo cuja carga semântica é extremamente negativa. O período seguinte deixa isso ainda mais claro – “determinei ao @MEC_Comunicacao⁷⁷, **visando o princípio da proteção integral da CRIANÇA**”. Os termos “proteção integral” e “criança” reforçam a ideia de que a educação sobre questões de gênero está voltada para a sexualização precoce das crianças e para uma doutrinação LGBTQIAP+. Nota-se que, assim como a expressão “IDEOLOGIA DE GÊNERO”, a palavra “CRIANÇA” também é destacada, de modo que a associação de ambas seja feita antes mesmo da leitura do conteúdo do *tweet* como um todo, o que cria um tom alarmista quanto ao posicionamento da AGU. A Constituição Federal de 1988, que também integra o plano da *intertextualidade*, é mobilizada de modo a dar mais credibilidade ao posicionamento do enunciador, além de destacar que a educação sobre questões de gênero seria inconstitucional, o que reforça o significado dado à expressão equivocada “ideologia de gênero”. Todavia, sabemos que a inconstitucionalidade recai, na verdade, sobre a tentativa de criação, por parte do Presidente da República, de um projeto de lei que “proíba” essa discussão no ambiente escolar.

⁷⁷ Link que dá acesso à conta do Ministério da Educação no Twitter e que usadoo, ao mesmo tempo, para mencionar o usuário.

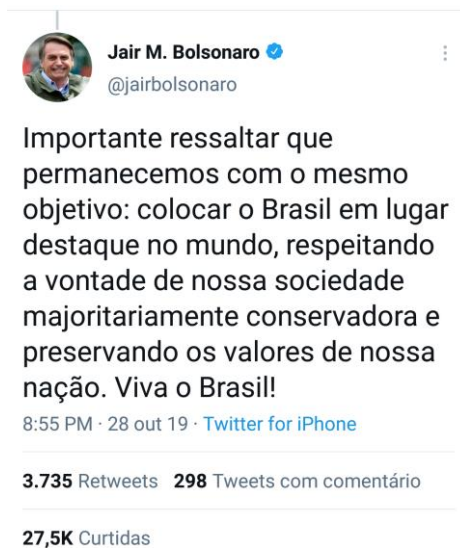
Amparado pelas escolhas lexicais, o *modo de enunciação* revela um “tom” mais enérgico e autoritário do enunciador – “O AGU se manifesta sobre quem compete legislar sobre IDEOLOGIA DE GÊNERO, sendo competência FEDERAL”. Os termos em caixa alta sugerem um discurso que impõe um “tom” de voz mais elevado, o que constrói um *ethos* de potência, principalmente, quando o enunciador diz que a competência de legislar é “FEDERAL”, ou seja, do presidente. Aliás, o discurso do “sou eu que mando” é recorrente em Bolsonaro. Outro *ethos* que emerge do “tom” assumido no discurso em relação ao posicionamento da AGU é o *ethos* de caráter, visto que, de acordo com Charaudeau (2018a, p. 140), “para vituperar, para dar berros – calculados – que tenham efeito político, é preciso encontrar uma posição que os justifique. É por isso que são sempre reativos, reações quase imediatas às declarações, decisões ou comportamento de alguém”.

O *modo de enunciação* também revela, conforme já dissemos, um *ethos* homofóbico, já que o enunciador é categórico no combate a uma educação que promova o respeito e a dignidade da população LGBTQIAP+ e também das mulheres – que resvala também para um *ethos* misógino. Diferentemente de outros *tweets* já analisados, não há uma mudança significativa do “tom”, via de regra utilizado, para tratar de assuntos relacionados à população LGBTQIAP+, visto que, em T14, o enunciador continua atacando essa parcela da população, ao reforçar estereótipos negativos acerca das questões de gênero.

3.6.5 *Tweet 15 – Sociedade conservadora*

O último *tweet* (T15), que compõe o *corpus* desta pesquisa, foi publicado em 28 de outubro de 2019, exatamente um ano depois da eleição de Jair Bolsonaro (em 28 de outubro de 2018, com 55,13% dos votos válidos)⁷⁸. É nesse contexto – o de comemoração do primeiro aniversário da vitória de Bolsonaro nas urnas – que o *tweet* se insere,

⁷⁸ Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1188952543742844929>>. Acesso em: 20 mar. 2021.



O tema maior de T15, que se impõe no contexto citado, é “a comemoração do primeiro aniversário de vitória de Bolsonaro nas urnas”. Outros temas mais específicos são articulados à temática maior, como “objetivos permanentes”, “dar um lugar de destaque ao Brasil”, “sociedade conservadora” etc., e nos auxiliam a depreender os *ethe* presentes no *tweet*.

A categoria do vocabulário apoia a arquitetura da temática maior e, principalmente, dos temas mais específicos evocados em T15. Para ressaltar que seu governo continua com os mesmos objetivos da campanha eleitoral, o enunciador apresenta alguns critérios que sintetizam as medidas adotadas ao longo de seu mandato: “colocar o Brasil em um lugar de destaque no mundo, respeitando a vontade de nossa sociedade majoritariamente conservadora e preservando os valores de nossa nação”. Nesse trecho, é importante destacar o que já apareceu em outros *tweets*: “respeitando a **vontade** de nossa sociedade **majoritariamente conservadora**”. Os termos em negrito fazem referência aos mais de 57 milhões de brasileiras e brasileiros que votaram em Jair Bolsonaro no 2º turno das eleições de 2018 e que, portanto, pelo menos em tese, constituem a sociedade conservadora da qual as vontades são soberanas. Aqui, podemos ver o reforço de um *ethos* (pretensamente) democrático, que se volta para a maioria, sendo a voz do povo soberana. Entretanto, ao dizer que as vontades de uma sociedade majoritariamente conservadora devem prevalecer, o enunciador acaba por excluir todo o restante de cidadãos que o conservadorismo, mais especificamente o conservadorismo judaico-cristão (de que Bolsonaro faz parte), não reconhece, a exemplo das mulheres, dos negros, dos indígenas e, principalmente, da população LGBTQIAP+.

O outro enunciado “preservando os valores de nossa nação” reforça a ideia anterior de que as classes minoritárias não são prioridade do governo. Mesmo que esses valores não sejam explicitados em T15, sabemos, a partir das análises dos *tweets* anteriores, que se trata de

princípios cujo pilar está no domínio da extrema direita, do catolicismo e das igrejas evangélicas neopentecostais, valores esses que, inclusive, acabam por cercear os direitos básicos, principalmente das mulheres e da população LGBTQIAP+, como vimos nos discursos anteriores de Bolsonaro e nas políticas adotadas ao longo do seu primeiro ano de governo.

Embora a *déixis enunciativa* tente mostrar um nós amplo, que abarca a sociedade e a nação: “**nossa** sociedade” e “**nossa** nação”, as escolhas lexicais acabam por delimitar de quem se trata esse nós – aqueles que se enquadram no conservadorismo cristão, como já dissemos. Aqui, vemos que o mais importante é o que não foi dito explicitamente, ou seja, a exclusão de todos aqueles que não comungam com os valores do Presidente, o que confirma seu *ethos* (prévio) conservador e intolerante, ainda que, como explicaremos adiante, ocorra também aqui um discurso dúbio.

Assim, o *modo de enunciação* vai ao encontro do que observamos em análises anteriores: o enunciador constrói seus discursos por meio da ambiguidade e de um “tom” mais comedido. Isso demonstra o que Charaudeau (2018a) chama de “jogo de máscaras”, já que o discurso político tenta jogar com os imaginários sociodiscursivos e com a heterogeneidade presente na sociedade, a fim de que um maior número possível de indivíduos adira a seu discurso. Desse modo, a dupla interpretação é uma estratégia direcionada a agradar tanto um público mais ortodoxo quanto um público mais progressista. Para o primeiro, ele visa à permanência do *status quo* (quando fala em respeitar a vontade da sociedade majoritariamente conservadora e preservar os valores da nação); para o segundo tipo de público, ele não pode ser claramente visto como preconceituoso, uma vez que não ataca, explicitamente, as parcelas mais vulneráveis. Entretanto, conforme já dissemos, o *ethos efetivo* é o resultado tanto da imagem prévia do enunciador quanto daquilo que ele constrói, explícita ou implicitamente, em seus discursos, o que escapa, muitas vezes, ao seu controle, fazendo com que o *ethos* visado não seja, necessariamente, o *ethos* produzido e (re)construído pelos destinatários.

3.6.6 *Ethe predominantes do presidente da República*

Nesta subseção, assim como fizemos nas análises dos anos anteriores, nos dedicaremos a uma breve discussão dos dados obtidos no ano de 2019. Desse modo, com base na Semântica Global de Maingueneau (2008b), pudemos observar os principais *ethe* que emergiram nos discursos de Bolsonaro, o “tom” utilizado por ele nessas falas.

Um dos *ethe* predominantes nos *tweets* analisados é o que denota preconceito contra indígenas e quilombolas. Ao considerar, em T11, as mudanças na estrutura ministerial – uma

das primeiras medidas adotadas como presidente da República –, Bolsonaro busca (re)construir uma imagem de si mais positiva em relação a esses grupos. A tentativa de produzir um novo *ethos* se dá, entre outros meios, pela construção de um aqui/agora (*dêixis enunciativa*) que aponta para a exploração e exclusão desses povos e de um lá/então de prosperidade que será atingido por meio do governo Bolsonaro. Contudo, o plano do *vocabulário* revela uma imagem diferente da que o enunciador tenta produzir, uma vez que ele tende para um posicionamento contrário à demarcação de terras indígenas e quilombolas, bem como não reconhece a legitimidade das culturas dos povos nativos e dos negros. O *ethos produzido*, portanto, aponta para o racismo contra essa parcela da população.

Os dois outros principais *ethe* estão relacionados às mulheres e à população LGBTQIAP+, o que é recorrente nos discursos de Bolsonaro, conforme vimos nos anos anteriores. Em relação ao público feminino, T12 é o que mais contribuiu para a apreensão do *ethos* do político. Como expusemos no decorrer da análise, a temática é articulada ao *tweet* do enunciador por meio de uma imposição judicial – uma nota de retratação às falas misóginas direcionadas à deputada Maria do Rosário. Por meio da *intertextualidade* e, principalmente, de um discurso ambíguo, Bolsonaro tenta (re)construir um *ethos* de respeito e de competência em relação ao público feminino. Todavia, o que mais nos chama a atenção é o fato de que o nome da parlamentar é citado uma única vez e de que a menção feita a ela é mobilizada de modo a construir um *ethos* de vítima para o enunciador. O documento, desse modo, busca arquitetar, por meio da *intertextualidade* (projetos e leis) e de um contínuo na temporalidade (*dêixis enunciativa*), a imagem de um político que sempre visou o bem-estar das mulheres, de modo a (buscar) reverter um *ethos prévio* machista.

Nos demais *tweets* (T13, T14 e T15), apesar de não fazer referência direta às mulheres, Bolsonaro, ao evocar a temática de “gênero”, acaba por reforçar esse *ethos* machista. Essas três postagens, conforme vimos, estão direcionadas, de forma mais explícita, à população LGBTQIAP+. A temática se volta, assim como vimos nos discursos proferidos pelo, à época, deputado federal, para a associação do ambiente escolar com uma negativa “ideologia de gênero”. As escolhas lexicais tendem a instaurar uma realidade de ameaça de gays, lésbicas, transexuais, bissexuais, transgêneros etc. à família (nos moldes do cristianismo mais ortodoxo) e à inocência de crianças.

O *modo de enunciação*, por fim, traz um “tom” mais comedido em T11, T12 e T15, ainda que o *ethos produzido* denuncie o preconceito de Bolsonaro contra mulheres, indígenas e quilombolas. Todavia, quando a temática de “gênero” assume um recorte voltado para as

peças LGBTQIAP+, articula-se a ela um “tom” de ataque, o que reforça os estereótipos negativos creditados a Bolsonaro ao longo da sua carreira política.

Procuramos, no quadro a seguir, sintetizar os dados obtidos na análise dos discursos proferidos pelo presidente da República em seu primeiro ano de governo:

TABELA 4 - *Ethe* de 2019

<i>Tweet</i>	<i>Ethos</i> predominante	“Tom” do discurso	Outros <i>ethe</i> visados e/ou produzidos
T11	Preconceituoso	Comedido	De defesa dos povos indígenas e quilombolas Racista Neoliberal
T12	Machista	Comedido	De preocupação com as mulheres De empenho em garantir a segurança das mulheres Impulsivo De vítima De competência
T13	Homofóbico	Firme	Machista Conservador cristão De desumanidade
T14	Homofóbico	Agressivo	Misógino De potência De caráter
T15	Preconceituoso	Comedido	Intolerante Conservador judaico-cristão

Fonte: Elaboração própria.

3.7 Discussão dos resultados

Nesta seção final, vamos apresentar, com base nas conclusões tiradas a partir de cada momento da vida política do enunciador – enquanto deputado (2017), enquanto candidato à presidência (2018) e em seu primeiro ano como presidente da República (2019) –, uma visão geral (comparativa) acerca dos *ethe* que emergiram – e prevaleceram –, nos *tweets*, particularmente, o “tom” empregado por Bolsonaro e as principais estratégias linguístico-discursivas utilizadas na construção de uma imagem de si.

Como vimos, o primeiro conjunto de *tweets* analisados foi publicado pelo enunciador enquanto ainda ocupava o cargo de deputado federal, pelo PP, e não tinha oficializado sua candidatura à presidência. As temáticas levantadas em suas postagens tiveram

os (i)migrantes e refugiados e a população LGBTQIAP+ como protagonistas, ainda que os demais grupos minoritários que fazem parte do nosso recorte também tenham sido mobilizados. Um “tom” mais agressivo e um ataque mais enfático às minorias podem ser vistos nos cinco *tweets* analisados.

Outro fato que nos chamou a atenção em 2017 foi o constante uso de *fake news* nas postagens, sobretudo por meio da mobilização de outros textos/discursos (*intertextualidade*). Mais especificamente, as notícias falsas, às vezes construídas pelo próprio enunciador, como em T4 e T5, estavam relacionadas à população LGBTQIAP+, de modo a retomar os discursos que balizam a ofensiva antigênero, como uma doutrinação LGBTQIAP+ no ambiente escolar, cujo material didático se assenta no “kit gay”. Instaura-se, conforme dissemos no início do capítulo, um simulacro de ameaça de movimentos feministas e, principalmente, LGBT para acabar com a família nos moldes tradicionais (heteronormativos).

A estratégia do uso de *fake news* e a retomada da ofensiva antigênero (que remete a um discurso judaico-cristão, conforme vimos) vai ao encontro do discurso de extrema direita. A esse respeito, achamos importante retomar as palavras de Empoli (2020), apresentadas no primeiro capítulo, de que a falta de polidez nos discursos de líderes de extrema direita que ascenderam nos últimos anos é vista, não raro, como algo positivo por grande parte da população. Falas machistas, homofóbicas, racistas e xenófobas, atraídas a um “tom” aviltante e que esbraveja, são uma espécie de estratégia do espectro político da extrema direita. Soma-se a isso, o já citado uso de *fake news* como estratégia de campanha de grande parte desses líderes, como é o caso do ex-presidente dos EUA Donald Trump (em quem, aliás, Bolsonaro muito se espelha), além de sua participação nos escândalos envolvendo Steve Bannon e a empresa de análise de dados Cambridge Analytica. Essas estratégias, conforme vimos em Empoli (2020, p. 78), são utilizadas, uma vez que “complôs” ou “teorias da conspiração”, característicos das *fake news* no ambiente virtual, geram fortes emoções, polêmicas e até mesmo raiva, que rendem cliques e compartilhamentos, mantendo, dessa forma, os usuários colados no monitor.

Ainda que o modo de atacar as populações minoritárias tenha sido levemente atenuado, se compararmos os *tweets* deste primeiro momento com outros discursos que circularam em diversos meios de comunicação, não conseguimos observar uma efetiva mudança no “tom” empregado nos discursos do, à época, deputado. Os *ethes* predominantes também reafirmaram a imagem prévia que se tinha dele: racista, homofóbico, machista, enfim, uma pessoa preconceituosa contra as populações em situação de vulnerabilidade, sobretudo as do grupo LGBTQIAP+.

No ano de 2018, como já dissemos, Bolsonaro oficializou sua candidatura à presidência da República. As postagens feitas em sua conta oficial do Twitter estão, portanto, relacionadas à figura de um político que almeja ocupar o cargo mais alto do Poder Executivo e, para tanto, emprega certas estratégias linguístico-discursivas, a fim de angariar o maior número possível de eleitores.

Conforme vimos no primeiro capítulo e na seção dedicada à imagem prévia do enunciador que circula no imaginário social, Bolsonaro foi creditado como autor de declarações de cunho agressivo e preconceituoso associadas a discursos de ódio. Os ataques, principalmente os direcionados às populações em situação minoritárias, foram evocados por seus adversários (políticos, meios de comunicação e sociedade civil) como estratégia política, o que gerou uma certa barreira para a conquista da opinião pública de determinados grupos, principalmente os que compunham as ditas minorias. Nesse contexto, uma das estratégias comuns ao discurso político de modo geral, é promover uma campanha que jogue com a heterogeneidade que desenha o corpo social, já que, retomando Maingueneau (2010, p. 162) “a política, tanto quanto a literatura, a ciência, a filosofia, a religião, pretende se dirigir a toda e qualquer pessoa, mesmo que, de fato, elas só mobilizem efetivamente conjuntos restritos”.

O candidato ao pleito eleitoral de 2018, diferentemente do que vimos no ano de 2017, tende a assumir um “tom” mais moderado em relação aos grupos em situação minoritária/de vulnerabilidade. Segundo Charaudeau (2018a, p. 80-81), “é preciso que o político saiba inspirar confiança, admiração, isto é, que saiba aderir à imagem ideal do chefe que se encontra no imaginário coletivo”. Nesse contexto, as postagens feitas por Bolsonaro no Twitter nos levam a crer que houve uma clara tentativa de (re)(des)construir sua imagem hostil, a fim de adequar-se ao imaginário coletivo de um presidente ideal.

Consoante ao que expusemos, já no primeiro *tweet* de 2018, ao abordar a crise migratória de venezuelanos, Bolsonaro arquiteta, por meio do *vocabulário* e da *dêixis enunciativa*, por exemplo, um *ethos* de humanidade para com esses (i)migrantes e refugiados. O oposto do que vimos em T1 é, desse modo, instaurado no ano de 2018 por meio de T6. Vale destacar que esse revés se dá no comício feito em um dos estados brasileiros mais afetados pelo intenso fluxo migratório de venezuelanos, indicando, pois, uma estratégia adotada pelo candidato para se aproximar de uma parte importante de seu (possível) eleitorado.

Como afirma Charaudeau (2018a, p. 208-207), “no espaço político circulam imaginários sobre o comportamento que o político deve adotar, conforme a situação em que se encontra” e esses imaginários são instrumentalizados com fins de persuasão no discurso político. Assim, a construção – ou tentativa de construção – de um *ethos* de humanidade em

relação a (i)migrantes e refugiados em Roraima é mobilizada na tentativa de reconhecer um mal sofrido pela população que lá vive e, mais ainda, de colocar a culpa no Governo Federal (sem mencionar o nome do, à época, presidente Michel Temer) e, principalmente, nos governos do PT. Essa demonização do adversário, conforme Charaudeau (2020), é uma estratégia típica do discurso populista de direita para que, assim, o político (no caso, Bolsonaro) seja visto como o “salvador da pátria”. Desse modo, é perceptível o esforço empreendido pelo enunciador/candidato para a mudança de *ethos*, quando comparado àquele produzido em 2017, a fim de fazer com que a população adira ao seu discurso e vote nele.

A estratégia de tecer um discurso que atenda, em certa medida, aos imaginários sociodiscursivos que se tem da figura de um chefe de estado é vista em outros momentos de 2018. As questões relacionadas ao “gênero”, tal como em 2017, ocupam um lugar cativo nos discursos do enunciador. Todavia, o tratamento dado a essa temática assume contornos diferentes nos discursos do candidato à presidência. Observamos que Jair Bolsonaro busca desenhar uma autoimagem de respeito às mulheres, à comunidade LGBTQIAP+, aos negros etc, o que não acontece no ano em que ainda ocupava o cargo de parlamentar. A tentativa de (re)construir um *ethos* mais tolerante e livre de preconceitos se dá, principalmente, no *modo de enunciação* dos discursos, visto que o “tom” utilizado para se referir às minorias tende a ser mais moderado.

Apesar desses esforços, uma análise mais “fina” mostra que o *ethos* que emergiu nos *tweets* publicados por Bolsonaro no ano de campanha eleitoral acabou não se desvinculando da imagem de uma pessoa preconceituosa, o que comprova que o *ethos* visado nem sempre é o *ethos* produzido. As temáticas relacionadas às questões de gênero, sendo as mais recorrentes, são evocadas até mesmo em *tweets* cujo tema distoa de assuntos relacionados às mulheres e à comunidade LGBTQIAP+, conforme vimos, por exemplo, em T8. O plano do *vocabulário* denuncia a carga semântica negativa que tais questões assumem no discurso do candidato. As escolhas lexicais, de modo consciente ou não, reproduzem os estereótipos preconceituosos acerca de, principalmente, mulheres e integrantes da comunidade LGBTQIAP+. O discurso que ampara a ofensiva antigênero, embora de forma mais tímida quando o comparamos àquele que emerge do conjunto de *tweets* de 2017, também é retomado em 2018, contribuindo para reafirmar o *ethos* machista e homofóbico do enunciador. Em relação à população negra, observamos que, apesar da estratégia política de Bolsonaro em usar a proximidade com pessoas negras, conforme vimos em T7, a retomada de um termo comum ao espectro da extrema direita, “chega do politicamente correto”, contribui para o *ethos (mostrado)* de uma pessoa racista.

Assim, a não ser pelo *tweet* destinado à abordagem da crise migratória de venezuelanos, os *ethe* predominantes do candidato não distoam muito do que foi produzido em 2017. A diferença se dá, sobretudo no *modo de enunciação*: o tom empregado em suas falas direcionadas às minorias, diferentemente das postagens analisadas de 2017, busca ser mais comedido, de modo a arquitetar um *ethos* mais equilibrado e condizente com o cargo de chefe de estado. O que ocorre, porém, é uma tentativa não efetivada – como mostram as análises empreendidas – de (re)construir um *ethos* mais tolerante.

Considerando que Bolsonaro foi eleito o 38º presidente da República, com 55% dos votos válidos no 2º turno, como já foi dito, é possível concluir que, de certo modo, as estratégias linguístico-discursivas utilizadas no ano de 2018 foram bem sucedidas. Nesse contexto, o que observamos é que os *tweets* de 2019 tendem a uma certa continuidade de (re)construção do *ethos* *prévio* negativo de Bolsonaro. Todavia, assim como nos anos anteriores, o *ethos* efetivamente produzido inclina para o preconceito contra as populações em situação minoritária – mulheres, negros, indígenas, gays, lésbicas, travestis, transexuais, transgêneros etc. Isso porque as escolhas lexicais acabam reproduzindo estereótipos depreciativos acerca desses grupos, denunciando, assim, o valor negativo que eles assumem nos discursos do enunciador.

Uma estratégia linguístico-discursiva de destaque nos *tweets* de 2019, já observada em 2018, está voltada para o uso da ambiguidade, ou, como propõe Charaudeau (2018a), para a “estratégia da imprecisão”. Para o semiolinguista, tal estratégia “consiste em fazer declarações suficientemente gerais, sutis e, às vezes, ambíguas para que seja difícil surpreendê-lo em erro ou recriminá-lo por ter mentido conscientemente” (*ibid.*, p. 106). Desse modo, observamos que Bolsonaro busca jogar com os imaginários sociais, a fim de agradar tanto a uma ala mais conservadora, que comunga com o preconceito, quanto a uma ala mais progressista, já que os ataques às populações minoritárias não são “claros”.

Observamos, através das análises empreendidas nos três momentos da vida política do enunciador, que há uma visível tentativa de (re)construir sua imagem *prévia*, principalmente quando olhamos para os *tweets* publicados no ano de campanha eleitoral. Os *ethe*, todavia, conforme já dissemos, não apresentam uma mudança muito significativa quando se consideram tanto o *ethos* *prévio* quanto os *ethe* produzidos na comparação entre os três anos de vida política de Jair Bolsonaro. Logo, o *ethos* predominante nos *tweets*, em geral, consiste na imagem de uma pessoa preconceituosa em relação às populações em situação minoritária/de vulnerabilidade. A (leve) mudança que conseguimos perceber está relacionada ao modo de enunciação, que tende a ser mais comedido, principalmente em 2018 (ano da candidatura de Bolsonaro à Presidência). Há de se destacar, porém, que ao falar de “gênero” – que, na sua ótica

está relacionada basicamente à comunidade LGBTQIAP+ – o presidente emprega, via de regra, um “tom” mais agressivo, que ataca gays, lésbicas, transexuais, transgêneros, etc.

Em síntese, o *ethos* efetivamente produzido por Jair Bolsonaro no *Twitter* – apesar das inegáveis tentativas empreendidas por ele em sentido contrário, pelo menos em algumas postagens – é de uma pessoa intolerante, preconceituosa em relação a negros, indígenas, mulheres, (i)migrantes e refugiados e, principalmente, à população LGBTQIAP+. No entanto, se o tom empregado em seus *tweets* (como recurso maior do *modo de enunciação*, que remete ao *ethos* discursivo) apresenta – instituído, de certa forma, por meio da ambiguidade – uma moderação em relação a negros, indígenas, mulheres, (i)migrantes e refugiados, essa atenuação de tom não acontece quando a temática LGBT é evocada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final deste trabalho em que nos dedicamos à investigação da imagem discursiva de Jair Bolsonaro em sua conta oficial do Twitter. Antes de trazermos nossas palavras finais, contudo, achamos pertinente deixar claro que nossa análise é apenas uma entre outras possíveis, a partir de outros recortes que podem ser feitos no *corpus* selecionado. Lembramos, nesse sentido, a premissa de que o analista de discurso não faz “a” leitura, mas “uma” leitura, ficando o “objeto” sempre aberto para novas investigações.

Nossa pesquisa, como se viu, tomou como base teórica as ciências da linguagem, mais especificamente, a Análise do Discurso de vertente francesa. Outro esclarecimento importante a ser feito – retomado, na verdade – é que não procuramos, ao analisar o *ethos* de Bolsonaro, apontar características de cunho psicologizante, uma vez que a imagem tomada aqui não é a do sujeito de “carne e osso”, mas, sim, do enunciador inscrito no discurso.

Conforme dissemos no início desta dissertação, nosso objetivo geral foi analisar as postagens de Jair Bolsonaro no Twitter, particularmente as que incidem sobre as minorias sociais, para entender que critérios, parâmetros e estratégias orientam sua prática discursiva, a fim de chegar aos *ethes* que ele busca (re)(des)construir em três momentos da sua vida política: enquanto deputado federal (2017), enquanto candidato à presidência (2018) e como presidente (2019). A esse objetivo maior, juntamos outros mais específicos, como verificar se houve uma mudança de “tom” nos discursos relativos a esses três momentos, além de explorar o conceito de discurso político e a importância do Twitter enquanto gênero de discurso presente na web.

Para alcançar nosso objetivo maior, conforme dissemos, recorreremos à *intertextualidade*, aos *temas*, ao *vocabulário*, à *dêixis enunciativa* e ao *modo de enunciação* – que constituem cinco dos sete planos proposto por Maingueneau (2008b) em sua *Semântica Global*.

Observamos, com base na metodologia supracitada, o empenho de Bolsonaro em reverter, pelo menos em alguns *tweets*, os traços depreciativos que amparam seu *ethos pré-discursivo*. Isso aconteceu, principalmente, no momento em que ele se encontrava como candidato à presidência da República, pelo PSL, em 2018 – estratégia comumente empregada no âmbito político, conforme nos lembra Charaudeau (2018a, p. 79), de que “o sujeito político deve se mostrar crível e persuadir o maior número de indivíduos de que ele partilha certos valores”.

No que diz respeito aos *ethe* predominantes nos *tweets* de Bolsonaro, percebemos que, apesar de ele se servir, frequentemente, de falas imprecisas e ambíguas – ou talvez por causa delas –, há a reafirmação da imagem prévia que circula no imaginário social antes mesmo de ele falar no Twitter. Os principais *ethe* que emergiram nos *tweets* do presidente nos três momentos de sua vida política foram: *ethos* machista, *ethos* homofóbico, *ethos* xenófobo e *ethos* racista – sintetizando, pois, em um *ethos* preconceituoso em relação às populações em situação minoritária. Posto isso, assumimos com Charaudeau (2018a) que o importante, no discurso político, é que estejamos atentos, sobretudo, ao que não é dito.

Acerca do tom utilizado para falar das populações minoritárias, conforme nos propusemos a investigar, quando comparamos a imagem pré-discursiva que se tinha do Bolsonaro, bem como a que emergiu nos *tweets* de 2017, com as dos dois outros momentos de sua vida política (candidato à presidência e primeiro ano do seu governo), vemos que há uma clara tentativa de abrandamento, revelada até mesmo pela ambiguidade empregada nos discursos (e que substitui o “tom” mais agressivo observado anteriormente).

Ressaltamos, todavia, que, quando se trata das questões voltadas para a população LGBTQIAP+, o enunciador mantém o “tom” mais agressivo, de ataque, talvez pelo fato de o presidente estar inserido no espectro político de extrema direita e na ala mais ortodoxa do cristianismo, marcados, ambos, por uma ofensiva antigênero. Conforme vimos em Charaudeau (2020), a instituição “família” constitui um dos principais valores que esteiam ambos os discursos supracitados, já que ela proporciona um controle sobre os corpos, criando, assim, barreiras contra movimentos de revolta. Além disso, consoante ao que vimos no início do capítulo 3, por ser fundamentada no conservadorismo judaico-cristão, uma significativa parcela da sociedade se mostra relutante a quaisquer identidades que não se adequem ao padrão imposto. Assim, ser contrário a, principalmente, gays, travestis e transexuais, por exemplo, pode fazer com que Bolsonaro não distoe em muito do imaginário sociodiscursivo de um conjunto importante de indivíduos que contribuíram para sua ascensão à presidência e para sua permanência nessa função.

A partir do caminho que percorremos neste trabalho, percebemos que, apesar das proximidades com o contexto europeu e estadunidense, o discurso de extrema direita no Brasil tem suas especificidades. Mais do que um racismo em si, que norteia as falas de líderes antidemocráticos da Europa e de Donald Trump, a ala mais reacionária da política brasileira tem a homofobia como temática principal. Retomando Stanley (2020), podemos dizer que a política do “nós” vs. “eles” refere-se, no contexto brasileiro, principalmente à população LGBTQIAP+ como os “não cidadãos” e, mais especificamente, como a ameaça, o inimigo que

deve, pois, ser combatido. As paixões, o *pathos* do enunciatário, são ativadas por meio, justamente, da ofensiva antigênero.

Outro fator importante está relacionado à cena midiática, mais especificamente ao uso do Twitter como ferramenta estratégica de comunicação nas campanhas de políticos reacionários. Antes restritos às mídias televisivas, os espaços de discussão foram ampliados e se tornaram mais democráticos, acessíveis. Consoante ao que vimos em Santaella e Lemos (2010), a estrutura do Twitter permite uma maior captação de informações e a difusão rápida de ideias, o que contribui, de maneira significativa, para o processo, por exemplo, de uma campanha eleitoral. Ademais, essa rede social contribui para traçar melhor o perfil dos eleitores e os imaginários sociodiscursivos, funcionando como uma espécie de “termômetro” acerca das estratégias empregadas. A respeito disso, achamos pertinente retomar as palavras das autoras:

Essa é uma mídia social que pode ser usada simultaneamente para engajar os membros de uma comunidade ao redor de uma ideia, aferir o entendimento coletivo do grupo sobre determinado conceito, e também para detectar lideranças e tendências. Tudo isso em tempo real. (SANTAELLA; LEMOS, 2010, p. 82)

Ao uso do Twitter como ferramenta de comunicação e divulgação estratégica, soma-se a recorrência de notícias falsas divulgadas por certos líderes. Conforme vimos nos discursos de Bolsonaro, as *fake news* são mobilizadas em seus *tweets*, principalmente aqueles que se relacionam às questões de gênero, com o objetivo não só de (re)construir uma dada realidade, mas também de instaurar sobre ela uma interpretação. Tanto a rede social supracitada quanto a disseminação de notícias falsas, recorrentes nos discursos de extrema direita que vêm ascendendo mundialmente nos últimos anos, são mobilizados de modo a ativar as paixões, o *pathos* dos enunciatários, o que justifica seu uso como estratégia política.

Conforme dissemos na introdução, examinar os discursos voltados para as questões identitárias é especialmente importante em razão de suas consequências potencialmente graves para os grupos sociais atingidos em termos de segurança, bem como da legitimação de determinados tipos de comportamento daqueles que se sentem representados por discursos intolerantes, já que, de acordo com Maingueneau (2010, p.60), “o *ethos* é um processo interativo de influência sobre o outro”.

Por fim, observamos que o enunciador constrói, por vezes, um discurso mais ambíguo, e a dupla interpretação é uma estratégia que joga com os imaginários de uma sociedade heterogênea. Para um público mais ortodoxo, ele visa à permanência do *status quo*; para a ala mais progressista da sociedade, ele não pode ser claramente visto como preconceituoso, já que os ataques explícitos

às populações mais vulneráveis, excetuando aqueles voltados para os grupos LGBTQIAP+, não são empreendidos nos anos de 2018 e 2019. Todavia, conforme dissemos em outros momentos da pesquisa, o *ethos efetivo* se dá no entrelaçamento do *ethos pré-discursivo*, do *ethos dito* e do *ethos mostrado*. Desse modo, o *ethos visado* não é necessariamente o *ethos produzido* e (re)construído pelos destinatários, e a imagem que Jair Bolsonaro revela em seus discursos acaba sendo a de uma pessoa racista, machista, xenófoba e, principalmente, lgbtfóbica que, em síntese, pode ser apreendida como um *ethos* preconceituoso em relação às minorias sociais.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, I; AUGSTEN, P. De juramentos a Deus à intolerância: uma análise dos discursos de Jair Bolsonaro. **III Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais (PPGCC)**. Unisinos, São Leopoldo, 2018.
- AMIN, V. **Flutuações do ethos da Globo na cobertura das eleições presidenciais de 2014**. 2019. 213f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- AMOSSY, R. Ethos. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. (eds.). **Dicionário de análise do discurso**. Trad. Fabiana Komesu *et al.* São Paulo: Contexto, 2018a. p. 220-221.
- _____. Da noção retórica de ethos à análise do discurso. In: _____ (ed.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2018b. p. 9-28.
- _____. **A argumentação no discurso**. São Paulo: Contexto, 2018c.
- ANDRADE, C. **Geraldo Alckmin e os brasileiros de São Paulo: a cenografia e o ethos de um discurso de oposição**. 2017. 113f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo, 2017.
- ARAÚJO, C. R. **Estratégias discursivas na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios**. 2008. 167f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- ARISTÓTELES. **A Política**. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- _____. **Retórica**. Trad. e notas Manuel Alexandre Junior *et al.* Lisboa: Casa da Moeda, 2010.
- AVRITZER, L. **Política e antipolítica: a crise do governo Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 2020.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BARONAS, R. L.; PONSONI, S. Bolsonaro e Trump: (des)semelhanças enunciativas. **Guavira Letras**. Três Lagoas, MS, v. 14, n. 28, p. 24-35, 2018. Disponível em: <http://websensors.net.br/seer/index.php/guavira/article/view/735>. Acesso em: 20 jul. 2019.
- BOBBIO, N. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. **A sociologia de Pierre Bourdieu**. Trad. Patrícia Montero e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983. p. 46-81.

BUTLER, J. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. Trad. Jamille Pinheiro Dias. **Cadernos de Leitura**, n. 78, Edições Chão da Feira, 2018.p. 2-16. Disponível em:

<https://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2018/06/caderno_de_leituras_n.78-final.pdf>.

Acesso em: 30 out. 2021.

CARMONA, A.; PRADO, M. A. M. O universal e o particular na política LGBT: tensões e diálogos na esfera pública. (Trabalho completo). In: **Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO**. Maceió, 2009. Disponível em:

<http://abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/116.%20o%20universal%20e%20o%20particular%20na%20pol%20CDtica%20lgbt.pdf>. Acesso em: 30 out. 2021.

CASTELLS, M. A sociedade em rede: do conhecimento à política. In: CASTELLS, M.; CARDOSO, G. (org.) **Do conhecimento à ação política**. Belém: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005. p. 17-30.

CLOCHARD, O. Les réfugiés dans le monde entre protection et illégalité. **EchoGéo**, v. 2, p. 1-8, sep./nov. 2007. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/echogeo/1696>>. Acesso em: 30 out. 2021.

CHARAUDEAU, P. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. L.: **Gêneros**: reflexões em Análise do Discurso. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, 2004. p. 13-41.

_____. Pathos e discurso político. Trad. Emília Mendes. In: MACHADO, I. L.; MENEZES, W.; MENDES, E. (orgs.). **As emoções no discurso**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. v. 1, p. 240-251.

_____. **Linguagem e discurso**: modos de organização. Trad. Angela M. S. Corrêa *et al.* São Paulo: Contexto, 2016.

_____. **Discurso político**. Trad. Dilson Ferreira da Cruz *et al.* São Paulo: Contexto, 2018a.

_____. Gênero de discurso. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. (eds). **Dicionário de análise do discurso**. Trad. Fabina Komesu *et al.* São Paulo: Contexto, 2018b. p. 249-251.

CRUZ, L. **O Twitter como espaço de luta**: o embate entre o discurso político e o religioso. 2018. 118f. Dissertação (Mestrado em Letras: Cultura, Educação e Linguagens) – Universidade Estadual da Bahia, Vitória da Conquista, 2018.

CORRÊA, M. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 16, p. 13-29, 2001. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/cpa/a/Xmvqhg4YYJxm7w5zwjk9dsd/?format=pdf&lang=pt>>.

Acesso em: 05 out. 2021.

COSTA, W. A. dos S. O discurso do congraçamento no debate político-eleitoral e a construção do ethos de credibilidade. **PERcursos Linguísticos** - UFES, v. 7, n. 16, p. 48-66, 2017. Disponível em:

<<https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/17557>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

DUBY, G.; PERROT, M. **História das mulheres no ocidente**: o século XIX. Trad. Maria Helena da Cruz Coelho *et al.* Porto: Edições Afrontamento, 1991.

EGGS, E. Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna. *In*: AMOSSY, R. (org.). **Imagens de si no discurso**. São Paulo: Contexto, 2018. p. 29-56.

EMEDIATO, W. Discurso e web: as múltiplas faces do Facebook. **Revista da ABRALIN**, v. 14, n. 2, p. 171-192, ago. 2015. Disponível em:
<https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1262>. Acesso em: 23 jul. 2019.

EMPOLI, G. da. **Os engenheiros do caos**. Trad. Arnaldo Bloch. São Paulo: Vestígio, 2020.

FELICISSIMO, M. **(Re)Apresentações da homofobia e da homossexualidade**: um estudo discursivo a partir de vídeos do kit “Escola Sem Homofobia”. 2014. 298f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

FIORIN, J. L. **O regime de 1964**: discurso e ideologia. São Paulo: Atual, 1988.

_____. A linguagem politicamente correta. **Revista Linguagens**, São Carlos, v.1, n.1, p. 1-5, ago. 2008. Disponível em:
<<http://www.linguasagem.ufscar.br/index.php/linguasagem/article/viewFile/532/296>>. Acesso em: 12 out. 2021.

FREITAS, G. F.de. **Das redes às urnas**: o discurso político eleitoral na ordem da rede social. 2019. 381f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) - Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

FONSECA, J. R. da; TEIXEIRA, L. R.; CARMONA, D. A. O socioconstrutivismo, a literacia e o trabalho com TICs durante a pandemia de Coronavírus em 2020. **Texto Livre: Linguagem e Tecnologia**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 1-9, 2021. Disponível em:
<<https://periodicos.ufmg.br/index.php/textolivre/article/view/34333>>. Acesso em: 26 set. 2021.

GALITO, M. S. **Populismo**: conceptualização do fenômeno. Instituto Superior de Economia e Gestão - CEsA/CSG Documentos de trabalho, n. 158, 2017. Disponível em:
<<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/14156/1/wp158.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2021.

GUERRA, S. A nova lei de migração no Brasil: avanços e melhorias no campo dos direitos humanos. **Revista de Direito da Cidade**, v. 9, n. 4. Disponível em:
<<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/28937/21967>>. Acesso em: 16 set. 2021.

HOUAISS, Antônio. Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JUNQUEIRA, R. D. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário políticodiscursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Psicologia Política**, v. 18, n. 43. p. 449-502, 2018. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v18n43/v18n43a04.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2021.

KOMESU, F. C. Blogs e as práticas de escrita sobre si na internet. In: MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. (orgs). **Hipertexto e gêneros digitais**: novas formas de construção do sentido. São Paulo: Cortez, 2010. p. 135-146.

LARA, G. M. P. Mídia, gêneros do discurso e transgressão. **Caligrama**, v. 10, p. 143-162, 2005.

_____. A semântica global em análise do discurso. In: EMEDIATO, W. *et al.* (orgs). **Teorias do discurso**: novas práticas e formas discursivas. Campinas: Pontes, 2020. p. 79-99.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LÖWY, M. Dois anos de desgoverno: a ascensão do neofascismo. **Aterraéredonda.com.br**, 09 fev. 2021. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/dois-anos-de-desgoverno-a-ascensao-do-neofascismo/?doing_wp_cron=1639688876.9848120212554931640625>. Acesso em: 09 jun. 2021.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Trad. Maria Ledda Gallo *et al.* Campinas: Pontes, 1993.

_____. Diversidade dos gêneros de discurso. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. (orgs) **Gêneros**: Reflexões em análise do discurso. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004. p.43-57.

_____. **Cenas da enunciação**. Org. Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola, 2008a.

_____. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008b.

_____. **Doze conceitos em análise do discurso**. Org. Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola, 2010.

_____. **Discurso e análise do discurso**. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2015.

_____. Gêneros do discurso e web: existem os gêneros web? **Revista da ABRALIN**, v. 15, n. 3, p. 135-160, jan. 2017. Disponível em: <<https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1274>>. Acesso em: 06 fev. 2021.

_____. Escola francesa de análise do discurso. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. (eds.). **Dicionário de análise do discurso**. Trad. Fabiana Komesu *et al.* São Paulo: Contexto, 2018a. p. 202.

_____. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. (orgs.). **Imagens de si no discurso**. São Paulo: Contexto, 2018b. p. 69-90.

_____. **Variações sobre o ethos**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2020.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros Textuais: definição e funcionalidade. *In: DIONISIO, A. P. et al.(orgs.) Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 19-39.

_____. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. *In: MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. (orgs.) Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 15-82.

MARTINI, C. **Mídias sociais nas campanhas políticas: análise das estratégias de comunicação utilizadas nas mídias sociais Facebook, Orkut e Twitter pelas campanhas presidenciais de 2010 dos candidatos Dilma Rousseff, José Serra e Marina Silva**. 2011. 207f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

MOUFFE, C. **Sobre o político**. Trad. Fernando Santos. São Paulo: Ed. WMF/Martins Fontes, 2015.

OLIVEIRA, H. O ethos atópico. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, v. 61, p. 1-17, p. 1-17, 2019. Disponível em:
<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8654947>>. Acesso em: 02 ago. 2019.

ORLANDI, E. P. **Terra à vista: discurso do confronto, velho e novo mundo**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

_____. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2020.

ORTELLADO, P.; GALLEGO, E. S.; MORETTO, M. Guerras culturais e populismo antipetista nas manifestações por apoio à Operação Lava Jato e contra a reforma de previdência. **Opinião Pública e Conjuntura Política**, v. 9, n. 2, p. 35-45, ago. 2017. Disponível em:
<<https://repositorio.usp.br/item/002854247>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

PIRES, L. **O funcionamento do discurso político: o twitter na campanha presidencial de 2010-2012**. 2012. 132f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Letras, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

PRADO, M. A. M. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. **Revista Psicologia Política**. v. 18, n. 43. p. 444-448, 2018. Disponível em:
<<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v18n43/v18n43a03.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2021.

RAMOS, A. C. Novas tendências do Direito dos Refugiados no Brasil. *In: JUBILUT, L. L.; GODOY, G. G. (orgs.) Refúgio no Brasil: comentários à Lei 9.474/97*. São Paulo: Quartier Latin/ACNUR, 2017.

RIBAS, C. V. La migración en Venezuela como dimensión de la crisis. In: MAYA, M. (org.). **Pensamiento próprio**. Buenos Aires: Cries, 2018. p.91-128.

RIBEIRO, D.; NOGUEIRA, C.; MAGALHÃES, S. I. As ondas feministas: continuidade e descontinuidades no movimento feminista brasileiro. **Sul-Sul - Revista de Ciências Humanas e Sociais**. Barreiras, v. 1, n. 03, p. 57-76, 2021. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/136148/2/496080.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2021.

SANTAELLA, L. **A pós-verdade é verdadeira ou falsa?** Barueri-SP: Estação das Letras e Cores, 2018.

SANTAELLA, L.; LEMOS, R. **Redes sociais digitais: a cognição conectiva do Twitter**. São Paulo: Paulus, 2010. (Coleção Comunicação).

SANTOS, C. dos; CARVALHO, A. B.; AMARAL, J. G.; BORGES, L. A.; MAYORGA, C. Gênero, feminismo e psicologia social no Brasil: análise da revista *Psicologia & Sociedade* (1996-2010). **Psicologia & Sociedade**. Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. 589-603, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/bwMy6Y7g6GsQ9GX979kyVWn/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 05 out. 2021.

SANTOS, W. A. O discurso do congraçamento no debate político-eleitoral e a construção do ethos de credibilidade. **PERcursos Linguísticos**. Vitória, v. 7, n. 16, p. 48-66, 2017.

SILVA, L. **Encenação e ubiquidade em discursos no Twitter: procedimentos de análise**. 2017. 135f. Tese (Doutorado em Letras), Fundação Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2017.

SOUSA, C. C. R.; SOARES, T. B. Análise do discurso político: estratégias midiáticas entre sucesso x ethos. **Porto das Letras**. Palmas, v. 5, n. 1, p. 39-58, 2019. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/6594>>. Acesso em: 29 set. 2019.

STANLEY, J. **Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”**. Trad. Bruno Alexander. Porto Alegre: L&PM, 2020.

TAVEIRA, V. R. **Conhecendo o discurso da UNE nos dias atuais**. 2013. 113f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

WEIGEL, M. Um álibi para o autoritarismo. **Revista Serrote**, out. 2018. Disponível em: <<https://www.revistaserrote.com.br/2018/10/um-alibi-para-o-autoritarismo-por-moira-weigel/>>. Acesso em: 10 out. 2021.